

Fenômenos de
Telecinesia em
Relação aos
Acontecimentos
de Morte



Ernesto Bozzano

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

Ernesto Bozzano

Fenômenos de *Telecinesia* em relação aos acontecimentos de morte 6

Título Original em Italiano

Ernesto Bozzano - La psiche domina la materia

Dei fenomeni di telecinesia in rapporto con eventi di morte

Casa Editrice Europa, Verona

(1921)



Eugène Bodin - A paisagem



Conteúdo resumido

Os fenômenos de telecinesia em sua forma espontânea de manifestações (trata-se, na maioria dos casos, de retratos que caem ou relógios que param em relação com acontecimentos de morte) oferecem alto valor teórico. E isso por motivos múltiplos, dos quais o principal é o seguinte: a ação física exercida a distância, em semelhantes casos, não pode ser encarada como de natureza puramente mecânica, pois que se exerce sobre um objeto designado – o que não se poderia realizar sem o concurso de uma vontade

dirigente; ou, em outros termos, sem a presença verídica da entidade espiritual que está em jogo. Daí se segue que os fenômenos de telecinesia fornecem bom argumento para demonstrar que o espírito é independente do organismo corporal.

Sumário

Prefácio

Fenômenos de <i>Telecinesia</i> em relação aos acontecimentos de morte.....	6
» Casos de quedas de retratos e outros objetos em coincidência com acontecimentos fúnebres	10
» Casos de relógios que param em relação com acontecimentos de morte	33
» Fenômenos de <i>telecinesia</i> de aspectos variados, coincidentes com ocorrências de morte	42
» Conclusões	63

Prefácio

Façamos uma ligeira exposição sobre o autor e seus trabalhos:

Ernesto Bozzano é um escritor italiano que tem dedicado ultimamente a sua atividade ao estudo dos problemas psíquicos. E essa sua atividade tem sido prodigiosa.

Não podemos declarar ao certo o número de seus trabalhos já publicados sobre o assunto, porque, necessariamente, ao ser impresso este volume já aquele número deveria estar acrescido.

Bozzano é infatigável e inimitável em sua produtividade.

As suas trinta monografias, escritas em italiano, acham-se completamente esgotadas.

Grande foi, portanto, a nossa dificuldade no traduzir esta obra, em virtude do obstáculo intransponível de encontrar o original.

A esse respeito escrevia o notável psiquista italiano a esta Federação, nos seguintes termos:

“É próprio vero che le mie opere sono addirittura irreperibili in lingua italiana. I miei cinque volumi sono tutti esauriti e le mie trenta monografie sono, a loro volta, quasi tutte esaurite. Occorrerebbe pensare a una nuova edizione generale dei libri e delle monografie; ma la mia produzione è oramai così vasta che l’impresa diventa finanziariamente molto onerosa in Italia.

In merito alle traduções francesas das minhas obras La informo que o meu volume sobre Fenômenos d’Infestação foi publicado pela Casa editora Felix Alcan de Paris, e está ainda em venda.

O outro meu volume sobre Casos de Identificação Espiritual foi publicado sob a direção de Cesare Vesme em 1914, e acredito que ainda seja vendível junto ao Institut Métapsychique International. Em igual tempo La informo que o diretor da Revue Spirite iniciou a publicação de quase todas as minhas monografias em edições de pequenos volumes, das quais já foram publicados três, que se intitulam: Phénomènes Psychiques au moment de la Mort, Les Manifestations Psychiques et les Animaux, e À Propos de l’Introduction à la Métapsychique Humaine.”

Veio a propósito essa transcrição, visto como nos é exposta, por seu próprio autor, a situação atual dos seus livros.

Vemos, assim, que se achavam já completamente esgotados os seus cinco volumes; as suas trinta monografias, em língua italiana, também já dificilmente se encontravam. Pensou-se em uma nova edição geral das monografias e dos livros; sendo, porém, atualmente, muito vasta a sua produção, a impressão, em Itália, tornava-se, financeiramente, muito onerosa.

Algumas dessas produções encontram-se em língua francesa, sendo os *Fenômenos de Assombração* editados pela Casa Felix

Alcan, de Paris; os *Casos de Identificação Espírita* foram publicados, em 1914, graças aos cuidados de César Vesme. O diretor da *Revue Spirite* empreendeu a publicação de quase todas as monografias em pequeno volume, sendo já publicadas três: *Fenômenos Psíquicos no Momento da Morte*, *As Manifestações Metapsíquicas e os Animais* e *A Propósito da Introdução à Metapsíquica Humana*.

É o que nos informa o autor da presente obra.

*

Já em vários outros idiomas começaram a ser também traduzidos os livros do escritor italiano, cujo nome é verdadeiramente conhecido em todo o mundo, dentro e fora dos círculos espiritualistas.

O seu valor não consiste unicamente na sua extraordinária fecundidade literária, senão também no interesse, na utilidade e na beleza de seus escritos.

É um vigoroso polemista e dir-se-ia que sua missão consiste em demonstrar a inanidade de todas as hipóteses formuladas em oposição à espírita.

Dotado de profunda erudição, possuidor de invejável espírito de lógica, é um adversário respeitável com que têm topado os arquitetos da teoria do subconsciente e suas filiais.

Bozzano é bem o descendente dessa raça de artistas que se têm imposto ao mundo pela magia de suas obras-primas.

A sua pena nunca se maculou na agressão. Por vezes, nas obras em que revida à crítica materialista, nota-se-lhe o calor daqueles que nasceram sob o céu do sul da Europa e têm nalma os arroubos do talento. Mas a serenidade do hermeneuta não se turba e a sua argumentação segue, imperturbável, até deixar completamente arrasada, aniquilada a construção adversa.

O ardoroso escritor compreendeu que contra fatos não há argumentos. E toda a sua obra é uma completa exposição de fatos, é a argumentação em torno dos fatos.

No presente livro se encontram os fatos ocorridos por ocasião da morte. Há por vezes histórias curtas, historietas singelas, mas que nem por isso nos deixam de comover.

Não era outra, aliás, a intenção do autor, senão a de mostrar à Humanidade que, já com os pés no limiar do outro mundo, podem estes que nos fazem as últimas despedidas dizer-nos o que percebem nesses novos umbrais em que estão prestes a penetrar e que julgávamos insondáveis até agora. É o testemunho dos moribundos. Testemunho insuspeito pela solenidade do momento e indubitável pela lógica dos fatos.

*

Onde mais cresce a nossos olhos o vulto do escritor irmão é no desprendimento que revela, no desinteresse que demonstra em relação aos proventos materiais que lhe podia trazer a sua vasta produção.

Como lhe perguntássemos ou como lhe perguntasse Antônio Fonseca, administrador da Livraria da Federação, quais as condições em que permitiria a tradução dos seus livros, por aquela instituição, declarou Ernesto Bozzano, em carta de 5 de novembro de 1926:

“Mi affretto a risponderle che io nulla chiedo e nulla voglio.”

“Apresso-me a responder-lhe que não peço nada e que não quero nada” – tal foi o gesto generoso do autor do presente trabalho.

Cristãos como somos, e julgando fracos os nossos agradecimentos, esperamos que o autor receba um dia os frutos desse esforço gigantesco que desprende em prol da Verdade, dentro dessa Seara onde militamos também deste outro lado do Atlântico, sem outro interesse que o de servir à Humanidade e a Deus.

Rio, novembro de 1927.

Carlos Imbassahy

Fenômenos de *Telecinesia* em relação aos acontecimentos de morte

Os fenômenos de *telecinesia* em sua forma espontânea de manifestações (trata-se, na maioria dos casos, de retratos que caem ou relógios que param em relação com acontecimentos de morte) oferecem alto valor teórico. E isso por motivos múltiplos, dos quais o principal é o seguinte: a ação física exercida a distância, em semelhantes casos, não pode ser encarada como de natureza puramente mecânica, pois que se exerce sobre um objeto *designado* – o que não se poderia realizar sem o concurso de uma vontade dirigente; ou, em outros termos, sem a presença verídica da entidade espiritual que está em jogo. Daí se segue que os fenômenos de telecinesia fornecem bom argumento para demonstrar que o espírito é independente do organismo corporal.

Eles se prestam, além disso, a circunscrever a hipótese telepática em limites mais bem determinados, porque se realizam, por vezes, simultaneamente com manifestações telepáticas – o que conduz logicamente a formular-se conclusões idênticas sobre a gênese das duas classes de fenômenos.

Dever-se-ia, pois, concluir que, se os fenômenos de telecinesia, em razão do seu modo de realização, que prova a existência de uma vontade dirigente, só podem ser esclarecidos admitindo-se a presença espiritual do morto em relação com os fatos, temos que admitir o mesmo para grande número de fenômenos telepáticos.

Como estes se produzem combinados com os fenômenos telecinésicos, pode-se deduzir que, se os últimos são de natureza espírita, não pode deixar de se dar o mesmo com os primeiros.

Chegados a estas conclusões, devemos, então, circunscrever a hipótese telepática, considerada na significação de ação a distância entre um cérebro e outro, no campo estreito em que se exerce a *transmissão de pensamento* propriamente dita, isto é, em um raio de ação que não passe de alguns quilômetros – o que estaria

conforme a lei física do quadrado inverso das distâncias, à qual as próprias vibrações do pensamento se não poderiam subtrair.

Se não quisermos encerrar a sua ação em campo tão estreito, não há outro meio para resolver o problema senão o de admitir que o grupo dos fenômenos conhecidos sob o nome genérico de *telepatia* compreende em realidade manifestações de diferentes espécies.

Quando eles se produzem em curta distância, poderíamos identificá-los com a transmissão do pensamento (compreendida na significação clássica de um sistema de vibrações psíquicas que se espalham por ondas concêntricas de um cérebro a outro). Mas o mesmo não aconteceria quando os fenômenos se manifestam além de certo limite; neste caso poderíamos ainda chamá-los telepáticos, não porém com a significação *vibratória*, antes na de comunicação direta entre um Espírito e outro.

Enfim, seríamos levados a reconhecer que, nas duas categorias de manifestações, podemos encontrar episódios que, sendo absolutamente análogos aos telepáticos, pertencem em realidade à classe das manifestações espíritas propriamente ditas (implicando a presença local do Espírito que acaba de desencarnar), ou bem um fenômeno de comunicação telepático espírita entre um morto e vivos, e que, algumas vezes, pertence à classe de fenômenos de *bilocação* (implicando a presença, no lugar, do Espírito de um vivo, mergulhado nesse momento em sono natural ou provocado).

Estas considerações mostram a importância teórica dos fenômenos de telecinesia, em sua forma espontânea de realização. Eles estão, entretanto, entre os mais esquecidos da fenomenologia metapsíquica, o que é devido a não podermos encará-los do ponto de vista científico, por não apresentarem modos de realização bastante complexos para serem considerados como fatos reais. Com efeito, não se pode facilmente eliminar, por eles, a objeção das “coincidências fortuitas”.

Apresso-me, entretanto, a notar que esta objeção não poderia ser vista como bem fundada, senão na hipótese absurda de se discutirem os casos insuladamente. Mas tal não é admissível.

Se um retrato caído ou um relógio parado em relação com um acontecimento de morte não provam absolutamente nada; se encaramos tais casos como simples “coincidência acidental”, não podemos deixar, no entanto, de convir que estas coincidências se repetem cem vezes, em relação com cem casos de morte; ora, esse acúmulo de coincidências faz ressaltar a prova incontestável de uma relação de causa e efeito entre os dois acontecimentos.

É preciso, aliás, não esquecer que se conhecem casos que contêm detalhes inconciliáveis com a hipótese das coincidências fortuitas, como o faremos notar em momento oportuno.

É desejável que, de futuro, se reconheça o valor teórico dos fenômenos de telecinesia espontânea e, por conseqüência, cheguemos a acumular em proporções suficientes o material bruto indispensável para autenticar-lhes a existência e estudar-lhes a gênese-material.

Eles não abundam na hora presente, porque as obras e revistas metapsíquicas muitas vezes não os publicam. Sabe-se, no entanto, que os fenômenos dessa espécie se produzem com freqüência bem impressionante e que ocupam um importante lugar nas tradições de todos os povos.

Isto é conhecido pelos médicos, pelos padres, pelos enfermeiros, por todos os que, por necessidade profissional, se acham de contínuo em contacto com acontecimentos de morte.

Eis em que termos escreve sobre o assunto ao diretor da *Light*, de Londres, um armador funerário:

“Tendo estado durante muitos anos ao serviço das pompas fúnebres e conhecendo, assim, as manifestações que se relacionam com acontecimentos de morte, transmito-lhe minhas observações sobre o assunto; elas podem oferecer certo interesse aos seus leitores.

Os relógios que param, sobretudo os de balancim, em ocasião dos acontecimentos de morte, são fenômenos dos mais freqüentes e constituem objeto de conversações e inquéritos em grande número de famílias visitadas pelo infortúnio.

Os retratos que caem, os instrumentos musicais que tocam espontaneamente, em coincidência com a morte, vêm imediatamente depois na ordem de frequência.

Muito mais raro é que um relógio esquecido desde muito tempo, estando estragado, se ponha de repente a trabalhar, por ocasião de um falecimento na família.

Fatos desta espécie se produzem tantas vezes que se tornam familiares às pessoas ligadas ao serviço das pompas funerárias. Por minha parte, estou em condições de fornecer grande número de exemplos de relógios que param, em coincidência com casos de morte, mas me abstenho, por enquanto, a fim de não tomar o espaço de suas colunas.”
(*Light*, 1898, pág. 107.)

Depois dessa exposição, destinada a esclarecer o tema a que me proponho, passo, sem mais, à citação dos casos.

Casos de quedas de retratos e outros objetos em coincidência com acontecimentos fúnebres

Caso 1 – Princípio por um exemplo tirado de *Mes Mémoires* (*Minhas Memórias*), de Alexandre Dumas, pai (cap. CXV).

Esse autor conta como, estando uma tarde em casa de seu amigo Villenave, para dar-lhe uma carta que lhe haviam confiado a fim de ser entregue a esse amigo, encontrou-o adormecido numa poltrona e às escuras. E continua narrando:

“– Veja – diz-me Villenave – é bem singular... eu tinha adormecido, o crepúsculo chegou; durante esse tempo extinguiu-se o fogo. O senhor acordou-me, achou-me sem luz e sem prestar atenção ao ruído que aqui se fazia... Foi sem dúvida o ar da porta que passou pelo meu rosto, mas, acordando, pareceu-me ver voltejar, diante dos olhos, qualquer coisa branca, como uma mortalha... É bem singular, não é? – perguntou, com um movimento de corpo, como se um arrepio lhe corresse pelos membros resfriados.

–Ei-lo aqui, tanto melhor – e estendeu-me a mão.

Respondi-lhe à cortesia, passando-lhe a carta que lhe levava, da mão direita à esquerda.

–Que é que tem aí? – perguntou-me Villenave.

– Ah, perdão, esquecia-me... é uma carta que Françoise me entregou para dar-lhe e que deu motivo a vir perturbá-lo.

– Obrigado. Olhe, faça favor, estenda o braço, e dê-me um fósforo; em verdade, estou ainda muito entorpecido e, se fosse supersticioso, acreditaria em pressentimentos.

Apanhei os fósforos, que lhe dei, e ele acendeu as cinzas rubras do fogão.

À medida que o fósforo queimava, espalhava-se a luz no quarto e, apesar de trêmula, permitia distinguir os objetos.

– Oh, senhor! – exclamei imediatamente – que sucedeu a seu belo “pastel”?

– Veja: o vidro e o quadro estão quebrados; espero o vidraceiro e o enquadrador... É incompreensível!

– Que é incompreensível?

– O modo por que caiu.

– Desprendeuse o prego? Quebrou-se o aro?

– Nada disto. Imagine que, anteontem, estava tranqüilo toda a tarde; era meia-noite menos um quarto; sentia-me fadigado e tinha, entretanto, que rever ainda as provas da pequena mas compacta edição do meu *Ovídio*. Decidi-me a aliar a fadiga com o trabalho, deitando-me e revendo-as na cama. Deito-me, pois; ponho a vela na mesa de cabeceira; reflete-se-lhe o clarão sobre o retrato de minha pobre amiga; seu olhar segue a luz da vela; dou-lhe as boas-noites, como de hábito... Uma janela entreaberta deixava passar um pouco de vento; o vento faz vacilar a chama da vela, de maneira que me pareceu haver o retrato respondido às minhas boas-noites com um movimento de cabeça igual ao meu!

Como pode compreender, julguei loucura essa visão de movimento; mas, visão ou loucura, o caso é que meu espírito se preocupou com o fato; quanto mais penso nele, mais se me afigura real, e meus olhos, atraídos para um único ponto, deixam o *Ovídio* para se fixar no quadro; meu espírito distraído remonta, malgrado, aos primeiros dias da mocidade; esses primeiros dias repassam, um a um, diante de mim... Na verdade! Creio ter-lhe dito, o original desse pastel ocupou grande lugar nesses primeiros dias! Eis-me, pois, vogando, de velas desfraldadas, nas minhas lembranças dos vinte e cinco anos; falo à cópia como se o original pudesse ouvir-me e a minha memória responde por ele e me parece que o pastel move os lábios; e se me afigura que suas cores se apagam e que sua fisionomia se entristece e toma uma expressão lúgubre... qualquer coisa como um sorriso de adeus passa-lhe sobre os lábios; uma lágrima sobe-lhe aos olhos e está quase a umedecer o vidro. Começa a soar meia-noite; estremeço, contra a vontade; por que? não sei! O ven-

to soprava à última pancada da meia-noite; vibrava ainda a sineta quando a janela se entreabre, violentamente, e eu ouço um frêmito, como um lamento; os olhos do retrato se fecham e sem que se quebre o prego que o sustenta, sem que o aro se desprenda, cai o retrato e apaga-se a vela. Quis reacendê-la; não havia, porém, mais fogo na fornalha nem fósforo na chaminé.

Era meia-noite; todos dormiam na casa; nenhum meio, por conseqüência, de fazer luz. Fechei a janela e deitei-me... Sem ter medo, estava comovido; sentia-me triste, tinha grande necessidade de chorar; parecia-me ouvir passar pelo meu quarto o roçar de um vestido de seda... Por três vezes esse ruído foi tão sensível, que perguntei: – Há alguém aí?...

Enfim, adormeci mais tarde e, acordando, o meu olhar foi para o pobre pastel; achei-o no estado em que vê.

– Com efeito – disse-lhe –, é bem estranho. E recebeu, como de costume, essa carta que recebe todas as noites?

– Não, e isto me inquieta; e por esse motivo recomendei a Françoise que subisse ou mandasse que subissem logo que houvesse cartas para mim.

– Mas – repliquei eu –, pode ser esta que lhe trago...

– Não é o seu modo de dobrá-las, mas não importa, como vem de Angers...

Depois, virando-a para romper-lhe o envelope:

– Oh! Deus – disse ele –, está tarjada de preto... Pobre amiga, sucedeu-lhe qualquer desgraça!

E villenave abriu a carta, empalidecendo. Ela continha uma segunda. À leitura das primeiras linhas dessa primeira carta, encheram-se-lhe os olhos de lágrimas.

– Veja – disse ele, apresentando-a –; leia!

E enquanto, triste e silenciosamente abria a segunda carta, tomei a primeira e li:

“Senhor: É cheia de mágoa, aumentada com aquela que lhe vou fazer experimentar, que lhe anuncio a morte da Se-

nhora ***, domingo último, quando soava a última pancada da meia-noite.

Tinha ela sido tomada de indisposição, na véspera, no momento em que lhe escrevia, indisposição que supusemos ligeira a princípio, mas que se lhe agravou até o momento de morrer.

Tenho a honra de enviar-lhe, incompleta como está, a carta que ela havia começado para o senhor. Esta carta provará que, até o último momento de vida, os sentimentos que lhe votava ficaram inalteráveis.

Sou, senhor, bem tristemente, como o deve julgar, sua humilde e obediente serva,

Teresa Miraud.”

– Pois bem, veja – disse-me Villenave – foi à última pancada da meia-noite que o retrato caiu, foi à última pancada da meia-noite que ela morreu.

Achei que a dor pela qual ele passava não era para as pálidas consolações que eu lhe pudesse dar, mas para uma solidade povoada de recordações.

Tomei o meu chapéu, apertei-lhe a mão e saí.

Isso me havia evocado a lembrança de meu pai, que na noite de sua morte, quando eu era ainda criança, veio acordar-me e, sem encontrar resposta, fiz a mim mesmo esta pergunta, tantas vezes repetida:

– Por que misteriosos laços a morte está ligada à vida?”

Se, no caso acima, o quadro tivesse caído por haver-se o prego destacado da parede, seria legítimo, até certo ponto, atribuir o acontecimento a uma coincidência acidental; mas, ao contrário, como se pôde ver, Villenave faz notar, com espanto, as circunstâncias do prego fixado na parede e do aro fixado no quadro, os quais tinham ficado em seus lugares. Ora, estas circunstâncias, insignificantes na aparência, constituem, na realidade, provas em favor de uma intervenção supranormal no incidente que se produziu.

Noto, a esse respeito, que as observações sobre os pregos, os ganchos e os cordões que se encontram intactos após as quedas dos quadros, constituem a regra nas narrativas deste gênero.

Casos 2 e 3 – O Professor A. Alexander, membro da Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas e residente no Rio de Janeiro, fez chegar ao Congresso Espiritualista Internacional, que se reuniu em Londres em junho de 1898, um longo relatório de numerosos incidentes supranormais, examinados por ele próprio; entre estes, encontram-se quatro, pertencentes à classe de que nos ocupamos. Começo pelos dois mais simples. O professor Alexander escreve:

“Na casa do Sr. Carlos Jansen, um pequeno retrato de sua mãe foi projetado em terra no próprio dia em que esta senhora morria na Alemanha. Quando ela estava no Brasil, havia prometido a um dos seus netos que muito amava, que, no caso de morrer, anunciar-lhe-ia, fazendo cair o seu retrato, e isto, de fato, se deu.

O retrato não estava pendurado à parede, mas colocado em um móvel e inclinado sobre a parede, onde estava apoiado.

O segundo caso teve por testemunha o Tenente Costa, que citei a propósito de um outro incidente supranormal. Tinha ele um irmão chamado Antônio, que morreu durante a guerra do Paraguai.

Uma noite, antes que sua morte fosse sabida no Rio de Janeiro, sua mãe estava com disposições para contar casos de sua infância e quis começar uma frase por estas palavras:

– Quando Antonico nasceu... – mas teve um *lapsus linguæ* e disse: – Quando Antonico morreu...

Provavelmente, ela já possuía um conhecimento subliminal do falecimento e isso foi a causa do engano. Como quer que seja, a genitora ficou sinistramente impressionada com o fato. E quando as pessoas presentes procuravam convencê-la da futilidade do incidente, ouviu-se um ruído no quarto, ao lado, como de um objeto que caísse ao chão. Os as-

sistentes correram e encontraram tombado o retrato de Antonico.

Note-se que o retrato estava ligado à parede por dois pregos sólidos e que o cordão que o sustentava se achava em perfeito estado de conservação.

Pouco depois, chegou o telegrama anunciando a morte do jovem oficial.”

No primeiro dos dois casos acima, observarei a promessa que a velha senhora tinha feito a seu neto, de anunciar-lhe a morte, fazendo cair o seu retrato – circunstância impressionante, que torna muito improvável a hipótese das “coincidências fortuitas”, em favor da espírita.

Com efeito, se nesse episódio o objeto designado caiu conforme a vontade manifestada pela senhora, durante a vida, isso constitui razão demais para crer-se que a vontade da morta não era estranha ao incidente; em outros termos, que ela estava presente espiritualmente. Ao demais, a hipótese telepática não poderia explicar um aviso que se manifesta sob uma forma física, assim como não se poderia explicar que uma força física, propagando-se a distância, por ondas concêntricas, pudesse exercer-se sobre um objeto designado.

O fato, pois, só pode ter por origem a intervenção de uma vontade que houvesse dirigido a força física.

No segundo caso, noto o curioso incidente do *lapsus lingæ* sucedido à mãe do falecido, incidente devido provavelmente ao conhecimento subliminal que ela acabava, talvez, de adquirir, da morte do filho, como justamente o disse o professor Alexander.

Nesse caso, o incidente seria de natureza telepática e se teria realizado simultaneamente com o outro de natureza física, simultaneidade de realização que tenderia a provar a identidade de origem das duas formas supranormais de avisos de morte.

Como o aviso telecinésico foi, naturalmente, devido à presença, no momento, da entidade espiritual do morto, disso resulta que a gênese do aviso telepático não poderia ser diferente.

Teremos, aliás, oportuna ocasião de analisar, a esse respeito, casos bem mais significativos ainda.

Caso 4 – Extraio-o da *Light* (1898, pág. 55).

Por ocasião da morte do General Henry Havelock-Allan, o Comandante A. Romler, pertencente à brigada comandada por aquele general, narra um caso telepático que lhe sucedeu, com a visão da cena na qual o general achou a morte. Em seguida, acrescenta ele este outro episódio supranormal, coincidindo com a própria morte do general.

“Uma das circunstâncias mais impressionantes que se ligam à morte do pranteado General Henry Havelock-Allan – morte que se deu nos bosques de Afridiland – foi esta misteriosa coincidência acontecida no quartel do 2º Batalhão de Fuzileiros de Northumberland e precisamente na sala de refeições dos suboficiais.

Esse batalhão pertence à brigada dos voluntários do distrito noroeste da Inglaterra, e desde o dia de sua formação foi sempre comandado pelo lugar-tenente general mencionado. Haviam-se realizado modificações na sala de refeições; depois de restaurada, foi ornada com o retrato do general, oferecido pelo Major Dr. H. Frazer Hust. Ora, esse retrato destacou-se inexplicavelmente da parede, caindo sobre o parque, quarta-feira, 29 de dezembro, às 3:40; era a hora em que o general tinha deixado sua escolta para continuar, só, o caminho para Jamrud, através de uma região inimiga.

No dia seguinte foi encontrado o seu cadáver e a nova telegrafada para a Inglaterra.

Quando o aviso do seu fim trágico chegou ao batalhão dos fuzileiros, o sargento-major e os outros militares presentes não puderam deixar de notar a relação com o incidente que se havia produzido na sala de refeições – incidente tão estranho e tão incompreensível, que as testemunhas tomaram nota da hora e do dia em que se produzira.

É preciso reconhecer que a coincidência é extraordinária e inexplicável, pois que a hora em que o general foi massa-

crado pela tribo rebelde é quase a mesma (posto que não seja possível assegurá-lo de maneira absoluta) que a em que o retrato caía na sala de refeições dos suboficiais.”

O caso acima não contém nada de teoricamente novo; mas ressalta do meio dos outros por seu valor probatório, em consequência das testemunhas em seu apoio e da data na qual o fizeram conhecer, isto é, imediatamente depois do acontecimento.

E a grande distância existente entre a região onde se produziu a morte e aquela em que se verificou o fenômeno de telecinesia – da África do Sul à Inglaterra – prestar-se-ia a considerações mais decisivas a favor da hipótese espírita.

Com efeito, como dissemos, pelo que concerne aos fenômenos telepáticos, devemos renunciar à hipótese das vibrações do pensamento indo ao infinito em ondas concêntricas, porque verificamos que esses fenômenos escapam à lei física do quadrado das distâncias e que sua intensidade não diminui em consequência do afastamento, quando nenhuma espécie de vibrações poderia subtrair-se a esta lei.

Se somos levados a estas conclusões a propósito dos fenômenos telepáticos, em que as supostas vibrações seriam de natureza psíquica, com mais forte razão a elas seremos arrastados no caso dos fenômenos telecinésicos em que as supostas vibrações seriam de natureza física e, por consequência, devem incontestavelmente estar submetidas à lei física do quadrado inverso das distâncias; é evidentemente absurda e anticientífica a hipótese contrária.

Ora, como os fenômenos de que tratamos escapam inteiramente àquela lei, não podemos deixar de concluir que sua natureza é diferente e que eles pertencem à classe dos fenômenos supranormais – ou, em outros termos – aos fenômenos espíritas.

Caso 5 – No exemplo seguinte, que extraio dos *Annales des Sciences Psychiques* (1916, pág. 122), o fenômeno telecinésico, em lugar de realizar-se no momento da morte do agente, produz-se no momento em que a percipiente recebe a notícia de morte – o que sugere novos argumentos em favor da hipótese espírita e

em contradição com toda e qualquer hipótese naturalista. O redator-chefe da revista, M. C. de Vesme, escreve:

“Uma literata, a Sra. X., muito conhecida nos meios psíquicos de Paris, e a quem não faltava, certamente, espírito crítico, escrevia-nos, a 4 de novembro de 1915, uma carta na qual nos falava dos pressentimentos e dos “sinais” que haviam acompanhado a morte de seu jovem filho, tombado na segunda-feira precedente, 20 de setembro, no campo de honra.

Deixemos os terríveis pressentimentos, as angústias súbitas, os sonhos temerosos; a pobre mãe sabia que o filho estava na primeira linha; pode-se, pois, de certa forma, ver aí uma causa natural.

Mas, na noite de 19 para 20 de setembro, a criada da Sra. S., que estava na casa havia mais de 10 anos, não pôde dormir, parecendo-lhe sempre ouvir alguém no quarto ou tocando várias vezes a campainha; espantada, escondia a cabeça sob os lençóis.

Contou o que se passava à sua patroa, quando esta, que esteve ausente durante três dias, chegou a casa.

Na quinta-feira, 23, a Sra. S. soube a dolorosa nova; precisamente nesse instante, um espantoso ruído se fez ouvir na sala de jantar e todos para ela se precipitaram; acabava de cair um grande quadro.

A coincidência do instante exato – escreve-nos a Sra. X. – é já impressionante, mas há melhor: examinando o cordão que o sustentava, vimos que ele se havia rompido a 4 centímetros do lugar em que tocava o prego; neste, o cordão estava completamente usado, enquanto no outro, no lugar em que se rasgou, o que se deu foi um arrancamento.

Soube depois que, ferido no domingo, 19 – vigésimo aniversário do seu nascimento! – tinha meu filho expirado na segunda-feira, 20, às 8 horas da noite.”

No caso acima, faremos sobressair, antes de tudo, o inexplicável incidente comum à maior parte dos episódios deste gênero,

do cordão dilacerado em lugar no qual parecia estar em perfeitas condições de conservação, como se o tivessem arrancado à viva força.

Segue-se, pois, que o incidente não pode ser explicado, recorrendo-se à hipótese das “coincidências acidentais”, e que nos achamos em face de um episódio de telecinesia autêntico.

É preciso notar, agora, que o acontecimento de que se trata sucedeu três dias depois da morte do agente, no momento em que a mãe recebia a lúgubre notícia – o que elimina definitivamente, também, a hipótese das vibrações físicas que se propagam ao infinito, em ondas concêntricas (caso fossem necessárias ainda outras provas para eliminá-la).

Por outra parte, a mesma circunstância serve para mostrar que a única hipótese capaz de explicar os fatos consiste em supor-se que a entidade espiritual do filho se achava presente, no momento em que a mãe recebia o triste aviso, e quis consolá-la, fornecendo-lhe um sinal palpável de sua própria presença, pela única maneira que lhe era possível.

Caso 6 – Neste outro exemplo, que extraio da relação do Prof. Alexander, citado mais acima (*Light*, 1898, pág. 443), o fenômeno telecinésico se complica, pois que se realiza por duas vezes e em dias diferentes, após um acontecimento de morte.

Diz o Sr. Alexander:

“A 9 de maio de 1887, à meia-noite, morreu em São Paulo uma personalidade brasileira, o Dr. Alberto Brandão. Seu genro, Sr. Coelho Neto, escritor e romancista muito conhecido no Brasil, recebeu a notícia da morte no dia seguinte, mas nada disse à sua mulher, que estava enferma, de cama. Ela havia tido, entretanto, uma espécie de aviso telepático do acontecimento, pois que, ao meio-dia de 9 de maio tinha ouvido um ruído inexplicável, como se houvessem lançado com força, no soalho do quarto, em cima, um punhado de areia.

Às 9:30 horas da noite do dia 10, quando o Sr. Coelho Neto estava no andar superior, conversando com sua mulher e um amigo, ouviu-se grande ruído em um dos quartos

da frente do pavimento térreo. Coelho Neto correu imediatamente e viu que um grande e pesado retrato do Dr. Brandão, pendurado à parede do quarto, se tinha desprendido e caído sobre uma cadeira de pau.

Às 11 horas da noite um outro quadro a óleo caiu no salão, arrastando consigo um terceiro quadro pendurado abaixo dele e quebrando alguns bibelôs colocados num consolo. O cordão que o prendia estava intacto; o prego que o sustentava estava em seu lugar.

O Dr. Brandão morrera em condições econômicas muito difíceis e havia manifestado desejo de que o genro trouxesse para sua companhia duas moças, que ainda estavam solteiras.

Quando Coelho neto se decidiu a recebê-las na família, as manifestações supranormais de natureza diversa, que se produziam na casa, cessaram logo...”

Este caso é análogo a outro que contei no capítulo IV de minha obra sobre *Les Phénomènes de Hantise*, e onde se vêem fenômenos muito violentos se produzirem em casa de um senhor que se havia recusado aceitar o encargo de tutorar os filhos de um dos seus parentes.

Tendo morrido este último, começaram logo as manifestações tumultuosas e duraram até que o proprietário da casa, impressionado, decidiu-se a aceitar o encargo ao qual tinha querido, a princípio subtrair-se.

Da mesma forma, no caso acima, os fenômenos supranormais cessaram quando C. N. se decidiu a satisfazer o desejo do defunto, acolhendo em sua casa as duas jovens.

Diante de semelhantes circunstâncias, toda pessoa isenta de idéias preconcebidas deverá logicamente admitir que se as manifestações supranormais, começadas logo após um acontecimento de morte, cessam logo que os desejos do defunto são contentados, é que as manifestações estão em relação com o próprio defunto, implicando sua presença espiritual, e são causadas pelo fato de se lhe não obedecer ao desejo. Em outros termos: as manifestações tinham por fim impressionar os percipien-

tes e levá-los a atender os seus votos – fim, aliás, que foi atingido.

Caso 7 – Este exemplo é também tomado ao relatório do Prof. Alexander (*Light*, 1898, pág. 443). É ainda mais notável que o precedente, porque o fenômeno de telecinesia – um retrato que cai – se realiza como consequência de haver alguém nomeado, ou, mais precisamente, evocado o morto representado pelo retrato.

Escreve o Prof. Alexander:

“É preciso notar, de começo, que, em fins de 1896, havia certa agitação política no Rio de Janeiro, por causa de um pedido de indenização por parte da Itália.

O protocolo italiano tinha sido aprovado pela Câmara brasileira em primeira e segunda discussão para ser, em seguida, rejeitado na terceira, em virtude da pressão exercida sobre os deputados pelo elemento militar.

Entre os numerosos cidadãos que acompanhavam a questão, apaixonadamente, estava o professor X., da Escola Politécnica. Republicano rígido, mostrava-se indignado com a intromissão do Exército em questões políticas, cuja solução pertencia ao povo por intermédio de seus representantes, e não ao Exército.

Um dia, à hora do almoço, quando ele discutia com animação por causa da interferência anticonstitucional das forças armadas, fez alusão a uma época anterior da história brasileira (1832), quando o regente de então, o Padre Feijó, havia despido as vestes sacerdotais, armara os cidadãos e esmagara inexoravelmente a tropa insubordinada.

Acrescentou que deplorava que o Padre não existisse mais para sufocar uma vez, ainda, os usurpadores atuais dos poderes públicos. Enquanto ele assim falava, ouviu-se no aposento contíguo o ruído da queda de um objeto. Sessenta quadros de retratos estavam alinhados nas paredes da sala; representavam as mais ilustres notabilidades políticas, literárias e científicas do Brasil. Um desses retratos se tinha

desprendido da parede e caído sobre a biblioteca, embaixo: era o retrato do Padre Feijó.”

Sendo indiscutível o fenômeno dos retratos que caem em relação com o óbito daqueles que representam, julgo que não se possa atribuir a uma “coincidência fortuita” o episódio de que se trata, embora apresente caráter excepcional.

Se algum dos 60 retratos que ornavam a sala tivesse tombado no momento em que o Professor X. falava favoravelmente de uma personagem compreendida na coleção, o acontecimento deveria, então, ter sido encarado como resultante de uma “coincidência acidental”. Mas o retrato caído era precisamente o da personagem evocada naquele momento: não é fácil atribuir o acontecimento a simples acaso, sem ultrapassar os limites da verossimilhança. Em todo caso, esta suposição não poderia constituir mais que uma opinião pessoal e não um parecer fundado sobre o cálculo matemático das probabilidades.

No ponto de vista da hipótese espírita, no entanto, este caso não ofereceria nada de excepcional nem de inverossímil; com efeito, sabe-se que, conforme esta hipótese, o fato de se pensar intensamente em um morto teria por consequência estabelecer instantaneamente uma relação psíquica com seu espírito – o que está provado por numerosos exemplos de natureza telepático-experimental.

No caso vertente dever-se-ia supor que, em virtude da evocação intensa e simpática da personagem falecida, formou-se uma relação psíquica entre o Prof. S. e o Espírito do eclesiástico, que quis dar um sinal de sua presença e de sua aprovação, provocando um fenômeno supranormal ligado a seu retrato.

Casos 8 e 9 – Extraio os dois casos seguintes do recente livro de Camille Flammarion *Autour de la Mort* (págs. 285 e 349). Não oferecem nada de excepcional, mas me decido a citá-los para retificar uma hipótese proposta por Flammarion para exemplificação desses acontecimentos.

Mlle. Vera Kunzler, de Nápoles, escreve nestes termos, em data de 27 de outubro de 1920:

“Em começo do ano de 1917, minha tia, Paulina Riesbeck, tinha seu marido na carreira das armas; mas, como ele tivesse mais de 40 anos de idade, acreditavam-nas linhas da retaguarda e, por conseguinte, não havia motivo de preocupações.

Na manhã de 12 de fevereiro, minha tia entrou em seu quarto, às 10:30, para procurar alguma coisa. No momento preciso em que ela atravessava a soleira da porta, o retrato que o representava, em uniforme, destacou-se da parede, caiu e, resvalando pelo soalho, chegou-lhe até aos pés.

Examinados o prego e a corda que mantinham o quadro, verificou-se que estavam intactos. Minha tia, muito impressionada, contou esse fato singular a alguns conhecidos, dizendo temer que tivesse acontecido alguma desgraça ao marido.

Naturalmente, responderam-lhe o que é de hábito dizer nessas ocasiões:

“Meu Deus, senhora, vai tornar-se supersticiosa? Não creia nessas tolices.”

Mas minha tia, persuadida que tinha sucedido uma desventura, fez, nessa data, uma cruz vermelha em seu calendário e esperou durante três semanas notícias de seu marido.

No começo de março soube que meu tio, Adolfo Riesbeck, morrera no “campo de honra”, como se diz, com uma bala na cabeça, isto na manhã de 12 de fevereiro, às 10:30. – Vera Kunzler.

P.S.: Posto que conheçais estes fatos, caro mestre, e que não duvideis de minha palavra, pedi a minha tia, atualmente em Nápoles, que confirmasse minha narrativa.

Eis o seu autógrafo:

“Certifico a absoluta exatidão da narrativa acima.”

(Assinado: Paulina Riesbeck, Rua Liotard, em Genebra.)

O outro caso citado por Flammarion teve por protagonista a sua própria mãe, que escreveu ao filho, nos seguintes termos:

“Uma noite, em St. Thiébault, em nosso quarto de dormir, fomos acordados por grande ruído, ouvindo cair um espelho que estava na chaminé, assim como o porta-relógio de teu pai. Levantei-me e verifiquei que o espelho tinha caído sobre o fogão, estando o relógio jogado no chão, de um lado, e o porta-relógio do outro.

Pensei que estava tudo quebrado e, palavra, muito desgostosa, deitei-me sem olhar mais nada.

De manhã, ao levantar-me, verifiquei que não se havia quebrado coisa alguma...

Nessa mesma manhã o carteiro nos trouxe uma carta anunciando-nos a morte da tia Boyet, irmã de meu pai, falecida à noite em Montigny.

A coincidência é pelo menos estranhável. Tu sabes que tínhamos muito de que nos queixar da conduta de minha cunhada para conosco.”

Flammarion acrescenta a esta narrativa os comentários seguintes:

“Nada quebrado! Esses fatos são verdadeiramente singulares.

Tudo se passa como se houvesse o intuito de chamar a atenção. Não parece, entretanto, que estas manifestações sejam voluntárias, conscientes; neste caso não teria significação nenhuma. A distância de Montigny a St. Thiébault é de 23 quilômetros, em linha reta. Parece-me bem, depois de centenas de revelações que me têm sido dirigidas, que estas transmissões são de natureza elétrica.”

Mais adiante, às págs. 308 e seguintes, Flammarion explica melhor seu pensamento, pelos reparos seguintes:

“Para os fenômenos subjetivos não temos outras explicações além das transmissões psíquicas que conhecemos; mas, para os deslocamentos reais, os movimentos verificados, é natural que pensemos na eletricidade, tendo o cuidado de declarar que ignoramos absolutamente a natureza dessa força. quantos exemplos poderíamos citar em apoio

dessa assimilação!... Como quer que seja, podemos pensar que a eletricidade goza de papel importante nos fenômenos aqui estudados.”

Tal é a opinião de Flammarion, que propõe, em suma, uma hipótese muito semelhante à “vibratória”; acreditamos, por conseqüência, que não será difícil demonstrar que ela não é fundada.

Bastará, com efeito, observar que as ondas elétricas são submetidas à lei física e se propagam em razão inversa do quadrado das distâncias, enfraquecendo à medida que avançam ao espaço, até se extinguirem praticamente; sabe-se, no entanto, que tal não se produz nunca com a energia telecinésica e telepática, que é tão ativa a 5.000 quilômetros de distância como o é a alguns metros somente. Isso prova que na base dos fenômenos de telecinesia deve encontrar-se uma força, ou melhor, uma faculdade, não de natureza física, mas psíquica, pois que se pode transferir instantaneamente a uma distância qualquer sem se dissolver; essa faculdade deve ser também sensível e consciente, dada a possibilidade de utilizar a “energia mediúnica” (subtraída, provavelmente, de algum sensitivo), para exercê-la sobre determinada pessoa, com um fim geralmente manifesto.

Todas essas considerações obrigam-nos a admitir que esta “faculdade psíquica, sensorial e consciente” consiste na presença, no lugar, da entidade espiritual do morto, interessado na questão.

Esta conclusão é plenamente imposta pelos fatos expostos até aqui e ela se imporá, ainda, principalmente, por aqueles que se vão seguir.

Com efeito, muitas vezes os fenômenos telecinésicos, em vez de se realizarem no momento da morte do agente, produzem-se na ocasião em que seus familiares recebem a notícia, quando, necessariamente, as pretendidas ondas elétricas se deveriam ter perdido desde muito. Em outras ocasiões, os fenômenos, depois de realizados no momento da morte, prosseguem até que haja sido satisfeito o desejo expresso pelo defunto em seu leito de

morte – o que torna evidente a intenção do morto de impressionar os vivos para os arrastar a cumprir-lhe os votos.

Quanto à objeção de que os meios, pelos mortos adotados, para atingirem os seus fins, parecem vulgares ou absurdos, é preciso não esquecer que esses mortos se manifestam como podem e não como querem.

Reservo-me para chegar a este ponto nas conclusões desta obra; mas os reparos que aqui ficam bastam para mostrar que a tese de Flammarion não é sustentável.

Ele se enganou por haver julgado por exemplos não adequados, realizados a pouca distância do moribundo e sem conter os indícios manifestos de uma intenção diretiva dos fenômenos.

Caso 10 – Extraio-o da *Revue Scientifique et Morale du Spiritisme* (1906, pág. 742). Em minha coleção é o fenômeno de telecinesia único em seu gênero, provocado por um vivo. O fato foi transmitido ao diretor da *Revue*, Gabriel Delanne, pelo Dr. Breton, com o pedido de não declarar os nomes dos protagonistas, que se acham, aliás, no relato.

“O pintor Dubois Menant, muito conhecido, veio passar dois meses em Nice. Alojando-o em minha casa, tive o prazer de agradáveis horas de palestra com esse adiantado espiritualista, que me contou um fato psíquico. Dou-lhe a palavra.

“Devia vir ao meu estúdio, em Paris, a 20 de março de 1904, a Sra. J... Fazendo os meus preparativos às 2:35, percebi que o cavalete, que suportava o retrato em pastel da Sra. V... seria mais cômodo para meu trabalho do que o que estava disposto para esse fim. Fiz, pois, a mudança.

O retrato estava em um quadro oval e sob um vidro ordinário, esperando seu lugar definitivo. Nesse momento experimentei sensação estranha, muito forte, com a intuição de que iria suceder um acidente, qualquer que fosse o meio que eu empregasse para evitá-lo. Convenço-me que ele vai rolar até o chão e quebrar-se. Ensaio pô-lo em equilíbrio e me preparo para apanhar dois calços a fim de assegurar-lhe a estabilidade; apenas, porém, voltei a cabeça, ouço um

formidável ruído: era o retrato que jazia em terra, sob os destroços do vidro e do quadro quebrado.

Levantei cuidadosamente todos os pedaços de vidro e verifiquei, com satisfação, que o retrato tinha apenas um arranhão na maçã da face direita; temendo que o papel estivesse furado, passei delicadamente o dedo no lugar do acidente, e foi com grande alívio que pude certificar-me de que essa arranhadura não ia além da superfície do papel; tudo se reduzia, pois, a um simples acidente material do vidro e do quadro, facilmente reparável.

Olho o relógio; são 2:45; o meu modelo chega.

Feito o retrato, a Sra. J... me marca uma reunião às 9 horas da noite, com alguns amigos.

À minha chegada, dizem esses senhores:

- Conhece o endereço da Sra. V...?
- Sim, Rua do Mercado, 43 (Marché), em Newilly.
- Ah! Tanto melhor, não é ela.
- Por que? Que há?

Esses senhores me mostram, então, o número de *La Presse*, dessa mesma tarde, dando notícia de um acidente acontecido durante o dia, às 2:45 (domingo, 20 de março), no Metropolitano, e entre os feridos o jornal citava uma Sra. V... moradora na rua Philippe-le-Boucher, que tinha sido atingida por pedaços de vidro na face.

O endereço que eu conhecia não correspondia ao dado pelo jornal e daí concluírem esses senhores que o acidente nada tinha que ver com a Sra. V..., de nossas relações, mas com outra pessoa do mesmo nome.

Afirmei, então, que o acidente devia ter acontecido, de fato, com a Sra. V..., a que conhecíamos, e não a outra, e indiquei finalmente o lugar da ferida, acrescentando que iria ver a senhora no dia seguinte.

Diante do espanto geral, não mais insisti, e no dia seguinte, segunda-feira, 21 de março, fiz a visita projetada.

Encontrei essa senhora com a cabeça envolvida em ataduras; tinha sido ela mesma a vítima do acidente relatado pelo jornal; houvera sido atingida na maçã da face direita por um pedaço de vidro, que lhe dera um talho superficial na pele, exatamente no ponto do retrato.

O acidente se verificara às 2:45, exatamente no momento em que o quadro caía do cavalete.

O erro de endereço se devia ao fato de que essa senhora habita uma casa fazendo ângulo com as duas ruas, do Mercado (Marché), e Philippe-le-Boucher; o repórter tinha indicado a segunda, em lugar da primeira.”

Nos comentários que o Dr. Breton aduz a esse respeito, demonstra que não se podia tratar de “coincidência acidental” e nota entre outras coisas:

- 1º) Coincidência de hora – foi às 2:45 que a Sra. V... foi ferida e é nesse momento que o retrato cai do cavalete;
- 2º) Coincidência do agente vulnerante – vidros dos dois lados;
- 3º) Coincidência da profundidade da ferida, que só atinge a parte superficial da pele do rosto da Sra. V..., e no pastel não passou de uma arranhadura;
- 4º) Coincidência exata de localização, visto como a ferida da Sra. V... e o arranhão do pastel foram ambos à maçã da face direita.

Eis coincidências. Ora, não parece que essas quatro ordens de fatos concordantes possam ser logicamente atribuídas a simples coincidência; há outra coisa! há um laço entre os fenômenos experimentados pela Sra. V... e os fenômenos produzidos no retrato.

Tal é o comentário do Dr. Breton e não se pode desconhecer a lógica do seu arrazoado. Por conseqüência, se excluirmos a hipótese das “coincidências atuais”, a que outra hipótese podemos recorrer para explicar esse episódio excepcional de telecinesia realizada por um vivo?

Antes de responder a essa questão é útil expor algumas considerações de ordem geral, porque o episódio é teoricamente importante, visto como demonstra que o princípio fundamental em que está baseada a hipótese espírita é justo, também, quando se trata de fenômenos de telecinesia. O mesmo é dizer que todas as manifestações supranormais que se produzem com o auxílio do *Espírito desencarnado* devem produzir-se também por intermédio de um *Espírito encarnado*, posto que de forma mais atenuada e somente em circunstâncias especiais.

Animismo e Espiritismo representam os dois aspectos complementares de uma questão única que não é possível dividir.

Têm-se visto sábios, apesar disso, emitir a opinião de que se se chegasse a provar a origem positivamente anímica de certos fenômenos mediúnicos, pertencendo a algumas classes especiais consideradas até aqui como tendo origem espírita, a hipótese espírita tornar-se-ia supérflua e deveria cair irreparavelmente. A existência de comunicações mediúnicas entre vivos teria, por exemplo, o poder de opor-se à classe das comunicações mediúnicas com os mortos.

Nada mais falso que esta conclusão; dever-se-ia, ao contrário, seguir neste assunto um arrazoado indutor bem diferente.

Com efeito, se o homem possui um espírito que sobrevive à morte do corpo, é que ele é incontestavelmente provido de sentidos e faculdades espirituais aptos à ambiência que o espera; esses sentidos, essas faculdades devem, pois, existir já em estado latente, na subconsciência humana, esperando surgir e funcionar em uma ambiência espiritual, da mesma forma que os sentidos existem já no embrião, esperando surgir e funcionar na ambiência terrestre.

Ora, se esses sentidos e essas faculdades existem nos esconderijos da subconsciência humana – o que se dá realmente – eles deverão, em momentos excepcionais de crise orgânico-funcional, manifestar-se por traços fugitivos no curso da existência terrestre e funcionar pela maneira transcendental pela qual funcionam depois da morte corporal. Se assim acontece, é natural que se

produzam, de modo fragmentário, os mesmos fenômenos que se realizariam pela interferência de um Espírito desencarnado.

Se isto não se produzisse no correr da existência terrestre, não teríamos o direito de afirmar a sobrevivência da alma, mesmo em face das manifestações espíritas, porque estas nada teriam de comum com a natureza humana.

Essa falta de relação entre as duas formas de existência autorizaria, ainda, a atribuir as manifestações mediúnicas a entidades espirituais existentes no espaço; não haveria razão para atribuí-las a Espíritos humanos desencarnados.

Em conclusão: os fenômenos anímicos, longe de poderem ser opostos à hipótese espírita, a confirmam, a apóiam e lhe são o complemento necessário.

Nessas condições, resta-nos aplicar ao caso referido as deduções que acabamos de expor, notando que se a Sra. V... chegou a manifestar-se a seu amigo pintor, produzindo um fenômeno de telecinesia análogo ao provocado pelos moribundos e pelos mortos, significa isso que, em consequência do acidente ferroviário no qual foi ferida, caiu provavelmente em síncope, por alguns instantes, o que determinou um fenômeno de bilocação: o seu corpo espiritual, orientado por sua vontade, transportou-se ao atelier do seu amigo pintor, ao qual manifestou a sua presença, comunicando-lhe o acidente que lhe tinha acontecido, e exercendo uma ação supranormal sobre o retrato, como acontece com os moribundos e agonizantes.

Por que não se daria o mesmo nos dois casos? Não são idênticas as condições? Não é a mesma entidade espiritual que age em ambos?

Caso 11 – Esta narrativa faz parte de uma carta na qual a Condessa Elisabeth Beni expõe alguns fenômenos supranormais acontecidos com sua mãe e consigo própria. (*Luce e Ombra*, 1919, pág. 23.)

“Entre os fenômenos sucedidos comigo, posso citar um. Em 1900, estava como aluna numa instituição de Cheltenham, chamada *Ladies College* (Colégio das Senhoras).

Uma noite de junho – não me lembra o dia preciso –, enquanto eu velava, ouvi cair no chão um livro que se achava sobre a mesa. Na manhã seguinte, ao apanhá-lo, espantei-me, porque o livro, estando sobre a mesa, não podia cair, a menos que fosse deslocado por alguém. Era um presente de um velho bispo protestante, pai de algumas moças minhas amigas e autor do livro.

Algumas horas depois, fui à escola e soube que o Bispo Gott tinha morrido repentinamente em sua casa, em Trenyton, Cornouaille, na véspera desse dia.”

Neste caso, a ação telecinésica da parte do defunto, em lugar de se exercer sobre um retrato, seria exercida sobre o livro do qual ele era o autor – o que parece muito natural e não modifica, de forma nenhuma, a questão a resolver.

Caso 12 – No caso seguinte, vê-se o fenômeno telecinésico exercer-se sobre um grande balancim de relógio. Encontro-o nos *Proceedings of the American S. P. R.* (1885-1889, pág. 433).

Os nomes dos protagonistas não são publicados, mas a direção da Sociedade os conhece.

A Srta. M. O. A. envia esta narrativa em data de 8 de fevereiro de 1888:

“Uma noite de outono último, sucedeu-me ter um sonho estranho e curioso e que, pela coincidência dos acontecimentos, produziu em mim profunda impressão.

Sonhei que meu tio materno tinha morrido, que eu tinha estado em Brooklyn a fim de assistir-lhe às exéquias e que tivera o grande pesar de chegar bastante tarde; a cerimônia já estava terminada e o corpo não estava mais na casa. No sonho vi minha tia e minhas primas, mas não tive tempo de conversar com elas, porque fui acordada em sobressalto por uma pancada muito forte, como de um corpo pesado que caísse ao chão.

Essa pancada não fazia parte do sonho; era um fato real, embora eu não pudesse imediatamente perceber a causa de semelhante ruído.

Na manhã seguinte contei o sonho aos meus parentes e fiquei com o pressentimento de que não tardaria a receber más notícias.

Logo depois, percebi que o ruído tinha sido produzido pela queda de um grande balancim do relógio de parede, colocado no salão ao lado.

Passaram-se dois dias sem notícias; na manhã do terceiro dia os jornais anunciaram a morte de meu tio paterno e não a do materno – morte que se realizara na noite do sonho. Era bastante tarde para ir às exéquias.

Por motivos que ignoro, a triste notícia não me fora comunicada; mas o sonho me havia prevenido, talvez na própria hora do falecimento.”

A irmã da percipiente, a Sra. Isabel A., confirma esse acontecimento nos seguintes termos:

“Eu estava, então, em casa de minha irmã e me lembro perfeitamente do sonho que ela me contou, perguntando-me, além disso, se não tinha ouvido, durante a noite, um ruído muito forte, como de um objeto muito pesado caído no solo.”

A Sra. Elisabeth B. H. conta:

“Narrou-me a Srta. A... o sonho que acabava de ter em relação com a morte do tio, a qual se dera na própria manhã em que sonhara.

Quanto ao ruído produzido, nessa noite, pelo balancim, também o ouvi.”

A circunstância, no caso acima, de haver-se produzido o fenômeno telecinésico simultaneamente com um sonho telepático, anunciando a morte do tio da percipiente e prenunciando que ela não poderia assistir às exéquias do defunto, fortalece a realidade do fenômeno telecinésico, tornando improvável a hipótese das “coincidências fortuitas”.

Quanto ao fenômeno em si próprio, é ele absolutamente análogo, no ponto de vista teórico, aos outros já relatados.

Casos de relógios que param em relação com acontecimentos de morte

Passando agora a examinar os fenômenos de telecinesia que se manifestam sob a forma de relógios que param, em relação com acontecimentos de morte, torna-se necessário esclarecer que deles há poucos exemplos nas revistas e livros metapsíquicos, embora, ao que parece, essa espécie de manifestações esteja entre as mais freqüentes da fenomenologia de que nos ocupamos.

Isso acontece, provavelmente, por causa do motivo já mencionado – o de que, sob o ponto de vista probatório, esta classe de fenômenos pode ser facilmente explicada pela hipótese das “coincidências acidentais”.

Desejo, pois, que minha publicação possa servir para fazer compreender o interesse teórico que apresentam os casos desta natureza e demonstrar, ao mesmo tempo, que esses incidentes não devem ser tomados separadamente, mas cumulativamente.

Sem dúvida, não se pode conceder valor probatório ao caso insulado de um relógio que pára em coincidência com um acontecimento de morte; mas cem casos de coincidências análogas apresentam valor muito grande, tanto do ponto de vista de sua existência como fatos, como do ponto de vista teórico.

Reportar-me-ei apenas a cinco exemplos desta espécie, porque a messe recolhida não é abundante e porque os incidentes são quase sempre contados de forma muito anedótica para que possam ser recebidos em uma classificação de fatos.

Caso 13 – Foi publicado pela *Light* 898, pág. 225). Conta o Sr. E. B. Mac Mellan:

“Um de meus amigos observou que o velho relógio de pêndulo, que estava em perfeito estado de conservação e havia, constante e irrepreensivelmente, preenchido sua tarefa de assinalar o tempo, parara havia dois ou três minutos após a morte da mãe de meu amigo.

Um familiar, presente, notando que a doente estava nos seus últimos momentos, tinha olhado para a hora, nesse re-

lógio, colocado no quarto contíguo, e percebera-lhe perfeitamente o movimento.

Depois que a agonizante entregou a alma, ele voltou a olhar a hora, a fim de registrar o instante exato do falecimento; com grande surpresa verificou que o relógio tinha parado nesse curto intervalo de tempo.

Observou-se, ainda, que tinha corda.

A família acreditou que o incidente fosse produzido por uma inteligência extrínseca, tanto mais quanto a morta era ardente espírita.”

Neste primeiro exemplo, o fenômeno telecinésico realizou-se na própria casa em que se deu o óbito – o que constitui a regra nessa espécie de fatos.

Devo, entretanto, notar que essa regra comporta exceções numerosas, nas quais há grandes distâncias entre a casa em que se realiza a manifestação telecinésica e a em que se produz o acontecimento de morte.

Essas exceções, também nestas eventualidades, servem para eliminar a hipótese de uma força física que se desprende do moribundo e se propaga ao longe por ondas concêntricas, pois que deveria estar então submetida à lei física do quadrado inverso das distâncias e ser praticamente nula além de certo limite.

Em realidade, tal não se produz no fenômeno de que nos ocupamos, conhecendo-se incidentes realizados dum continente a outro.

Não se pode, pois, desconhecer a existência de uma intenção nas manifestações dessa outra forma de fenômenos telecinésicos, como não se poderia desconhecer nas manifestações análogas sobre quadros e retratos.

Se o fenômeno dos relógios que param parecesse a alguém ainda mais banal ou vulgar que o outro, seria bom repetir que a personalidade espiritual dos trespassados se manifesta como lhes é possível e não como quer.

Se eles desejam, por conseqüência, consolar e encorajar as pessoas que lhes são caras, dando sinal de sua presença, devem

sujeitar-se às leis da existência espiritual, que não comportam relações diretas com o mundo dos vivos, e necessariamente recorrer aos meios restritos de que dispõem.

Em qualquer caso, o fenômeno, mesmo vulgar, pode tornar-se uma demonstração solene da existência e da sobrevivência da alma, se chegar a convencer os que moram aqui na Terra, da presença espiritual do desaparecido.

Casos 14 e 15 – Foram recolhidos ambos pelo Senhor Holland, correspondente do jornal *Philadelphia Press*, e publicados pela *Light* (1898, pág. 225).

“Há dois dias, na cidade de Filadélfia, produziu-se um incidente supranormal muito bem documentado e que será comunicado à Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas.

Na parte baixa da cidade existe um hotel célebre, porque há 70 anos aí se reúnem homens muito conhecidos por seu talento e suas riquezas, e por vezes senhoras de famílias ilustres. Frequentavam-no, ultimamente, os membros da família Vanderbilt, para saborear os famosos bifesteques, contornados de batatas fritas, em um meio que não mudou desde o dia em que foi descoberto o lago Erie.

O proprietário, filho do construtor do hotel, morreu há dois dias e logo depois de sua morte notou-se com surpresa que o velho relógio, colocado no dia da fundação da sala principal, tinha parado na hora justa em que o proprietário morreria.

Como acabo de dizer, este fato será comunicado à Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas, apoiado com a necessária documentação.

Em todo caso, eis outro acontecimento análogo, de que não se falou publicamente até aqui e cuja autenticidade é não menos incontestável.

Ele teve por protagonista o juiz de Washington, Jerry Wilson, que ninguém acusará de ser supersticioso ou simpatizar com os que declaram compreender e explicar as manifestações supranormais.

Entretanto, ele verificou, recentemente, um acontecimento semelhante ao anterior, que narra algumas vezes, sem lhe tirar as deduções teóricas.

O Juiz Wilson tinha um amigo íntimo, residente em Washington, que se habituara a enviar-lhe, todos os anos, um presente, por ocasião das festas do Natal.

Era ele um colecionador apaixonado de objetos antigos e mostrava muito bom gosto na escolha.

Em uma dessas ocasiões, enviara ao Juiz Wilson um relógio raro e curioso, que tinha comprado na Europa. O juiz pendurara-o em seu quarto, colocado no 3º andar da casa, e lá ficou o relógio muitos anos, regulando sempre perfeitamente.

Há algum tempo, sucedeu ao juiz acordar certa noite bruscamente, quase para verificar que tinha cessado o alegre tique-taque do relógio.

Ele dormiu pouco tempo depois. Na manhã seguinte notou que as agulhas do quadrante haviam parado às 2:10. Não pôs novamente em marcha o aparelho, acreditando que, se o mesmo havia parado sem causa especial, é que tinha necessidade de conserto. Mas, ao ir almoçar, foi informado de que o amigo morrera, nessa mesma noite e precisamente às 2 horas.

Ainda hoje o relógio do Juiz Wilson jaz na parede do seu quarto, marcando constantemente 2:10; seu proprietário não lhe quis tocar para conservar a lembrança desse memorável acontecimento.

Quando mostra o relógio a algum amigo, pergunta-lhe:
– Crê que se trata de pura coincidência?”

Nos dois casos acima, o primeiro não difere do exposto precedentemente.

No segundo nota-se esta circunstância: o fenômeno telecinésico produziu-se de uma casa a outra da mesma cidade de Washington; não é indicada a distância exata entre os dois pontos.

Esta circunstância não deixa de ter importância; com efeito, se é teoricamente admissível que um moribundo desprenda uma força física capaz de fazer parar um pêndulo a pouca distância do leito mortuário, parece absurdo admiti-lo quando o fenômeno se realiza de uma a outra casa.

Para aqueles que forem levados a conceder tal extensão a essa teoria, faremos seguir um caso no qual o fenômeno se realiza a mil quilômetros de distância – o que equivale a eliminar definitivamente a hipótese vibratória, também com relação às pêndulas que param concomitantemente com acontecimentos de morte.

É evidente, entretanto, que se um relógio pára ou se um quadro se destaca da parede sem nenhuma causa natural, isso prova que um centro de força *sui generis*, dirigido por uma vontade, qualquer que seja, exerceu-se efetivamente sobre esse ponto.

No que concerne ao problema da vontade dirigente, não parece que seja possível imaginar outra hipótese que não a espírita.

Quanto ao outro problema, que diz respeito à gênese do centro de força à disposição da vontade dirigente, chegaríamos a resolvê-lo por duas hipóteses, provavelmente tão bem fundadas uma como a outra, e que podemos aplicar aos casos, segundo as circunstâncias.

A primeira é que o *corpo espiritual* conserva, durante um curto espaço de tempo, uma força suficiente para a produção dos fenômenos telecinésicos; a segunda é que o defunto subtrai, por vezes, dos organismos dos assistentes a força física necessária.

Caso 16 – Extraio-o dos *Proceedings of the American S. P. R.* (1882-1889, pág. 429).

É um incidente rigorosamente examinado, no qual o fenômeno telecinésico se produz simultaneamente com outro de natureza telepática.

O percipiente, G. W. Fry, empregado da estrada de ferro, escreve:

“Eu morava há muito tempo com meu irmão Gedeon, havendo por isso, entre nós, relações de associação íntima, como não podiam existir entre outros membros da família.

Na sexta-feira, 2 de dezembro de 1887, recebi um telegrama proveniente de Big Rapids, no qual se me anunciava que ele estava gravemente enfermo, e que não viveria, provavelmente, mais 24 horas ainda.

Eu bem sabia dos seus sofrimentos, mas ignorava que se encontrasse em tão desesperadora condição.

Como não podia abandonar minhas funções para correr à sua cabeceira, sentia-me profundamente abatido, pensava nele constantemente, e no domingo, 4 de dezembro, fui à igreja para orar em sua intenção.

Na tarde de domingo, depois de ter assistido, na igreja, à cerimônia religiosa, achei-me na obrigação de escrever-lhe. Enquanto estava ainda na minha escrivaninha, percebi que o relógio, pendurado na parede em frente – e que lhe pertencia – havia parado.

Levantei-me para certificar-me e, olhando a hora no meu, verifiquei que a parada se dera havia alguns minutos somente. Ao introduzir a chave no quadrante para dar corda, observei que ela já estava dada. Dispus-me, então, a pôr os ponteiros na hora, quando luz estranha se desprende do mostrador, parecendo-me ter ouvido estas palavras, proferidas muito nitidamente, com o timbre de voz de meu irmão:

– Para mim está acabado! Para mim está acabado!...

Fiquei profundamente impressionado e convencido de que meu irmão estava morto e que as palavras que eu tinha ouvido eram as últimas que havia ele pronunciado; pus de lado a carta que lhe tinha escrito e não a enviei.

Na manhã seguinte, antes de ir para o trabalho, contei o incidente à minha mulher. Às 11:30 da noite deram-me um telegrama recebido por meu irmão Daniel e assim concebido: “Gedeon morreu. Vem imediatamente a Montagne.”

O telegrama estava assinado por minha irmã Lizzie. Recebi pouco depois uma carta na qual minha irmã dizia que Gedeon morrera às 8:45 da noite de 4 de dezembro, domingo, e que suas últimas palavras tinham sido: – Para mim está acabado! Para mim está acabado!...

Eu tinha ouvido a voz no relógio às 9:45, mas a diferença de tempo é justificada pela distância existente entre Oil City e Big Rapids.”

(A esposa do narrador, Sra. Kate J. Fry, a irmã Lizzie Fry e o amigo S. W. Turner confirmam o que precede.)

A propósito do caso acima, repito que a simultaneidade da realização das duas manifestações supranormais de ordem diferente é interessante e significativa, visto como implica ter sido o agente que provocou a alucinação telepática o que determinou, também, a parada do relógio de pêndula.

Como a distância entre Oil City e Big Rapids é de mais de 1.000 quilômetros, daí resulta, de maneira incontestável, que o agente causador da parada do relógio não podia consistir em uma força física desprendida do organismo do moribundo, sob uma forma vibratória.

Não nos resta, pois, para a explicação dos fatos, senão recorrer à hipótese da presença espiritual do morto; e, nestas condições, o próprio fenômeno telepático deveria ser atribuído à mesma causa.

Estas conclusões mostram o valor teórico dos fenômenos telecinésicos, os quais, pertencendo à ordem *física*, se prestam a fazer sobressair o infundado da hipótese vibratória, muito mais claramente do que o fariam os fenômenos telepáticos, cujas pretendidas vibrações seriam de ordem psíquica. Donde se segue que somos levados a recorrer à hipótese espírita para explicar os fenômenos telecinésicos e se os telepáticos se realizam, por vezes, simultaneamente com os primeiros, seremos forçados a deduzir que parte considerável das manifestações telepáticas deve ser explicada pela mesma hipótese.

Deveríamos, assim, circunscrever em limites mais modestos a outra explicação em voga, segundo a qual todas as manifestações englobadas hoje sob o nome geral de *telepatia* se reduziriam a um fenômeno de transmissão do pensamento entre um cérebro e outro.

Caso 17 – Encontra-se na obra de Flammarion, *Autour de la Mort* (pág. 351).

O Dr. Weil, rabino em Strasburgo, comunica o episódio seguinte:

“Minha avó morreu em 1913.

Na hora de sua morte, o relógio, que estava no seu quarto, parou e ninguém conseguiu repô-lo a trabalhar.

Alguns anos depois, morreu o filho de minha avó e, no dia do seu falecimento, o relógio continuou a andar, sem que ninguém lhe tivesse tocado.”

Flammarion escreve a esse respeito:

“É certamente estranho que um Espírito (um moribundo ou morto) tenha meios de parar um relógio ou pô-lo em movimento. Como pode ele agir sobre a mola? Vimos mais acima, entretanto, que o raio pode fazê-lo.”

Como se pode ver, Flammarion torna à sua hipótese favorita (que já discuti em meus comentários ao Caso 9), isto é, a de uma força elétrica que, desprendendo-se do organismo de uma pessoa moribunda ou já defunta, é a causa do arresto no movimento de um relógio, fora de qualquer intenção da parte do moribundo ou do morto.

Notarei a esse respeito que não existe, em realidade, analogia com os fenômenos do raio. Com efeito, se o raio é capaz de parar um relógio, é que lhe toca, ao passo que se trata aqui de paradas que se produzem a qualquer distância do agente.

No caso que acabamos de relatar pôde-se ver que a parada se tinha realizado a mil quilômetros da residência do morto.

Não temos, por conseqüência, mais que repetir o que dissemos nos comentários ao Caso 9, isto é, que as “ondas elétricas”, estando submetidas à lei do quadrado inverso das distâncias e enfraquecendo à medida que se propagam no espaço – até se esgotarem – praticamente não podem explicar as manifestações telecinésicas que se realizam a uma distância qualquer, sem nenhuma atenuação da força atuante.

Isto basta para mostrar que nada existe de comum entre os fenômenos de telecinesia e os gestos do raio, além de uma analogia inteiramente superficial.

Fenômenos de *telecinesia* de aspectos variados, coincidentes com ocorrências de morte

Passarei a expor, em seguida, alguns incidentes de telecinesia de forma variada, começando por dois casos nos quais a ação física se exerce sobre a cama dos percipientes.

Caso 18 – Apareceu nos *Annales des Sciences Psychiques* (1916, pág. 70). O redator-chefe dessa revista, C. de Vesme, publica a seguinte carta que lhe foi escrita pela Senhora Gillot:

“Eis um fenômeno psíquico que foi observado em Viena (Isère), em abril de 1915; dele fui informada por minha filha que aí reside.

Reproduzo um tópico de uma de suas cartas.

Querida mamãe, vou contar-te um fato que te interessará. A mãe Jeanne Dumière morreu. Ela ficou 8 dias no hospital; ao 8º dia, a irmã que a velava disse ao marido da doente: “Venha amanhã sem falta; V. ou sua filha, porque o estado da Sra. Dumière é grave.”

À noite os membros da família se vão deitar aflitos. Eis que, quando soavam justamente 4 horas da manhã, a cama em que se encontravam Joana e sua irmã mais velha foi sacudida, ou antes, levantada com violência.

As duas moças despertaram imediatamente e pensaram: Mamãe deve ter morrido.

Com efeito, às 4 horas da manhã, a Sra. Dumière exalava o último suspiro.

Tendo ouvido Joana Dumière contar esse fato a suas amigas, pedi-lhe que mo explicasse, a fim de to comunicar.

Mme. Gillot, em Clérieux (Drome).”

O que parece digno de nota no caso acima é a grande energia necessária para abalar e levantar uma cama na qual dormem duas pessoas – energia muito superior à que é precisa para fazer parar um relógio ou destacar um retrato de uma parede.

Provavelmente, como já o dissemos, em semelhantes circunstâncias os Espíritos dos defuntos subtraem a força vital dos organismos dos indivíduos presentes.

Caso 19 – Eis um segundo caso de levitação de uma cama, que extraio da revista *Luce e Ombra* (1916, pág. 142).

A Sra. Annete Boneschi Ceccoli escreve o que se segue, em 19 de março de 1919:

“O Coronel D. F. era excelente pessoa, oficial à antiga e amigo dedicado. Por se unir, porém, em segundas núpcias, com mulher de religião diferente da sua, teve acerbas zangas com seus pais.

Os filhos foram, com seu consentimento, educados na religião materna, enquanto o pai ficava fiel à de seus genitores.

Chegada sua última hora e se sabendo condenado por moléstia incurável, não queria o pobre coronel persuadir-se que se devia deixar assistir por um ministro de outro culto; mas a consorte, no interesse dos filhos, achou que ele devia submeter-se às formas de seu credo.

Não entrarei em detalhes; tenho somente a declarar que me afastei dessa família, sem cessar, entretanto, de procurar notícias do pobre oficial.

Tinha então comigo, mais na qualidade de amiga que de subordinada, uma criada, boa e inteligente moça, Zaira T., de temperamento muito nervoso e hipersensível, um tanto ou quanto histérica e, segundo dizia, dotada de comprovada mediunidade.

Na tarde de 24 de abril de 1912, Zaira foi à casa do doente para saber, como de costume, notícias suas.

Pedi-lhe mesmo que lá fosse com mais freqüência, para conhecer das aflições do enfermo, não só por seu mal incurável, como pela obsessão moral de que falei.

A moça voltou, pelo crepúsculo, e me encontrou só, ocupado em dar o jantar ao meu velho Leo (pequeno cão que

havia sido tão caro a meu defunto marido), e que se achava por afetuosa concessão em meu próprio quarto.

Zaira estava séria e silenciosa.

– Pois bem, que notícias trazes?

– As notícias, as notícias...

(Ela abanou a cabeça.)

– Vai mal, então?

– Não senhora, ele morreu.

Juntei as mãos a essa notícia prevista e exclamei:

– Pobre homem! Achou, enfim, a paz!

Mal tinha pronunciado estas palavras, um grande ruído de ferragens nos fez estremecer e atraiu nosso olhar em direção à cama, que vimos ambas soerguida de muitos centímetros do solo, para logo recair com ruído.

Nesse momento pensei e disse:

– Há alguém embaixo da cama!

Tendo aberto o comutador, sem bravata, mas sem medo, apressei-me a verificar; tinha pensado em um homem oculto com más intenções, mas não encontrei nada.

Aproximei-me de Zaira que estava pálida e aterrada, observando que o cão não havia dado sinal de alarma, mas tinha subido para uma cadeira, com o pêlo eriçado e as orelhas caídas.

Devo acrescentar que o leito era de cobre, muito pesado e de grandes proporções; o abalo do metal foi como uma trepidação antes de levantar; depois o móvel caiu com pesada pancada em seu lugar primitivo.

Nunca mais o vi mover-se depois dessa noite.

Zaira não está mais comigo, mas vem muitas vezes fazer-me companhia e nós nos lembramos juntas da penosa impressão desse momento e do pobre coronel, morto em condições de espírito tão contrárias à paz.

Florença. março de 1916.” (Assinado: Annete Boneschi Ceccoli.)

No caso referido, a hipótese vibratória – se há ainda alguém que seja levado a admiti-la – é definitivamente excluída por haver o fenômeno telecinésico se realizado muitas horas depois da morte da pessoa indicada; as chamadas vibrações físicas, desprendendo-se do organismo do moribundo, deveriam ter-se dissolvido muito antes da produção do fenômeno.

É interessante, agora, fazer notar que o fenômeno sucedeu no momento preciso em que a Sra. Boneschi, recebendo a comunicação da morte do coronel, falava a seu respeito, exprimindo o vivo pesar de sua perda – coincidência muito significativa e que se não poderia explicar sem admitir-se a presença espiritual do falecido. Este teria provocado o fenômeno, para mostrar sua gratidão pelos sentimentos expressos em favor de sua pessoa.

Notarei, também, que a citada senhora, falando de sua empregada, disse que ela era dotada de temperamento “muito nervoso, hipersensível, um tanto histérico”, e segundo afirmava, também de comprovada mediunidade.

Pode-se, pois, deduzir que, se o fenômeno telecinésico se produziu com desacostumada energia, foi devido à presença de um *médium*, do qual o defunto devia ter retirado a força física necessária para provocá-lo.

Caso 20 – No episódio seguinte, que extraio da *Light* (1910, pág. 569), trata-se, ainda, de um objeto que se move espontaneamente, se bem que o objeto seja de proporções minúsculas, em comparação com os a que nos referimos nos exemplos que precedem.

Mas o fenômeno não é por isso menos interessante, tanto mais quanto é referido por Mme. d’Espérance, médium bem conhecida.

O fato produziu-se quando ela convalescia de longa e grave doença. Ela escreve:

“Há dois anos, quando eu estava na Suécia, um velho amigo da família, estando sentado perto de minha escrivaninha, notou que o meu pequeno relógio de prata, deposto sobre um móvel, jazia parado e me disse que eu não devia

desprezar objeto tão gracioso. Assim falando, tomou-o, deu-lhe corda e pô-lo à hora certa. Respondi rindo:

– Já que admira tanto o meu relógio, deixar-lhe-ei como legado em meu testamento.

– Muito bem – respondeu ele –, mas se eu morrer antes, não o terei, e então virei buscá-lo em espírito.

– Faça-o, se lhe agradar. Eu a isso o autorizo, desde já.

– Obrigado – respondeu-me –. Estamos entendidos: eu virei, se me for possível.

Meu amigo não era espírita, mas uma espécie de São Tomé a esse respeito, desejando ardentemente crer.

Muitas vezes esgotava minha paciência por sua argumentação de contraditor irreductível. Não permitia, porém, que em sua presença se denegrassem os espíritas e o Espiritismo.

Outro dia – e por ser precisamente 30 de outubro – o mencionado relógio estava colocado sobre a mesinha, perto de minha cama, onde sempre se conservara durante minha doença.

Um pequeno ruído desse lado atraiu minha atenção para o relógio; quando olhava para ele, vi-o dar um pequeno salto, como se quisesse levantar-se, para depois cair de novo.

Minha enfermeira, que estava perto da mesa, soltou um grito de espanto e exclamou:

– Mas desta vez não pode ser o vento Norte!

Para compreender esta frase é preciso saber que ultimamente se produziram em meu quarto tantas pancadas, ruídos e manifestações diversas, que a criada, Sra. Schaffer, vivia em contínuo estado de alarma.

Não ousava eu falar-lhe de Espíritos e cada vez que uma pancada se fazia ouvir ou se produzia qualquer outra manifestação inexplicável, tanto auditiva como visual, lhe sugeria eu que deviam ser provavelmente devidas ao vento Norte e acrescentava:

– Não há motivo para inquietação; quando o vento sopra do Norte, ouve-se toda a espécie de pancadas e ruídos.

Ela me pareceu satisfeita com a explicação, visto que não manifestou excessivo espanto quando os fenômenos se renovaram – e isto, ainda que o vento viesse de outro lado.

O fato, porém, de um relógio agitar-se espontaneamente foi de bastante eloquência para o seu entendimento e pouco depois declarava que, uma vez que minha saúde tinha melhorado, não via mais necessidade de dormir em meu quarto.

Não me opus, permitindo que ela fosse dormir alhures. Quanto à significação do movimento do relógio, não tive nenhuma dificuldade em compreendê-lo.

Na manhã seguinte, a 31 de outubro, recebi a notícia da morte do meu velho amigo, morte que se tinha dado em Gotemburgo, na Suécia, em consequência de uma operação.

Suponho, naturalmente, que meu amigo, desprendido dos seus liames corporais e lembrando-se de nossa conversa e de sua promessa, buscou levantar o relógio para dar-me parte de sua morte. Soube, em seguida, que ele havia falecido a 28 de outubro, isto é, dois dias antes.” (Assinado: E. d’Espérance.)

Também neste caso o fenômeno telecinésico se realiza muito tempo depois da morte da pessoa que foi o seu agente. Além disso, o laço entre o defunto, o percipiente e o objeto sobre o qual se exerceu a força supranormal apresenta-se desta vez mais nitidamente, em consequência da promessa feita pelo morto; este indicara a intenção de exercer, se lhe fosse possível, sua influência, *post mortem*, precisamente sobre este objeto.

Tendo-se em conta estas circunstâncias, todas as hipóteses pseudocientíficas propostas até aqui para explicar esses fatos caem absolutamente e não resta outra possibilidade que não a de atribuí-las logicamente à presença espiritual do falecido.

Caso 21 – Neste outro exemplo, que extraio do livro de Camille Flammarion, *Autour de la Mort* (pág. 280), o fenômeno

telecinésico se exerce sobre uma campainha, como nos episódios análogos, tão freqüentes nas casas “mal-assombradas”.

A. Blavet, presidente da Sociedade de Horticultura de Étampes, diz-nos o que se segue:

“Eu estava no colégio de Sens, em Yonne, e tinha 16 anos, quando recebi uma carta de minha irmã, que habitava Étampes, com meu pai, minha mãe e uma criada.

Minha mãe sofria muito nessa época.

Uma noite, a campainha, cujo cordão ia da alcova em que dormiam meus pais ao quarto da criada, no 1º andar, pôs-se a tilintar fortemente.

Minha irmã veio a toda pressa ao quarto da criada, que ficava vizinho ao seu, e desceram ambas para se informarem se minha mãe estava doente e por que chamava.

Meus pais lhe replicaram que elas deviam ter sonhado e que ninguém fizera soar a campainha.

No mesmo instante novo toque se fez ouvir.

Meu pai saltou da cama.

O cordão da campainha e o martelo estavam ainda agitados e a criada, fazendo-se de valente, dizia:

– Bate, bate, tu não me metes medo.

Havia, pois, quatro testemunhas bem acordadas e ninguém, a não ser uma pessoa da alcova, poderia ter tocado a campainha.

Em seguida, tudo entrou em ordem. Antes de se deitar de novo, meu pai viu as horas: eram 2 e meia.

No dia seguinte recebia ele uma carta de Paris, anunciando-lhe a morte de um parente.

Querendo verificar se havia coincidência entre o fato e a morte, escreveu fazendo indagações e recebeu pronta resposta, onde se dizia que fora bem nessa noite e precisamente à hora indicada que se dera a morte do parente, o que provocou essa exclamação de meu pai:

– Mas então não está tudo acabado conosco?”

Os casos contados até agora, donde resulta a conclusão de que os fenômenos de que tratamos são provocados pelos falecidos, com o fim de anunciar a sua morte às pessoas às quais estão ligados e revelar-lhes sua presença espiritual, autorizam a acreditar que aconteceu o mesmo neste último fato, posto que a intenção do agente não seja evidente.

Em todo o caso, a circunstância do segundo toque da campanha, que se produziu quase em resposta à objeção dos parentes, que diziam ter sido efeito de um sonho a primeira audição do fenômeno, mostraria a presença da entidade espiritual do defunto e seu desejo de convencer a família, tirando-a do engano.

Caso 22 – Foi publicado nos *Proceedings of the S. P. R.*, vol. XIV, pág. 232.

Os percipientes são a Dra. Anna Luckens e o Senhor W. E. Ward.

Este último, a 13 de maio de 1887, escreve ao Dr. Hodgson:

“Um incidente estranho produziu-se no gabinete da Doutora Anna Luckens, na tarde do domingo último. Conversava-se a respeito do nosso querido amigo, o Professor Cope, morto quatro semanas antes de nossa volta de uma excursão de três meses através do México, da Califórnia e dos Estados do Nordeste.

Em certo momento, fiz alusão ao interesse que o defunto havia mostrado pelas pesquisas psíquicas, notando a importância que teria o fato de se obter algum sinal manifesto de sua sobrevivência, ou de saberem as suas impressões sobre a existência espiritual em que ele tinha, havia pouco, ingressado.

Mal acabara de exprimir esse desejo, a grande caixa de música da doutora começou espontaneamente a tocar e assim continuou durante mais de cinco minutos, com grande espanto nosso.

Estávamos desconcertados. Quando comecei a fazer conjecturas sobre a maneira pela qual se poderia explicar, naturalmente, esse espontâneo divertimento musical, justo nesse

momento, como se quisessem responder às minhas objeções, a caixa cessou de tocar tão bruscamente como tinha começado.

O instrumento havia três meses que não se armava; admitindo que um resto de tensão houvesse ficado na mola, deveria ela ter-se afrouxado muito antes, quando o gabinete da doutora fora submetido aos transtornos de uma mudança de mobiliário.” (Assinado: W. E. Ward.)

Em outra carta o Sr. Ward acrescenta este detalhe:

“Um curioso incidente, que creio ter omitido em minha carta precedente, produziu-se cerca de um quarto de hora antes que a caixa de música tivesse cessado de tocar.

Dirigi uma pergunta mental ao defunto Professor Cope, concebida quase assim: – “Eduardo, foi você quem fez tocar a caixa?” Imediatamente, três pancadas fortes foram dadas ao meu lado, no assoalho; mas como isso se produziu quando a doutora já tinha partido, não me é possível documentar esse fato com o seu testemunho.”

A Dra. Luckens assim se exprime:

“Nada tenho a acrescentar à narrativa do meu amigo Ward, sobre o incidente da caixa de música, a não ser que conservo minhas dúvidas quanto à origem supranormal dos fatos. Foi um incidente certamente desconcertante, porque estávamos reunidos no gabinete, conversando sobre o defunto Professor Cope e desejando obter uma prova qualquer da sobrevivência; o fenômeno correspondente da caixa de música, que se pôs espontaneamente a tocar, perseverando durante alguns minutos, surpreendeu-nos.

Sou, entretanto, levada a crer que se tratasse de uma coincidência fortuita, devida a causas naturais.” (Assinado: Doutora Anna Luckens.)

A propósito desse fato, é útil lembrar o que dissemos na introdução desta obra, isto é, que os casos de telecinesia em relação com os acontecimentos de morte não devem ser encarados isoladamente, mas cumulativamente. Com efeito, se é verdade

que a queda de um retrato ou a parada de um relógio em correspondência com um acontecimento de morte nada provam, se se trata de um caso de coincidência acidental, não é menos verdade que essas coincidências se renovam cem vezes, com cem casos de morte, e em consequência do acúmulo dessas coincidências vê-se surgir a prova incontestável de uma relação de causa e efeito entre os dois acontecimentos.

Ora, estas observações se aplicam de modo especial ao incidente acima. Se o tomamos, só, é ele sem dúvida explicável pela hipótese das coincidências casuais; mas se o tomamos em relação com tantos outros do mesmo gênero, somos, então, levados a considerá-lo como realmente telecinésico. E isso tanto mais quanto não devemos esquecer os comentários do narrador, ao observar que, se houvesse um resto de tensão na mola da caixa de música, ela se teria afrouxado muito antes, quando o gabinete da doutora foi submetido às reviravoltas de uma mudança, observação interessante do ponto de vista da autenticidade do fenômeno e à qual não se saberia que objeção opor.

Se quisermos, em seguida, levar em conta outro incidente contado pelo mesmo narrador, que dirigiu uma pergunta mental ao falecido para a confirmação do fenômeno, recebendo como resposta três poderosas pancadas, dadas a seu lado sobre o assoalho, não seria possível duvidar, ainda, da origem telecinésico-espírita do fenômeno.

A Dra. Luckens duvida, mas reconhece, ao mesmo tempo, que o incidente é desconcertante e fala por forma a deixar supor que sua dúvida não exprime inteiramente o sentimento de seu espírito.

Para aqueles que, estando dispostos a acolher a explicação espírita do fato, ficassem perplexos por causa da dificuldade de compreender como o Espírito do defunto estaria presente no gabinete, justamente no momento em que se falava dele, lembrei que a dificuldade é unicamente aparente e que é possível perfeitamente explicá-la graças à analogia que apresenta com os fenômenos telepáticos, nos quais uma pessoa, pelo fato de pensar intensamente em outra, se põe imediatamente em relação psíquica com essa outra.

Deveríamos, pois, explicar de maneira análoga o incidente narrado; não é preciso supor que o Espírito do morto se encontrasse no lugar, mas que o pensamento dos assistentes, dirigido com intensidade de afeição para o amigo desaparecido, houvesse estabelecido a relação psíquica entre eles; o Espírito desencarnado teria, então, intervindo para fornecer aos amigos que dele se lembravam a tão desejada prova de sua presença.

Caso 23 – No caso seguinte, que extraio do livro de Camille Flammarion, *L'Inconnu*, pág. 108, o fenômeno telecinésico exerce-se sobre um piano que toca por duas vezes, com alguns dias de intervalo, em perfeita relação com dois acontecimentos de morte.

Conta-o o pintor suíço Edouard Paris:

“Há cerca de ano e meio, meu pai, uma prima que morava conosco e minha irmã conversavam na sala de jantar.

Essas três pessoas estavam sozinhas no apartamento, quando ouviram, de repente, tocar piano no salão. Muito intrigada, minha irmã toma a lâmpada, vai à sala e vê, perfeitamente, algumas notas se abaixarem juntas, fazerem ouvir sons e levantarem-se.

Ela volta e conta o que observou.

Todos se riram com sua história, vendo no caso, a princípio, efeitos de algum rato.

Como, porém, a testemunha é dotada de vista excelente e, por nenhuma forma supersticiosa, acharam, por fim, estranhável o fato.

Ora, oito dias depois, uma carta de Nova York faz-nos saber a morte de um velho tio que habita nessa cidade. Mas, fato mais interessante, três dias depois da chegada dessa carta, o piano pôs-se novamente a tocar. Como da primeira vez, uma notícia de morte nos chegava oito dias depois: a de minha tia, desta feita.

Meu tio e minha tia formavam um par admiravelmente unido; eles conservavam grande estima por seus parentes e pelo seu Jura, lugar onde nasceram.

Nunca o piano se fez ouvir por si mesmo, desde então.

As testemunhas dessa cena vo-la certificarão, quando quiserdes; nós habitamos no campo, nos arredores de Neuchâtel e vos asseguro que não somos nervosos.” Edouard Paris, artista pintor, perto de Neuchâtel, Suíça.

Faço notar que neste exemplo as duas manifestações telecinésicas se realizaram em uma região da Suíça, em correspondência com dois acontecimentos de morte que se deram em uma cidade da América do Norte – o que constitui nova prova da falta de base da hipótese “vibratória”, aplicada às manifestações físicas, as quais se determinam de um continente a outro.

Quanto à hipótese das “coincidências acidentais”, ela é refutada pela circunstância de que o fenômeno se repetiu duas vezes em relação perfeita com dois acontecimentos de morte.

O segundo fenômeno confirma, pois, o primeiro, ou mais precisamente, se à primeira vez que o piano tocou em relação com a morte do tio do narrador fosse isso devido a uma coincidência do acaso, não deveria renovar-se três dias depois, em relação com a morte da tia, para não mais recomeçar em seguida. É impossível não ter em linha de conta essas circunstâncias que demonstram, de modo absoluto, a existência de uma relação de causa e efeito entre os dois acontecimentos.

O mesmo se pode dizer da pretendida explicação dos fenômenos por uma causa natural, como o fizera a princípio o próprio relator, supondo que o misterioso acontecimento primitivo tivesse no fundo, por causa, a entrada de algum rato na caixa harmônica; nesse caso, o incidente não se deveria ter repetido e em perfeita relação com um segundo acontecimento de morte na família; há ainda a reparar que um rato não poderia fazer vibrar as cordas nem baixar as teclas de um piano.

Excluindo as três hipóteses acima, somos necessariamente compelidos à hipótese espírita, segundo a qual as duas manifestações telecinésicas demonstram a presença espiritual dos defuntos, que os teriam provocado com o fim de anunciar sua morte e fazer conhecer a presença espiritual deles aos parentes que se achavam longe.

Caso 24 – Foi registrado nos *Proceedings of the S. P. R.* (vol. XIX, pág. 243); trata-se de incidente estranho e interessante, no qual o fenômeno telecinésico se exerce sobre um anel. O narrador, Sr. Glardon, comunicou os nomes dos protagonistas à direção da *S. P. R.*, com o pedido de os não publicar. Escreve ele, em data de 31 de agosto de 1894:

“Uma de minhas amigas, Sra. F..., filha de célebre geólogo, conta-me um caso surpreendente de telepatia, de que foi testemunha.

O caso passou-se há alguns anos, quando a Sra. F... morava em Nervi, perto de Gênova, localidade em que costumava passar o inverno.

Estava ela, um dia, sentada nos rochedos da costa, com uma jovem miss americana, mais tarde esposa de seu filho; esta conversava, tendo sobre os joelhos a mão enluvada, quando soltou, repentinamente, um grito de dor.

– Que é, que é? – perguntou a Sra. F...

– Fui picada em um dedo.

E dizendo isto, descalçou a luva, verificando que um anel que trazia tinha sido rachado. Ela ficou consternada e exclamou:

–Oh, Dona F..., neste momento morre um amigo que estimo muito.

Explicou, então: era o anel o presente de um jovem, que lho havia dado na véspera de partir para os Estados Unidos, dizendo-lhe:

– Se eu morrer, este anel lhe comunicará a notícia.

A Sra. F..., naturalmente, não levou a sério o incidente e, como nunca se havia preocupado com pesquisas psíquicas, reprovou à amiga sua credulidade supersticiosa.

Algumas semanas depois, porém, recebeu a nova do falecimento do jovem que tinha dado o anel.

A Sra. F... não me pôde dizer, de modo preciso, se a morte se produzira exatamente no dia em que o anel se quebrara; crê, no entanto, que o poderia afirmar. A Sra. F... é fran-

cesa, mas lê em inglês; se lhe escrever, creio que ela responderá, confirmando o que acabo de comunicar. De qualquer maneira, mando-lhe o seu endereço.” (Assinado: Augusto Glardon.)

A direção da *Society for Psychical Research* escreveu, com efeito, à Sra. F..., que respondeu pela carta seguinte:

“Senhor,

Em resposta à sua carta, só me cabe confirmar os fatos que lhe foram comunicados pelo Sr. Glardon.

Efetivamente, encontrava-me em Nervi, no mês de fevereiro de 1887, sentada nos rochedos do mar, com uma jovem americana. Enquanto conversávamos alegremente, tendo ela as mãos imóveis sobre os joelhos, sentiu-se picar vivamente em um dedo.

Desenluvando-se, verificou que um anel, que trazia sempre nesse dedo, tinha rachado, picando-a.

Ora, é de notar que essa jovem, na véspera de sua partida para a Europa, havia recebido, de presente, por parte de um de seus amigos, o referido anel; ao entregá-lo, ele lhe havia dito que, se lhe sucedesse alguma desgraça, ela seria informada por meio do anel.

Algumas semanas depois desse acontecimento, que a consternou, a moça foi informada da morte do rapaz, que se deu no mesmo dia e à mesma hora em que o anel se partiu.” (Assinatura por inteiro: E. F.)

Em face deste caso, abstenho-me de tocar na hipótese “vibratória”, porque seria ridículo discuti-la.

Outro tanto poderemos dizer da hipótese das “coincidências acidentais”, que neste caso, como já em outros, é tornada inadmissível, pela observação preventiva feita pelo doador do anel, de que este serviria para transmitir à moça o aviso de sua morte.

Tratava-se, pois, de outra promessa feita durante a vida e cumprida depois da morte, como tantas que se conhecem, promessa e cumprimento que apresentam valor decisivo na pesquisa das causas. Os fatos não poderiam, por conseguinte, ser atribuí-

dos ao capricho de uma coincidência fortuita, sem que caíssemos no arbitrário e no absurdo.

Observo, ainda, que estas considerações equivalem a reconhecer que, como explicação dos fatos, a hipótese espírita é a única admissível.

Caso 25 – Eu o extraio da *Revue Scientifique et Morale du Spiritisme* (1920, pág. 141).

É um fato muito interessante que, como o precedente, tem por base uma promessa explícita formulada, quando vivo, pelo defunto que se manifesta e, segundo a qual, ele anunciaria sua morte aos amigos, produzindo determinado fenômeno.

O caso é relatado pela Sra. Helen Speakmann, mulher do Dr. Howard Draper Speakmann, de Filadélfia; a narrativa foi dirigida ao Comandante Mantin, que a havia pedido, a fim de transmiti-la à citada revista.

Eis o que escreve a Sra. Speakmann:

“Retardei por muito tempo a minha promessa de enviá-lhe, para que fosse publicado, o relato de um acontecimento de que muito nos temos ocupado, o Sr. Howard e eu.

É para ser-lhe agradável, meu caro Paulo, que temos, Howard e eu, reunido uns após outros, ainda mesmo os menores elementos dessa história, tão simples para nós, tão estranha para aqueles que não ousam levantar o véu com que a Natureza divina se praz em ocultar seus segredos.

Um de nossos amigos, capitão do 18º Regimento de Infantaria, da guarnição de Pau, havia-nos falado de um jovem lugar-tenente, instruído, inteligente, católico fervoroso e ávido por ouvir conversar sobre o Espiritismo.

Autorizamos o Capitão Gaby a apresentar-nos ao Lugar-Tenente Dufauret, e logo lhe conquistamos a simpatia.

Ele assistiu a várias sessões espíritas e as acolheu, a princípio, com muita frieza e reserva, declarando que desejava muito crer, mas... depois de ter visto.

Isso poderia ter durado muito tempo; mas, uma noite, na ausência de Dufauret, recebemos a visita de uma entidade

do Além, que se manifestou por pancadas na mesa, dizendo ser o avô do Lugar-Tenente Luís Dufauret e que vinha agradecer-nos o acolhimento amável concedido a seu neto.

Deu-nos, sobre a infância deste, detalhes íntimos que seria inútil repetir aqui. Antes de retirar-se contou-nos que, em seus últimos anos, sofria de dores reumáticas, que o obrigavam a caminhar com o corpo vergado, “de quatro”, e que tinha ouvido muitas vezes os netos dizerem-lhe rindo: – Olhe vovô Ziguezague! – Se Luís duvidar desta narrativa, vocês só têm a dizer-lhe que ela vem do vovô Ziguezague.

Na sessão seguinte, contamos o caso a Dufauret, que não pôde esconder sua forte emoção e nos declarou:

– Eis, desta vez, uma prova indubitável, como eu o desejava; ela é exata em todos os pontos. Ninguém, no Regimento, nem em Pau, sabe destas particularidades de família, passadas em minha infância, e como não me é possível negar que essa comunicação tivesse provindo de meu avô, dou-me por convencido e me declaro espírita.

Sem demorar em dizer-lhe de nossas boas relações, penso que lhe será fácil compreender que quando Dufauret foi promovido a capitão, em 1908, no 48º Regimento de Infantaria, e teve que ir para a guarnição de Givet, Howard e eu sentimos real pesar ao ver partir esse rapaz inteligente, vivo de espírito, sensível, que uma intimidade de bom quilate tinha feito nosso amigo –, amigo, ah!, que não devíamos mais rever.

No momento das despedidas pediu-nos ele que fizéssemos uma promessa mútua: a de que aquele que morresse primeiro viria provar aos outros dois que a alma é imortal, e o jovem capitão acrescentou:

– Se for eu o designado pelo destino para precedê-los no Além, prometo voltar a esta casa hospitaleira em que, vivo, fui tão bem recebido. Baterei à porta desta sala, como o faço habitualmente, e depois de alguns instantes atrair-lhes-ei a atenção mais particularmente, apanhando o interruptor

elétrico de uma lâmpada que apagarei ou acenderei conforme o momento.

De Givet, o capitão nos deu muitas vezes notícias suas, assegurando-nos que continuava seus estudos espíritas, dos quais, declarava ele, compreendia cada vez mais a bela e grandiosa filosofia.

Cerca de dois anos depois de sua partida, caiu doente, com uma broncopneumonia grave e entrou para o hospital de Givet, de onde nos escreveu dizendo que sofria de freqüentes sufocações, mas que o Corpo de Saúde o dera em convalescença e que o belo céu azul e o ar puro de Béarn, seu país natal, cedo o poriam em pé; terminava a carta anunciando-nos sua visita na próxima semana, com o que, dizia, sentia grande alegria.

Esperávamos, pois, esse guapo rapaz, com uma impaciência igual à sua, quando uma noite, estando assentados no salão, meu marido, o Sr. Alen, um compatriota americano que tinha vindo passar uma quinzena em Nirvana e eu, ocupados em ler, ouvimos três pancadas na porta da sala; isso nos surpreendeu, porque era quase meia-noite; todas as portas e janelas estavam fechadas e havia muito tempo que os criados tinham subido para os seus quartos, no 2º andar. Acrescentarei, para que não haja nenhuma dúvida, que as duas escadas de serviço davam somente para o interior e que seria preciso, para abrir a grande porta do vestíbulo, que um criado atravessasse a sala, sob nossas vistas.

Howard, ao ruído das pancadas, respondeu instintivamente: – Entre! – e não obteve resposta.

Levantamo-nos, então, os três, muito intrigados, e fomos ver quem seria o visitador que de tal forma batia a tais horas.

Tanto a antecâmara como o vestíbulo estavam iluminados, mas ali não havia ninguém.

Voltamos para a sala, a tomar os nossos lugares, sem acreditar, no entanto, que nos tivéssemos enganado.

Howard, pensativo, me disse com um tom um tanto perturbado:

– Helen, não podiam ser as pancadas de Dufauret?

Eu partilhava de suas dúvidas e ficamos conversando a respeito do amigo, cuja volta esperávamos dentro de dois ou três dias.

– Pode ser – disse-nos o Sr. Alen – que seja este um meio telepático empregado por esse oficial para anunciar-nos sua próxima chegada.

Mal tinham sido pronunciadas estas palavras, surgiu, subitamente, na segunda sala, que era separada da nossa por um grande vão, o clarão fulgurante de uma luz vermelha.

Corremos para verificar estranho fato: uma lâmpada vermelha, de 40 velas, que estava em elevado lampadário e de que nos não podíamos servir pela dificuldade de introduzir o comutador na tomada da corrente, acabava de acender-se.

Ora, o fio elétrico, inutilizado com o comutador, estava enrolado em torno da coluna e grande foi a nossa surpresa vendo o fio desenrolado e o botão no lugar.

Não demonstra isso a inteligência da entidade invisível? Se ela tivesse acendido ou apagado uma lâmpada branca, poderia o fato passar despercebido, visto como estavam iluminadas as duas salas.

Apesar das dúvidas possíveis, pois esperávamos Dufauret no dia seguinte ou nos subseqüentes, poderíamos deixar de crer que era ele quem vinha dar cumprimento à sua promessa e de maneira tão inteligente?

Ah! Ao outro dia, nenhuma ilusão mais foi possível; um telegrama proveniente de Givet anunciava à família de Dufauret sua morte accidental, sobrevinda apenas algumas horas antes do fenômeno espírita que, com tanto pesar, lhe comunico, meu caro Paulo.

Tomado das sufocações dolorosas de que nos havia falado e num espasmo que lhe dilacerava o peito, Dufauret abriu a janela para poder ter um pouco mais de ar, e incli-

nando-se um tanto para fora, a fim de chamar alguém, sem dúvida perdeu o ponto de apoio e caiu no pavimento do pátio do hospital, aos pés de sua ordenança, que acabava de deixar o seu capitão, para ir buscar-lhe o jantar.

Teve morte instantânea.

O corpo do infeliz capitão foi acompanhado a Pau, por um oficial, seu camarada, e enterrado com as honras militares, em presença de todos os oficiais do 18º Regimento, que tinham por ele fraterna afeição, e de numerosa assistência que cercava a inconsolável família do nosso pobre amigo.

Assim, havia deixado a vida, em primeiro lugar, o mais moço de nós três e, apenas se passara para o Além, apressara-se a pôr em execução sua promessa.

É útil acrescentar que, desde então, ele não está longe de nós, que não deixou o plano terrestre e que vem muitas vezes comunicar-se conosco.

Assinamos ambos, meu marido e eu, Helen Speakmann, Howard Draper Speakmann, doutor, de Filadélfia.”

A respeito deste acontecimento é útil lembrar outro caso análogo, não menos notável, que narrei em minha obra *Fenômenos de Assombração* (cap. IV, caso K), no qual um amigo ateu, Benjamin Sirchia, promete ao Dr. Vincent Caltagirone que, se lhe acontecesse morrer antes, viria dar-lhe parte da grande nova de sua sobrevivência, fazendo-se reconhecer por manifestação especial: a de quebrar qualquer coisa no lustre central da sala em que se achavam.

Com efeito, morrendo o primeiro, longe de casa, e sem que o Dr. Caltagirone o soubesse, cumpriu a palavra, anunciando-se, a princípio, por pancadas no lustre em questão, e depois fendendo nitidamente, em duas partes, o abajur móvel colocado sobre a chaminé da lâmpada e pondo embaixo, em linha perpendicular, o pedaço destacado do abajur, isto é, num lugar onde não poderia ele ter caído naturalmente, por causa do recipiente de petróleo que o teria impedido. Tudo isso três dias depois de sua morte.

Lembrarei, também, que nos casos 2, 20 e 24, da presente classificação, encontram-se três outras promessas feitas pelos indivíduos, quando vivos, e cumpridas, quando mortos.

O primeiro tinha prometido agir depois da morte, sobre seu retrato, o segundo sobre um relógio pertencente à Madame d'Espérance, o terceiro sobre o anel que uma jovem trazia no dedo; e posto que o valor teórico desses três episódios seja inferior ao dos dois últimos, não deixam, no entanto, de ser, por seu turno, muito notáveis e contribuir eficazmente para apoiar a mesma tese.

Encontramo-nos diante de cinco incidentes de telecinesia, nos quais o fenômeno aparece como a conseqüência incontestável de promessas explícitas feitas por pessoas, ainda em vida, a seus amigos, e segundo as quais se propunham agir de certo modo sobre um objeto indicado, a fim de anunciar-lhes sua morte e fornecer-lhes uma prova segura da existência e da sobrevivência da alma.

Assim, é de toda a evidência que nenhuma das hipóteses naturalistas, propostas até aqui para explicar os fatos, basta para os esclarecer.

A hipótese telepática é insuficiente, visto como nos achamos em face de manifestações de ordem física que, além disso, se realizam, muitas vezes, bastante tempo depois da morte do agente.

A hipótese vibratória deveria ser submetida à lei física do quadrado inverso das distâncias, o que, de forma alguma, se produz nos fatos que temos examinado; por outra parte, essa suposta força não poderia agir inteligentemente sobre designado objeto, o que se vê constantemente na prática.

Enfim, a hipótese das “coincidências fortuitas” também não cabe, observando-se que se trata muitas vezes de promessas feitas durante a vida e cumpridas depois da morte em todos os detalhes – promessas satisfeitas com discernimento, por forma a mostrar uma vontade dirigente.

Se assim é, se esses argumentos são irrefutáveis, se não poderá deixar de reconhecê-lo todo contraditor honesto, é forçoso

concluir que a única solução racional do mistério é a que consiste na admissão real, *in loco*, da entidade espiritual do defunto, interessada nos acontecimentos; ou, em outros termos, no reconhecimento da legitimidade da hipótese espírita como explicação dos fenômenos de “telecinesia em relação com os acontecimentos de morte”.

Conclusões

O que acabamos de dizer no capítulo anterior pode ser considerado como a conclusão sintética desta obra, isto é, que os fenômenos de telecinesia em relação com os acontecimentos de morte, se bem que totalmente descurados pelas pessoas que se ocupam com os estudos metapsíquicos, constituem fenômenos autênticos e contribuem validamente para demonstrar a existência e a sobrevivência da alma.

Nestas condições, só me resta completar esta síntese, resumindo brevemente as modalidades com as quais se produzem os fenômenos apresentados e as considerações teóricas que deles decorrem.

Os primeiros fenômenos telecinésicos que apresentamos na presente classificação se exercem sobre quadros ou retratos. Pôde-se ver que, geralmente, sua queda não se produz por se haver desprendido o prego da parede, nem pela ruptura da alça fixada ao quadro, nem em consequência do uso do cordão que o sustém, mas independentemente de qualquer causa natural, o que milita em favor da origem supranormal dos fatos e infirma a hipótese das coincidências acidentais.

Esta é em seguida definitivamente eliminada pela razão de que os fenômenos se realizam com muita frequência e contêm pormenores bastante eloqüentes e significativos, que não podem ser esclarecidos por hipótese tão simplista.

Lembrarei, ainda, que citamos fenômenos telecinésicos realizados de um continente a outro, o que permite eliminar a hipótese vibratória, segundo a qual uma força física se desprenderia do organismo do moribundo e se propagaria a distância por ondas concêntricas, provocando fenômenos de telecinesia; essa hipótese é insustentável sob diversos pontos de vista e não resiste à consideração de que toda a sorte de vibrações físicas não pode deixar de ser submetida à lei do quadrado inverso das distâncias, e seria incapaz de atravessar o oceano, conservando toda a sua potência.

Além disso, já citamos episódios que, em vez de se realizarem no momento da morte do agente, se produzem na ocasião em que seus familiares recebem a notícia do falecimento; isso anula a hipótese vibratória e confirma a suposição lógica e inevitável da presença consciente da entidade espiritual do trespassado.

Vimos que há incidentes que, depois de realizados por ocasião da morte do agente, se repetem nos dias subsequentes e não cessam senão quando é satisfeito um desejo supremo manifestado no leito de morte pelo agente – o que não pode conciliar-se com a hipótese vibratória e prova de forma incontestável a presença, no lugar, da entidade espiritual do defunto que faz conhecer, nesses casos, o motivo pelo qual se manifesta.

Acrescento ainda que há outros episódios nos quais o fenômeno telecinésico se realiza no momento em que é evocado o defunto; parece que o fato de pensar nele e desejá-lo serve para estabelecer a relação psíquica entre o evocador vivo e o evocado morto, tal como se produz com os fenômenos telepáticos. Não se poderia negar, neste caso, que a realização do fenômeno telecinésico constitui uma prova evidente da intervenção do trespassado, desejoso de fazer conhecer sua presença espiritual à pessoa que dele se recorda.

Lembro, em último lugar, que os 5 casos registrados acima, que continham promessas explícitas, formuladas durante a vida e cumpridas depois do trespasse, constituem provas genuínas de identificação espírita.

Farei ainda observar, sob outro ponto de vista, que entre os fenômenos telecinésicos há os que se realizam ao mesmo tempo que os telepáticos; tal fato mostra sua identidade de origem e, por conseguinte, a fonte espírita de grande número de episódios considerados até aqui como sendo de natureza telepática. A hipótese telepática acha-se, assim, circunscrita a limites mais modestos, ou sua significação, pelo menos, é em parte modificada e em parte retificada, sendo-lhe assinadas lindes melhor definidas.

Reparo, finalmente, que já contamos um caso de telecinesia onde o agente era um vivo, o qual, precisamente no instante em que o fenômeno se realizava, fora vítima de um acidente de estrada de ferro, sem conseqüências fatais para ele.

Isto se presta a melhor fazer conhecer a relação íntima que liga os fenômenos anímicos aos espíritas; em outros termos: contribui a mostrar que *Animismo* e *Espiritismo* representam os dois aspectos complementares de um único problema que não pode dissociar-se.

Tal é a síntese dos fatos, de que sobressai, manifesta, a realidade do que afirmamos a princípio: que os fenômenos de telecinesia em relação com acontecimentos de morte fornecem nova e valiosa prova em favor da sobrevivência do espírito humano, pois não é possível explicá-los sem admitir a presença espiritual, sensorial e consciente do defunto, em correspondência com os fenômenos que seriam determinados por um ato de sua vontade, com o fim de fazer conhecer sua presença espiritual pela única forma que lhe é possível.

Com efeito, é mister não esquecer que os Espíritos desencarnados se manifestam como podem e não como querem e que todo incidente supranormal, apesar de sua singeleza e vulgaridade, pode constituir uma demonstração solene da existência e da sobrevivência da alma, quando atinge o fim de convencer os vivos da presença espiritual dos mortos.

Terceira parte

Música transcendental

Há uma classe de manifestações metapsíquicas, bastante rica em episódios variados, revestida de valor teórico tão importante quanto o das outras classes e que tem sido, no entanto, esquecida até aqui: a classe das manifestações musicais.

São numerosos os escritores que vêm relatando episódios dessa espécie; nenhum, porém, se lembrou de comentá-los de modo especial e ainda menos recolhê-los, classificá-los, analisá-los.

Notam-se muitas categorias de manifestações desse gênero, começando pelos casos nos quais a *música transcendental* se realiza em forma objetiva, com auxílio de um médium.

Isto se pode produzir de formas diversas: sem nenhum instrumento musical, por vezes, como no decorrer das sessões de William Stainton Moses; com o auxílio de instrumentos de música, mas sem o concurso direto do médium, como nas sessões com D. D. Home; finalmente, com o concurso direto do médium, mas de maneira puramente automática, como no caso do médium pianista Aubert.

Seguem-se as manifestações de origem telepática, nas quais o fenômeno de audição telepática coincide com acontecimentos de morte a distância.

Vêm depois os casos de audição musical com caráter de “assombração”, isto é, produzindo-se em lugares “mal-assombrados”.

Em outras ocasiões, a música transcendental é percebida pela pessoa mergulhada em estado sonambúlico ou por um sensitivo em estado de vigília, sem nenhuma coincidência de morte.

Acontece, as mais das vezes, observarem-se episódios de audição musical no leito de morte; nestes casos, o moribundo é, em algumas ocasiões, o único percipiente; em outras, são os assis-

tentes que ouvem, um ou outro isoladamente ou todos coletivamente.

Observam-se, enfim, fenômenos de audição musical que se realizam após um acontecimento de morte; neste caso, esse fenômeno pode revestir o valor de uma prova de identificação espírita.

As manifestações que têm mais importância, sob o ponto de vista teórico, se encontram nas quatro últimas categorias.

Primeira categoria

Mediunidade musical

Limitar-me-ei a tratar desta primeira categoria de comunicações de modo sumário, porque constituem elas parte integrante da fenomenologia mediúnica propriamente dita (isto é, consistindo na realização provocada ou experimental), e devem, pois, ser examinadas com o conjunto da fenomenologia em questão; a música transcendental, que é objeto da presente obra, pertence ao grupo das manifestações espontâneas.

Quanto à história, é de notar que as manifestações da mediunidade musical se têm realizado desde a origem do movimento espírita.

Com efeito, a obra de E. W. Capron, *Modern Spiritualism*, publicada em 1855, ensina-nos que, com a presença do médium particular, o Sr. Tamblim, ouviam-se ressoar as notas de um instrumento musical inexistente e que acompanhava o canto de pessoa que fazia parte do grupo.

Conta o Sr. Capron:

“Uma senhora foi convidada a cantar; logo se ouviu, acompanhando o canto, uma deliciosa música. Assemelhavam-se as notas às de uma harpa, sendo, porém, muito mais doces; ser-nos-ia impossível descrever-lhes a tonalidade. Outras vezes parecia uma voz angélica; dir-se-ia que se tratava de uma linguagem espiritual.

Em outras ocasiões era o próprio médium que, sem conhecer música, assentava-se ao piano e improvisava maravilhosas melodias, desenvolvendo extraordinária técnica como se fora experimentado concertista...” (Citado por Emma Hardinge - *Modern American Spiritualism*, pág. 57.)

Como se pode ver, já antes de 1855 se produziam as manifestações da mediunidade musical nas duas formas principais, nas quais se produzem ordinariamente: a do automatismo subconsciente e a em que se ouvem instrumentos musicais inexistentes.

É sob esta modalidade de realização – a mais interessante do grupo – que as manifestações da música transcendental chegaram ao mais alto grau de excelência pela mediunidade de Stanton Moses.

Não citarei exemplos desse gênero, dada a grande notoriedade de todas as manifestações obtidas com esse médium. Limitar-me-ei a lembrar que as personalidades mediúnicas que se comunicavam durante essas sessões imitavam o som de grande número de instrumentos musicais, entre outros, o tambor, a trombeta, a harpa, a cítara, o piano, o violino, o violoncelo, os tímpanos e os celestes “Fairy Bells”, semelhantes a carrilhões, porém infinitamente mais doces e mais sonoros; eram ouvidos, de preferência, no jardim, quando Moses, com os outros membros do grupo, estavam tomando chá, assentados sob os olmos.

Eles se faziam ouvir, a princípio, no cimo dos olmos; desciam, em seguida, lentamente na direção da assembléia, adquirindo vigor à medida que se aproximavam do médium e ressoando com tonalidade superior à do piano, quando chegavam a ele. Nessas circunstâncias, os experimentadores levantavam-se, a fim de se dirigirem para a sala das sessões, seguidos pelos sons musicais que eram ouvidos na sala, como sonoridade dupla. (Stanhope Speer: *Record of private seances, Light*, 1892-1893.)

São ainda mais conhecidas as manifestações musicais obtidas com o médium Dunglas Home.

Um harmônio funcionava em presença dos experimentadores, tocando variados pedaços de música, vendo-se-lhes baixarem as teclas, como se mão invisível agisse sobre o teclado; mão que, se bem que invisível, chegava, por vezes, a materializar-se de forma a ser percebida por todos.

Não eram menos conhecidos os casos de mediunidade musical de realização automática, nos quais o médium se assenta ao piano improvisando trechos de música. Atualmente, o melhor representante desta forma de mediunidade transcendental é o médium Aubert, de Paris (*A mediunidade espírita de George Aubert, exposta por si próprio* - Paris, H. Daragon, editor.)

Nos casos desta classe é muito difícil fazer uma distinção perfeita entre a parte subconsciente ou *anímica* e a parte extrínseca ou *espírita* do fenômeno.

Daí resulta que, para a pesquisa das causas, não resta outro caminho a seguir que não o da análise das modalidades complexas nas quais se realizam as manifestações, tomando-se na maior conta os fenômenos inteligentes que os acompanham.

Não podemos deixar de reconhecer que, nos casos de Moses como nos de Home, as manifestações inteligentes, as circunstâncias de lugares, as provas de identificação pessoal de defuntos, obtidas simultaneamente, formam um conjunto imponente de fatos que convergem para a demonstração da origem espírita das manifestações musicais em questão.

Segunda categoria

Música transcendental de realização telepática

Os episódios de música transcendental de origem telepática não diferem de modo nenhum dos outros episódios pertencentes à fenomenologia telepática em geral e, por conseqüência, não apresentam especial valor teórico. São, além disso, relativamente raros, o que nada tem de espantoso, visto como as modalidades pelas quais se realizam estes fenômenos revestem constantemente uma significação que os liga direta ou indiretamente às características pessoais e aos estados d'alma do moribundo que serve de agente; isso equivale a dizer que, para que haja probabilidade de obter-se uma mensagem telepática de natureza musical, seria preciso que o agente fosse dotado de certa cultura musical. É o que não se encontra muitas vezes.

Nos casos conhecidos de telepatia musical, a regra constante é esta: os agentes são sempre músicos.

Caso 1 – Lê-se no *L'Inconnu*, de C. Flammarion (pág. 78):

“Notável sábio, Alphonse Berget, doutor em ciências, preparador do laboratório de física da Sorbona, examinador na Faculdade de Ciências de Paris, comunicou-me o seguinte relato:

... Minha mãe tinha tido, como amiga de infância, uma menina chamada Amélia M. Esta menina, cega, era neta de um velho coronel de dragões do Primeiro Império. Tendo ficado órfã, vivia com os avós. Era ela muito musicista e cantava freqüentemente com minha mãe.

Com a idade de 18 anos, arrastada por muito pronunciada vocação religiosa, tomou hábitos num convento de Strasburgo.

Nos primeiros tempos escrevia freqüentemente à minha mãe; mais tarde as suas cartas se espaçaram e, enfim, como sucede quase sempre em semelhantes casos, cessou completamente de corresponder-se com sua antiga amiga.

Ela era religiosa havia já 3 anos, quando, um dia, minha mãe subiu ao eirado para buscar qualquer coisa aí guardada. Desce, de repente, à sala, dando grandes gritos e cai sem sentidos.

Todos correm; levantam-na, ela volta a si e diz soluçando:

– É horrível! Amélia morre; ela está morta porque acabo de ouvi-la cantar, como só pode cantar uma pessoa morta.

E nova crise de nervos fá-la perder os sentidos.”

Flammarion faz sobre o caso os seguintes reparos:

“Ao morrer, no mesmo instante da morte a amiga da Sra. Berget, parece, pensou com grande intensidade – uma nítida lembrança, uma saudade imensa talvez – em sua amiga de infância e, de Strasburgo a Schlestadt, a emoção da alma da jovem veio ferir instantaneamente o cérebro da Sra. Berget, dando-lhe a ilusão de uma voz celeste cantando uma pura melodia. Como? De que modo? Nada sabemos.

Seria anticientífico, porém, negar uma coincidência real, uma relação de causa e efeito, um fenômeno de ordem psíquica, pela razão única de que não sabemos explicá-lo.”

A respeito dessas considerações de Flammarion e para esclarecer o mistério que cerca o fato de aspectos tão diversos, estranhos umas vezes, outros absurdos, nos quais se produzem as manifestações telepáticas, é lícito notar que a análise comparada dos fatos mostra como as manifestações supranormais, em geral, brotam da subconsciência e chegam à consciência seguindo o “caminho de menor resistência”, determinado pelas idiossincrasias pessoais próprias ao agente e ao percipiente encarados em conjunto.

Daí resulta que a transmissão de uma mensagem telepática pode realizar-se, por vezes, sob a forma visual; em outros casos, sob a forma auditiva, tátil, olfativa, emocional, tomando feições racionais ou simbólicas, muitas vezes, mesmo, de aparência absurda.

Vê-se, pelo caso acima, que a mensagem telepática foi determinada pela forma auditivo-musical; isto significa que esta modalidade de realização constituía o “caminho de menor resistência” para a transmissão da mensagem, de acordo com as propensões particulares da agente e da percipiente, encarados conjuntamente: eram ambas cultoras da música.

Caso 2 – É extraído do *Journal of the S. P. R.* (vol. VI. pág. 27). Os diretores desta publicação observam sobre este assunto:

“A descrição seguinte foi escrita por Miss Horne, filha da percipiente e dirigida a Miss Ina White, que a transmitiu de bom grado à *Society for Psychical Research*. Foi em seguida reenviada à mãe de Miss Horne para que ela a assinasse por sua vez; nestas condições, o relato, posto que escrito por terceira pessoa, deve ser registrado entre os obtidos de primeira mão.

Aberdeen, 25 de novembro de 1890.

O fato realizou-se há uns 30 anos, mas se conserva indelévelmente gravado na memória de minha mãe, e por tal forma, que ela dele se lembra como se fosse ontem.

Minha mãe estava sentada na sala de jantar de pequeno hotel isolado, tendo nos joelhos o meu irmão James, então na idade de quase dois anos.

A governanta da criança havia saído; não ficara ninguém na casa, além de uma criada que se encontrava no andar térreo. As portas da sala de jantar e as do salão, que eram contíguas, estavam abertas nesse momento. De repente, minha mãe ouviu uma música celeste, em triste toada, muito suave, que durou uns dois minutos; o canto foi-se enfraquecendo depois, gradualmente, até que se extinguiu. Meu irmãozinho saltou dos joelhos maternos, dizendo:

– Papai! Papai! – e correu para o salão.

Minha mãe ficou como paralisada onde estava, o que a fez tocar a campainha para chamar a criada, a quem disse fosse ao salão ver quem tinha entrado.

A criada obedece, mas só vê no salão James, que, em pé, ao lado do piano, recebe-a dizendo:

– Papai não está mais!

É preciso acrescentar que seu pai gostava muito de música e, quando entrava, tinha o hábito de ir diretamente para o piano.

O incidente fez tal impressão no espírito da genitora, que ela para logo o anotou, registrando a hora exata na qual ele se produziu.

Seis semanas depois recebia uma carta do Cabo, em que se lhe anunciava a morte da irmã. O dia e hora do trespasse correspondiam exatamente ao dia e hora em que minha mãe, com a criança, haviam percebido o trecho da música transcendental. Devo acrescentar que minha tia morta era uma excelente e apaixonada musicista.” (Assinado: Miss Emily Horne e Mrs. Eliza Horne.)

Em carta subsequente diz Miss Emily Horne:

“Minha tia chamava-se Mary Sophie Ingles; morreu a 21 de fevereiro de 1861, em Durban, no Natal. Mamãe encarrega-me de vos confirmar que o acontecimento coincidiu não somente com o dia e hora do falecimento, mas ainda, exatamente com o minuto...”

Como também se pode ver neste episódio, o agente é uma boa cultora da música; as observações que fizemos ao caso precedente servem igualmente para este.

Não há nada de particular na realização do fato, a não ser a circunstância notável de que a audição do trecho de música transcendental foi coletiva, como também a de ter sido esse trecho ouvido por uma criança de 2 anos de idade, apenas; esse detalhe é sempre teoricamente interessante, em qualquer classe de manifestações supranormais, porque constitui um bom argumento contra a hipótese auto-sugestiva, uma vez que a tenra mentalidade de um bebê não lhe poderia permitir a auto-sugestão a respeito de manifestações que lhe seriam inconcebíveis.

Em minha classificação figuram quatro outros episódios análogos aos precedentes; abstenho-me, porém, de narrá-los, por não aduzirem nada de teoricamente novo em favor do nosso estudo.

Terceira categoria

Música transcendental devida a assombrações

Esta categoria, como a que lhe antecedeu, não é rica de exemplos, o que se deve atribuir ao mesmo fato, isto é, que nos fenômenos de assombração, como nos de telepatia, nota-se uma relação constante, direta ou indireta, de simbolismo manifesto ou velado, com os agentes ou causas que determinaram as “assombrações”.

Para que as manifestações pudessem, pois, realizar-se em lugares “assombrados”, seria preciso que estes fossem, em algum tempo, destinados a audições musicais ou que o agente assombrador possuísse também, quando vivo, a qualidade de músico.

Compreende-se, igualmente, que estas espécies de características pessoais ou locais não devem encontrar-se muitas vezes entre os elementos de um caso de assombração.

Caso 3 – Em minha obra sobre os *Fenômenos de Assombração*, ocupei-me longamente de um caso curioso e interessante, no qual duas sensitivas, Miss Lamont e Miss Morisson, quando visitavam, pela primeira vez, o parque de Versalhes e o Petit Trianon, tiveram a visão dos lugares, tais como eles foram ao tempo de Luís XIV, aí compreendidas as figuras de Maria Antonieta e muitas outras personagens dessa época.

Miss Lamont percebeu, ainda, o som de uma orquestra de violinos, que ali não existiam, e chegou a apanhar doze compassos, que mais tarde se verificou serem escritos em estilo semelhante ao do século XVIII.

Eis o que se lê à pág. 94 do livro *An Adventure (Uma Aventura)*, no qual as duas sensitivas narram os resultados de um inquérito que fizeram para verificar o que tinham visto e ouvido, inquérito em que prosseguiram durante 9 anos:

“Quando Miss Lamont se achava no bosquezinho, percebeu a música de uma orquestra composta de violinos; essa música parecia vir do lado do palácio; eram ondas intermi-

tentes de sons muito doces e a tonalidade mais baixa que a empregada hoje. Miss Lamont pôde apanhar doze compassos.

Imediatamente depois, quis assegurar-se – e o conseguiu – de que nenhuma peça musical havia sido tocada nos arredores. Era, aliás, uma tarde de rígido inverno, pouco indicada para semelhantes audições, em tal lugar.

Em março de 1907, os doze compassos apanhados foram submetidos ao exame de um perito em música, o qual, nada sabendo sobre o caso de sua origem, notou que eles não tinham ligação entre si, que não constituíam um trecho musical completo, e mais, que sua feitura era antiga, devendo remontar ao ano de 1780. Além disso, assinalou-se um erro de harmonia num dos compassos.

Uma vez pronunciado esse juízo, disseram ao perito qual a origem dos referidos compassos; declarou ele, então, que as orquestras da época mencionada tocavam, efetivamente, em tonalidade mais baixa que a atual; em seguida, sugeriu o nome de Sacchini como o autor provável do trecho.

Em março de 1908, as duas sensitivas vieram a Versalhes e foram informadas de que, no inverno de 1907, música de espécie alguma havia sido tocada no parque.

Puderam verificar, além disso, que não havia nada semelhante à música ouvida nas obras de data posterior a 1815. Esses trechos constituíam parte integrante de certos trechos de Sacchini, Philidor, Montigny, Grétry e Pergolesi. Erros de harmonia idênticos aos assinalados pelo perito foram encontrados em Montigny e Grétry.”

Tal é o trecho inicial da narrativa, no que concerne ao incidente do qual nos ocupamos.

Pode-se ver no *An Adventure* a citação das óperas e das cenas nas quais foram descobertos os diferentes compassos musicais percebidos e copiados por Miss Lamont. Mais adiante (pág. 115), a mesma sensitiva assinala o fato, muito interessante, de que os compassos por ela percebidos, em sucessão contínua, representavam, em sentido inverso, um resumo dos principais

motivos melódicos de diversas óperas do século XVIII; isso confere ao episódio, não somente um valor de percepção supra-normal verídica, mas ainda deixa supor a existência de uma intenção qualquer na causa dos fatos, o que equivale afirmar a existência de um agente transmissor inteligente.

Neste caso, para explicar o episódio não seria permitido lançar mão da hipótese de uma reprodução psicométrica de acontecimentos passados; há que recorrer à hipótese telepático-espírita.

Com o fim de afastar uma possível objeção, a da dificuldade de apanhar e transcrever doze compassos após uma única audição, notarei que a percipiente se achava em estado de sonambulismo velado, estado em o qual se vencem muitas outras dificuldades.

Há exemplos: o de uma sonâmbula que repete verbalmente uma longa conferência ouvida, começando pela última palavra e prosseguindo em sentido inverso, como se tivesse diante dos olhos o texto impresso.

Caso 4 – A Sra. Nita O’Sullivan-Beare, compositora e executante, conta em *The Occult Review* (março de 1921), como foi composta uma de suas últimas *romanzas*. Ela escreve:

“Há quinze anos, encontrava-me em Paris e, uma tarde, já ao cair da noite, fui à igreja da Madalena. Lá não havia mais de uma dúzia de fiéis e eu me ajoelhei ao lado de uma mulher do povo, que trazia um cesto de legumes.

De repente, ouvi um canto muito melodioso, composto somente de vozes, mas eu não conseguia determinar-lhe a proveniência. Era uma melodia que parecia formar-se ali mesmo e elevar-se em ondas que enchiam a ambiência sagrada; uma bela voz, cheia de sentimento, dominava todas as demais.

Não conseguindo orientar-me, perguntei à mulher, minha vizinha, donde vinha esse canto. Ela olhou-me com espanto e respondeu-me em francês:

- Perdão, senhora, a que música se refere?
- Pois não ouve esse coro?

A vizinha abanou a cabeça, negativamente, e disse:

– Não ouço absolutamente nada.

Não tardou a retirar-se e outra mulher veio sentar-se ao pé de mim. Aproveitei para fazer-lhe a mesma pergunta. Respondeu-me laconicamente:

– Não há música.

Como eu continuasse, porém, a escutar o mesmo cântico, resolvi indagar timidamente da minha nova vizinha se ela ouvia pouco. Pareceu ofender-se com a pergunta e replicou bruscamente:

– De forma alguma, senhora.

Entretanto, o coro continuava a ressoar sob a vasta abóbada da igreja. E eu continuei a escutar; apressei-me em seguida a ir para o meu hotel, onde transcrevi imediatamente os compassos principais que constituem o tema do meu último romance para canto: *Love's Fadeles Rose*.”

Relativamente a esta curiosa e interessante narrativa da Sra. O'Sullivan-Beare, é útil notar que a *eletividade* do canto, percebido distintamente por uma pessoa e não percebida por outra, não deve surpreender, porque constitui a regra nas manifestações dessa espécie. Prova essa regra, unicamente, que a Sra. O'Sullivan-Beare era uma sensitiva e que esse canto coral não existia sob uma forma de vibrações acústicas, mas era percebido subjetivamente.

Isso não significa, de forma alguma, que se tratasse de um fenômeno alucinatório, na significação patológica do termo, mas, apenas, que a sensitiva percebia subjetivamente uma modalidade supranormal do canto, conforme o que se produz em qualquer outra forma de percepções telepático-auditivas. Nessas condições, a que hipótese recorrer para a explicação dos fatos? Seria um fenômeno de origem telepático-espírita ou seria psicométrico?

No primeiro caso, tornava-se preciso supor que o agente fosse o Espírito de um artista defunto, cujo pensamento era orientado, naquele momento, com intensidade monoideísta, para um episó-

dio de sua existência terrestre, durante a qual ele tivesse cantado nas massas corais da igreja da Madalena; e, assim, teria determinado um fenômeno de transmissão telepática na ambiência em que pensava.

No segundo caso, o fenômeno reduzir-se-ia à percepção psicométrica de cantos que se desenrolaram, outrora, na mencionada igreja e que eram percebidos pela sensitiva, em virtude da relação que se teria estabelecido entre suas faculdades supranormais subconscientes e as vibrações musicais, em estado potencial na existência em que ela se encontrava.

As duas hipóteses são igualmente legítimas, pois que se apóiam ambas em bons argumentos: no caso de que nos ocupamos não é fácil pronunciar-nos por qualquer delas, preferindo uma à outra, visto a insuficiência de dados fornecidos pela Sra. O'Sullivan.

Caso 5 – Extraio-o do *Journal of the S. P. R.*, pág. 118, do vol. XVII. É um episódio rigorosamente documentado, no qual quatro personagens perceberam coletivamente um canto de igreja, de origem transcendental, executado numa abadia da Idade Média. Cada um dos quatro percipientes entregou o seu testemunho escrito à Sociedade Inglesa de Pesquisas Psíquicas.

Miss Ernestine Anne escreve nestes termos, em data de 28 de julho de 1915:

“Visitei as ruínas da abadia de Jumièges, na França, no domingo, 6 de julho de 1913, com meu pai, minha mãe e um de meus irmãos. Aí chegamos às 3 horas da tarde e logo começamos a percorrer as grandiosas ruínas da igreja monacal de Nossa Senhora. São os restos mais vastos e imponentes que já vi da arquitetura normanda.

É uma construção em forma de cruz; o braço direito liga-se a outra igreja menor, chamada São Pedro, e que servira de paróquia. As paredes desta última ficaram quase intactas, enquanto que da igreja monacal só existe a nave central com alguns outros vestígios, mostrando onde estava o coro. Árvores e espinheiros cobrem o local em que se elevava o presbitério.

Depois de por muito tempo haver contemplado as ruínas da igreja de Nossa Senhora, passamos para a de São Pedro, admirando esses belos restos góticos do século XIV.

Afastara-me um pouco dos outros, quando ouvi, de repente, ressoar um coro composto de numerosas vozes de homens, que pareciam vir de um espaço livre à nossa esquerda, onde alguns pedaços de muro indicavam o lugar em que outrora estivera o coro.

Era um canto melodioso e solene, que me era familiar. Lembro-me de haver logo pensado: Trata-se, necessariamente, de um ludibrio de minha imaginação. Procurava, pois, desviar as minhas idéias, quando ouvi meu pai exclamar:

– Olhe os monges cantando em coro!

Imediatamente cessou a música, que só teve para mim a duração de instantes.

Fiquei de tal modo impressionada com o estranho fato, que preferia convencer-me de que nada tinha ouvido; isso, porém, não era possível, porque os que me acompanhavam tinham ouvido como eu. Todos reconhecemos haver percebido um coro de vozes cantando as *Vésperas*, isto é, salmos em latim.

Procuramos resolver o mistério, recorrendo a uma explicação natural; inutilmente, porém, porque o guarda nos disse que a atual igreja paroquial se encontrava a um quilômetro e meio de distância. Além disso, se o eco desse canto coral nos tivesse chegado da igreja paroquial, tê-lo-íamos ouvido durante certo tempo e não somente por alguns minutos.

Era um belo dia sem vento. Ficamos, ainda, ali, durante meia hora, sem nada mais notar de extraordinário.

Tomei nota imediatamente desse fato estranho e me servi das notas para redigir essa narrativa.” (Assinado: Ernestine Anne.)

Só reproduzo a passagem seguinte do chefe da família:

“Estávamos em meio das ruínas havia alguns minutos, quando ouvi melodioso canto coral que parecia surgir daquele lugar, a pouca distância de nós. Cantavam-se os salmos das *Vésperas*, de maneira harmoniosa e solene. Poderia quase afirmar haver apanhado as palavras latinas.

Exclamei:

– Como! Os monges cantando em coro!...

Mas, assim falando, não supunha absolutamente que o acontecimento não fosse real; não tivera tempo de refletir que me não achava em uma igreja aberta ao culto, mas em meio às ruínas de antiga abadia.

Um de nós fez reparo no caso e logo o canto se extinguiu docemente, como tinha começado. Entramos a explorar os arredores e verificamos que lá não se encontrava ninguém.

Observei que o canto coral era superior a tudo o que eu tinha ouvido de análogo, durante minha existência, e sobretudo em França.” (Assinado: Ernest L. S. Anne.)

Eis agora uma passagem do testemunho da genitora:

“Estávamos todos quatro a pouca distância um dos outros, contemplando essas maravilhosas ruínas, quando ouvi muito distintamente um coro de vozes masculinas que cantavam salmos. No momento em que escrevo estou em condições de rememorar esse coro; eram vozes melodiosas e experimentadas que cantavam em perfeito acordo. Discerniam-se os diversos timbres, admiravelmente.

Supus a princípio que era um coro real de igreja, sem suspeitar que se tratava de um caso de audição supranormal. O conjunto coral ressoava como se fora cantado sob a abóbada de vasta igreja; fiquei escutando-o, como que fascinada.” (Assinado: Edith Anne.)

Do testemunho do irmão extraio esta última passagem:

“Lembro-me de que contemplava uma antiga pedra sepulcral, abandonada em um canto, quando ouvi ressoar um coro de vozes masculinas que cantavam as *Vésperas*. Disse um de nós:

– Olhe os monges cantando em coro!...

Esse canto teve a duração de cerca de meio minuto; talvez de um minuto.” (Assinado: E. Edward Anne.)

Neste caso, como no precedente, a hipótese telepático-espírita e a psicométrica parecem igualmente admissíveis e não é fácil nos pronunciarmos a respeito.

A única objeção contrária à explicação psicométrica consistiria no fato de que as impressões psicométricas são invariavelmente pessoais e nunca coletivas: o sensitivo só percebe, tendo sido posto em relação com o objeto *psicometrizável*; as visões-audições, às quais é submetido, não são transmissíveis a terceiros.

É verdade que no caso acima não se teria agido precisamente com um objeto *psicometrizável*, mas numa ambiência *psicometrizada*, com a qual todas as pessoas presentes se achavam em relação. Mas, como os sensitivos dotados de faculdades psicométricas são muito raros, é pouco verossímil que no caso vertente as quatro pessoas presentes fossem todas sensitivo-psicômetras.

Essas dificuldades não existiriam para a hipótese telepático-espírita, uma vez que para experimentar um influxo telepático – provenha ele de um vivo ou de um morto – não são indispensáveis faculdades especiais de sensitivos. Qualquer pessoa, ainda que psicometricamente negativa, pode estar sujeita a esse influxo, em certos momentos da vida, como o provam inumeráveis exemplos de alucinações telepáticas coletivas.

No caso que se segue, análogo aos últimos que acabamos de expor, não são possíveis perplexidades desta espécie. Nele se encontram circunstâncias que conduzem logicamente a favor da hipótese telepático-espírita.

Caso 6 – Apareceu na *Light* (1919, pág. 310).

Escreve Archer Sheper, vigário de Avenbury (Condado de Herefordshire):

“Por estranha e inexplicável causa, na igreja da qual sou vigário percebe-se o som prolongado de um órgão. Conheço três casos desta audição.

No primeiro a música foi percebida por muitos membros da família do Coronel Frosser, de Bromyard, quando eles passavam na ponte reservada aos peões, contígua à igreja. todos a ouviram e supuseram que o organista da igreja fazia exercícios no instrumento; mas, pouco depois, souberam que nem ele nem ninguém tinha penetrado a igreja, nesse dia.

O órgão era americano e fora depois substituído pelo atual harmônio.

Ora, na tarde de um sábado, quando me achava no jardim do vicariato, ouvi o harmônio tocar e, supondo que a mulher encarregada da limpeza da igreja tivesse permitido ao filho divertir-se com o instrumento, apressei-me a entrar no templo para proibir a brincadeira.

Enquanto atravessava o jardim continuei a ouvir a música, que cessou bruscamente quando cheguei a alguns passos do cemitério contíguo à igreja. Encontrei a porta desta evidentemente fechada a chave; entrei e não vi ninguém.

Outra vez, ouvi o som do harmônio quando atravessava, a cavalo, o prado d’Avenbury. Tocava-se música sagrada, que continuei a ouvir durante o tempo gasto em percorrer, na minha montaria, uma centena de metros. A música cessou, repentinamente, quando cheguei junto à igreja.

Uma senhora, que viveu muito tempo perto da igreja, escreveu-me de Leamington:

“Decidi contar-lhe um incidente que sucedeu com meu marido e eu, relativo à sua igreja, em uma noite de Natal.

Quando entramos em nossa casa, soava meia-noite. Nevava muito. De repente ouvimos muitas vozes humanas, em animada palestra. Elas vinham do interior da igreja e misturavam-se com sons e ruídos de regozijo. Mas, distinguindo as diferentes vozes que conversavam, não conseguimos apanhar uma única palavra do que diziam.

Procuramos, naturalmente, penetrar no templo, mas vimos que a porta estava fechada a chave. Demos-lhe então a volta e verificamos que ele estava mergulhado em obscuri-

dade. Essas vozes, esses ruídos vinham, entretanto, do interior.

Nada compreendendo desse mistério, dele trouxemos ambos profunda impressão, motivo pelo qual o incidente ficou indelevelmente gravado em nossa memória.”

Estas últimas informações, fornecidas por pessoas que habitaram por muito tempo perto da igreja de Avenbury, mostram-nos que esse lugar, por uma razão ignorada, era “assombrado”.

A circunstância de serem os ruídos, as vozes e a música percebidos do exterior, mesmo a distância de algumas centenas de metros, e o fato de cessarem quando os percipientes se aproximavam da igreja, tenderiam a afastar a explicação psicométrica para dar lugar à da “assombração”; primeiro porque, de acordo com a hipótese psicométrica, as percepções deveriam realizar-se quando o sensitivo se encontrasse no meio psicométrico e não em seus arredores; em seguida, porque o fato de cessarem, desde que os percipientes se aproximavam da igreja, não é conciliável com a hipótese encarada. Com a aproximação da ambiência psicométrica, as percepções dos sensitivos deveriam reforçar-se, ao invés de desaparecer; a circunstância de desaparecerem sistematicamente sugere a idéia de uma intenção vigilante à testa das manifestações – o que também é inconciliável com a hipótese psicométrica, mas conforme à hipótese telepático-espírita, pois que a existência de uma intenção vigilante supõe um agente inteligente.

Caso 7 – Em minha obra sobre *Les Phénomènes de Hantise* (cap. III, págs. 86-92), cito um caso muito interessante, que tinha extraído dos *Proceedings of the S. P. R.* (volume III, pág. 126), no qual um grupo de crianças, com seus pais, viam passear na casa um fantasma de uma velhinha. Percebiam-se também sons e ruídos de toda espécie, entre os quais uma voz de mulher que cantava uma ária muito triste.

Coloco esta passagem da descrição na presente categoria.

Narra a Sra. Vata-Simpson:

“Além do fantasma da velha franzina, que tem o hábito de circular no andar superior, e outro fantasma de homem que aparece na escada, há visões diversas e ouvem-se vários sons e ruídos. Muito freqüentemente se escutam na cozinha vagidos comoventes de recém-nascidos e nós os percebemos no próprio dia em que entramos na casa.

Todos acreditamos que se tratava de um recém-nascido autêntico, supondo que os vagidos provinham de uma casa vizinha. Mas como eles se repetissem e perpetuassem sem nunca mudar de tom, logo nos enchemos de espanto e entramos a fazer pesquisas até o dia em que nos persuadimos de que não se originavam de um recém-nascido vivo.

Além disso, no ângulo vizinho da porta de meu quarto, se fazem ouvir as notas de um canto extremamente melancólico; são notas reais, muito suaves e penetrantes; chega um momento, entretanto, em que as últimas notas se prolongam e transformam-se em gemidos desesperados de agonia. Depois, o silêncio. E todos esses sons e ruídos se produzem perto de alguma divisão entre os quartos e nunca perto das paredes mestras ou exteriores da casa.”

Esta narrativa não contém esclarecimentos ou tradições de acontecimentos dramáticos em relação com a “assombração”; mas, como a narradora diz que a casa era muito antiga e tinha a reputação de ser assombrada, dever-se-ia deduzir que a falta de informações sobre o assunto se explica pela vetustez do imóvel e pela intermitência de assombração – circunstância que pode ter trazido o esquecimento das causas.

Em todo caso, a análise comparada dos fenômenos de “assombração”, como foi exposta na obra citada, deixa supor que o fenômeno dos vagidos dolorosos do recém-nascido, combinados com o triste canto de uma voz de mulher, tem sua origem em um drama de sangue, que se teria produzido dentro daquelas paredes... Um infanticídio, talvez, para ocultar uma queda.

Caso 8 – Vemo-lo no VII volume dos *Proceedings of the S. P. R.* (pág. 304), sendo recolhido e examinado por Podmore.

Suprimem-se os nomes dos protagonistas, que foram, no entanto, comunicados à direção da *S. P. R.*

Podmore observa:

“Raramente sucede que um caso de música fantasmagórica tenha valor probatório; e é, com efeito, muito difícil qualquer suposição de origem física nos fenômenos de ordem auditiva.

Não obstante, no caso seguinte a natureza alucinatória da música percebida parece absolutamente provada, tanto no caso do Sr. B... como no da Sra. Z... Os primeiros esclarecimentos sobre este fato me foram enviados pelo vigário de S..., pequena região do sul da Escócia.

Escreve o Sr. B...:

“Em resposta à sua carta de 20 de julho de 1889, tenho o prazer de fornecer-lhe os informes pedidos sobre o caso da música que ouvi no bosque de D... e que não podia ter causas normais.

Nas duas ou três primeiras vezes, a música que percebi era fraca, posto que bastante distinta para que lhe pudéssemos seguir os ritmos melódicos. Não saberia dizer por que, mas nunca me ocorreu ao pensamento que fosse música real, embora não me parecesse diferente da comum, salvo quanto à tonalidade, que tinha qualquer coisa de etérica.

Passaram-se alguns anos e eu havia tudo esquecido, quando, há poucos meses, ouvi a música de novo.

Não esqueceria tão facilmente esta última audição. Tinha-me dirigido para a região de X., onde havia um jogo de tênis; assim que cheguei à localidade habitual, ouvi repentinamente uma onda de música sonora e brilhante, como sons de metais, flautas e clarinetas, que ressoavam do lado do cemitério. Não me lembrei imediatamente do que tinha ouvido outrora e acreditei que se tratasse de música real.

Meu primeiro pensamento foi o de que o proprietário da localidade, Sir J. Z., tivesse cedido o parque a um grupo excursionista de alunos em férias, e o segundo, de que a música era muito boa para semelhante circunstâncias.

Prosseguindo no caminho, escutava o concerto com vivo prazer, sempre sem duvidar que fosse outra coisa que um concerto real, quando me veio a idéia de que música tocada nos arredores do cemitério não poderia ser ouvida do lugar em que me achava, por causa da colina de S..., que está situada entre essa localidade e a em que eu me encontrava na ocasião.

Lembrei-me, então, das outras audições musicais percebidas no mesmo lugar e fiquei convencido de que o fenómeno não era de natureza a ser explicado por mim.

Ignorava, então, que outras pessoas tinham ouvido a mesma música, no mesmo local; sabe-se agora que o Sr. M... e a Senhora Z... a perceberam muitas vezes.

A escutada pela Sra. Z... era coral, sem nenhum acompanhamento de instrumentos, enquanto que, no meu caso, não havia música vocal.” (Assinado com todas as letras: J. L. B.)

Podmore dirigiu-se à Sra. Z..., que respondeu nestes termos:

“Na tarde de 18 de julho de 1888, com uma atmosfera tépida e tranqüila, estava eu assentada, com uma senhora de idade, perto da capela de nosso pequeno cemitério, encravado em nossas propriedades da Escócia e muito longe dos caminhos comunais.

Em meio à conversa, interrompi-me, dizendo:

– Quem é que está cantando, não ouve?

Era um coro de muito belas vozes, como nunca ouvi; dir-se-ia o coro sagrado de uma catedral, mas só teve a duração de alguns segundos.

A velha nada ouvira e eu não insisti, supondo que ela não fosse forte de ouvido.

Não fui mais aí até à noite, quando perguntei a meu marido, por acaso:

– Quem cantava quando estávamos perto da capela?

Esperava que ele me dissesse: “Eram camponeses.” Ao contrário, com grande espanto meu, respondeu ele:

– Eu tenho ouvido muitas vezes esse canto: é um canto que costumo ouvir.

Ora, esta resposta é interessante, porque eu não havia dito que ouvira um coro de vozes, mas, unicamente, que tinha ouvido cantar.

E foi somente então que me veio a idéia de que essas vozes não deviam ser humanas.

Nunca escutara nada semelhante, era qual música do paraíso (é a única expressão adequada); e eu não renunciaria, por todo o ouro do mundo, à satisfação de tê-la ouvido.

Quando isso se produziu não me achava de forma alguma em condições sentimentais de alma e conversava com minha amiga sobre assuntos comuns.

O que escrevi é, escrupulosamente, a verdade.” (Assinado com todas as letras: Senhora A. Z.)

O marido da Sra. Z..., Sir J. Z., escreve:

“Muitas vezes, quando me achava só, no cemitério, ouvi uma música coral proveniente do interior da capela.” (Assinado com todas as letras: Sir J. Z.)

Enfim, a Sra. Z..., em data de 21 de janeiro de 1891, volta ao assunto, nos seguintes termos:

“Eu, abaixo assinada, certifico que, a 15 de novembro de 1890, quando me achava na capela de nosso cemitério particular, ouvi de novo a mesma música coral que descrevi nos *Proceedings* de junho de 1890. O canto prolongou-se cerca de meio minuto. Eu estava com três pessoas (uma das quais meu marido), e logo lhes disse que escutassem; elas, porém, nada ouviram.

Da mesma forma que à primeira vez, a música consistia em um coro de muitas vozes, não me sendo possível distinguir as palavras.” (*Journal of S. P. R.*, vol. V, pág. 42.)

Podmore, de quem se conhece a aversão irredutível pela hipótese espírita, faz acompanhar essas narrativas de alguns comentários:

“Entre as histórias tradicionais de gestos e aparições de fantasmas, como nas obras do gênero da de Crowe, *The Nightside of Nature*, encontra-se grande número de casos análogos ao de que tratamos. Duvido que em nossa coleção de fatos possa encontrar-se outro do mesmo tipo, mais bem autenticado que este.

O acontecimento deixa supor, primeiramente, que a música do paraíso, percebida, fosse o eco de algo que tivesse sobrevivido ao túmulo. O próprio meio em que se produzia a harmonizaria com essa explicação; por outra parte, encontrar-se-ia certa relação razoável no fato de que o Requiem dos mortos só era perceptível para os representantes vivos da sua descendência, mesmo quando se realizava em presença de terceiros.

Mas, se assim é, como explicar o que percebeu B...? E que significação atribuir ao caráter diferente da música que ressoava para uns como um canto coral e para o outro como música militar?

Reconheço que isso não constitui um obstáculo intransponível para a admissão da hipótese espírita; mas, enfim, para explicar esses fatos não é mister recorrer a causas não naturais.

A imaginação, alimentada por tradições de família ou por meditação sobre o Além, sugeridas pela ambiência, poderiam bastar para fazer com que fossem percebidas harmonias musicais nos sons produzidos pelo vento nos bosques; uma idéia alucinatória pode também enxertar-se com um fenômeno real.

A idéia alucinatória, uma vez engendrada, poderia transmitir-se a outras pessoas sensitivas, em condições que pre-dispõem ao fenômeno; neste caso, a idéia em questão poderia revestir-se de formas diferentes em relação com as idiosincrasias dos percipientes e a ambiência na qual eles se encontravam.

Assim, para a Sra. Z..., sentada perto dos túmulos de família, a alucinação primitiva tenderia a reproduzir-se sem

modificações, enquanto que, para um transeunte que percorre uma estrada donde normalmente não se poderia ouvir um canto coral a três quartos de milha, a idéia alucinatória se adaptaria às circunstâncias, sem perder sua natureza fundamental.

Com isso declaro que estou pronto a reconhecer que o caso parece muito notável e sugestivo, qualquer que possa ser a causa.”

Não me parece necessário refutar as afirmações de Podmore, de tal forma elas são especiosas e absurdas.

Limitar-me-ei a observar que, sem dúvida, no caso vertente, não nos podemos dar pressa em concluir a favor da origem espírita dos fatos, pois que estes nada contêm que seja de molde a fornecer-nos uma prova. Mas daí a recorrer-se à hipótese alucinatória – como o faz Podmore – há um abismo. E tanto mais quanto, propondo esta hipótese, Podmore esquece que M. B. declara que “nesse momento ignorava tivessem outras pessoas percebido a mesma música, no mesmo local”, declaração que basta para afastar a hipótese alucinatória.

Com efeito, M. B. não conhecia a existência dos fatos; logo, não podia ser vítima de uma alucinação por auto-sugestão originada de fatos por ele ignorados.

Pode-se acrescentar que deveríamos fazer a mesma observação a propósito dos dois outros percipientes, visto como ressalta nitidamente, da narrativa da Sra. Z..., que esta nada sabia das audições análogas de seu marido, J. Z., e que este ignorava a experiência análoga de sua mulher.

Segue-se daí que a hipótese alucinatória cai irrevogavelmente e que o fenômeno de audição musical ao qual foram sujeitos os três percipientes deve ser considerado de natureza supranormal ou extrínseca.

Seria, porém, imprudente querer ir mais longe em busca das causas, dada a insuficiência das informações fornecidas, o que não significa que os episódios análogos aos de que acabamos de descrever sejam desprovidos de valor científico. Eles podem adquirir indiretamente a importância teórica que lhes falta se os

examinarmos cumulativamente com outros episódios da mesma natureza, melhor circunstanciados.

Quarta categoria

Música transcendental percebida sem qualquer relação com acontecimentos de morte

À medida que avançamos na classificação dos fatos, sua natureza se torna cada vez mais interessante e misteriosa.

É preciso, entretanto, notar que os episódios pertencentes a esta categoria dão margem à crítica, porque podemos considerá-los como puramente alucinatórios, em virtude de sua natureza de percepções estritamente pessoais, sem nenhuma relação com acontecimentos de morte ou com outras circunstâncias que revelem um agente extrínseco.

Apresso-me, no entanto, a observar: essa objeção só pareceria fundada se os fatos dessa categoria fossem tomados separadamente.

Ora, é fácil de compreender que esta maneira de proceder seria arbitrária e anticientífica. Com efeito, em matéria de classificação, não pode haver outro método de pesquisa que não o da análise comparada, estendida ao conjunto dos fatos, e nunca a uma só categoria, esquecendo-se a classe.

Aquele que procedesse por outra forma não faria obra científica e cairia, seguramente, em erro.

Peço, pois, aos leitores que suspendam qualquer juízo a respeito da presente categoria.

Caso 9 – Foi registrado no 1º volume da obra de Myers, *A Personalidade Humana*.

O percipiente e narrador é o célebre psiquista Doutor R. Hodgson, secretário da *Society for P. R.*, nos Estados Unidos.

Escreve ele:

“Um dos acontecimentos de minha existência que mais me emocionaram sucedeu quando eu tinha 18 ou 19 anos; foi a audição de música transcendental que, começada durante o sono, continuou quando eu acordei; isso durante mais ou menos um quarto de hora.

É essa a razão pela qual me lembro perfeitamente.

Na ocasião em que estava sujeito a essa experiência, percebi perfeitamente que ouvia uma música “que não era deste mundo”. Não me ficou na memória um motivo especial, mas posso afirmar que a música era muito complicada, rica de ritmos, muito doce, e que dava a impressão de homogeneidade inefável, parecendo invadir inteiramente a ambiência.

Fui acordado pela própria música e fiquei a escutá-la em êxtase.

Lembro-me que, ouvindo-a, meu olhar se fixava numa estrela visível, através das persianas semi-abertas. A alva começava a apontar e a música pareceu diminuir e morrer com o surgir da aurora.

Todo o gozo intelectual que tenho experimentado em vida com a audição da música terrestre está longe de comparar-se à alegria serena, tranqüila, celeste, que me havia invadido, quando escutava essa música transcendental. Foi tal o efeito que ela me produziu, que me decidi a tomar lições de violino, nas quais perseverarei durante quatro anos.” (Assinado: Doutor Ricardo Hodgson.)

Conforme as observações que fiz acima, abstenho-me de qualquer comentário.

Eis outro caso análogo, mas que se realizou em condições de completa vigília:

Caso 10 – Podemos lê-lo no *Journal of the American S. P. R.* (1920, pág. 373).

O escritor e poeta norte-americano Bayard Taylor (1825-1878) conta este fato, que lhe é pessoal:

“Deixemos que os cépticos, os vulgares, os homens que se dizem práticos, tenham sua opinião; não é menos verdade que há na natureza humana a intuição latente da possibilidade de entrar, por vezes, em relação com o mundo supersensível. E a experiência demonstra que bem poucas pessoas há que não tenham a contar incidentes inexplicáveis pe-

las leis naturais. São coincidências espantosas, pressentimentos realizados; algumas vezes, aparições de fantasmas; todos os casos que não conseguimos reduzir à hipótese cômoda do acaso, e que, portanto, encham de assombro os que os examinam.

Certa vez, à 1 hora da madrugada, na acidentada região do Nevada, pus-me a contemplar a eterna beleza do Norte, quando percebi, de repente, um som característico, que parecia o do vento na floresta.

Olhei para as árvores; elas estavam imóveis; o som, entretanto, aumentava rapidamente e a tal ponto que o ar, nesse vale solitário, parecia vibrar poderosamente.

Um sentimento estranho de expectativa, quase de medo, me havia invadido. Nenhuma folha se agitava no bosque quando, instantaneamente, esse zumbido formidável se transformou em um canto coral, um hino grandioso, cantado por milhares de vozes; ele se espalhou rapidamente, de uma colina a outra, perdendo-se ao longe, na planície, como o eco de um trovão.

Como em certos prelúdios melódicos tocados pelo órgão, as notas se superpunham com lentidão e arte majestosas, grupando-se, em seguida, em temas; depois, o coro maravilhoso, cantado por inumeráveis vozes, acabou por estas palavras: *Vivat terrestriæ!*

Toda a atmosfera foi invadida pelo canto formidável que parecia deslizar rapidamente pela superfície do solo em ondas potentes, sem eco, sem repercussão.

Depois disso, das profundezas dos céus ressoou uma voz possante, penetrante, insinuante, cheia de doçura celeste. Muito mais forte que um som de órgão ou de qualquer outro instrumento terrestre, essa voz sobre-humana parecia lançar-se em linha reta, através do firmamento, com a instantaneidade de uma flecha.

Enquanto a grande voz ressoava no alto, aumentando de força, o coro terrestre se extinguia gradualmente, deixando-a dominar no céu. Por sua vez, então, decompôs-se em fra-

gmentos de melodias celestiais, infinitamente diversas das da Terra; dir-se-iam acentos vibrantes de vitória e de júbilo, enquanto as palavras *Vivat Coelum* retiniam muitas vezes, cada vez mais fracamente, como se se retirassem rapidamente para as profundezas do céu, no meio dos abismos estrelados. E o silêncio não tardou a reinar de novo em torno de mim.

Eu estava, incontestavelmente, acordado; meu pensamento não divagava em reflexões ou fantasias capazes de suggestionar-me. Como se poderia produzir semelhante fato? Como podem nossas faculdades cerebrais gratificar-nos com visões ou audições tão inesperadas, superiores ao nosso saber? Por que estas palavras latinas? Quem foi o autor dessa música paradisíaca, que me seria tão difícil criar como fora compor um poema em sânscrito?”

Caso 11 – Na narrativa seguinte, que apareceu na *Light* (1898, pág. 347), a audição se produz durante o estado extático. Conta o Dr. Montin, da Faculdade de Medicina de Paris:

“Mlle. M..., moça de 18 anos, histérica e cataléptica, depois de crises extremas e de haver passado por todas as fases do sonambulismo, com eclosão de uma dupla personalidade, apresentou também numerosos fenômenos de exteriorização da motricidade, tanto no transe como em vigília.

Um dia, quando nada o podia fazer prever, caiu em transe e assim permaneceu por mais de duas horas. Fui visitá-la à tarde, à hora do costume, e os pais me contaram o que se tinha produzido pela manhã.

Hipnotizei-a para obter esclarecimentos a respeito. Eis textualmente sua narrativa:

“Fui tomada de irresistível necessidade de dormir. Lutei fortemente, em vão, para vencê-la, e perdi os sentidos, ficando, durante muito tempo, em condições comatosas.

Apesar de não estar o meu espírito muito afastado do corpo, pude ver-me estendida na cama, como me encontro neste momento.

Minha inteligência estava alhures e não desejava voltar; na nova ambiência em que me achava havia outras inteligências iguais às minhas; foram elas que me obrigaram a entrar em meu corpo. Quanto o lamento! Era tão feliz lá onde estava! Tudo era belo em torno de mim e eu desejaria aí ficar para sempre!

Encontrei-me, não sei como, num parque maravilhoso, em que as árvores, majestosas, eram de mil cores; essas cores se combinavam e fundiam com ondas de harmonia celeste, impossíveis de descrever... Minha felicidade não tinha limites, porque a música que eu ouvia era uma música do paraíso. É preciso dizer que todos os sons que se produzem na Terra, compreendidos os que provêm do deslocamento dos objetos, reproduzem-se no mundo espiritual, transformando-se em música universal, grandiosa, de que se não pode fazer nenhuma idéia.

Uma folha de papel que se rasga, um pequeno ramo de árvore que se quebra, uma pedra que se joga, o ruído das rodas dos veículos, o das estradas de ferro, o do ferreiro que bate em sua bigorna, o vento, a chuva, o raio: todos os ruídos, do mais fraco ao mais formidável, no mundo em que me achava, se transformam em música perfeita e grandiosa, que a nada se pode comparar na Terra. Essas celestes harmonias haviam encadeado minha vontade; eu me sentia muito feliz, estava muito fascinada para poder mover-me. Havia, porém, alguma coisa mais surpreendente ainda: minha vista dominava um horizonte infinito e eu podia ver, simultaneamente, de todos os lados.

Fiquei-me, por muito tempo, a escutar e a contemplar, sem perceber ninguém em torno de mim, mas sabendo, ao mesmo tempo, que não estava só. Em seguida, de repente, sem que percebesse o que acontecia, vi-me rodeada de inteligências de que conhecera a presença por intuição. Minha felicidade chegou ao seu auge, quando, entre elas, notei minha mãe, com a qual conversei bastante tempo. Vi também outros parentes e amigos...

Ah! que mundo sublime era aquele! Não me queria retirar dali; estava abalada pelo pensamento de voltar para cá, para este mundo vil, em que sufocamos, em que sofremos!... Consolo-me, pensando que para lá voltarei um dia e para não mais deixá-lo.”

O Dr. Montin acrescenta:

“O fato que se acaba de ler é muito recente; produziu-se há dois meses apenas.

No momento em que escrevo, a paciente está completamente curada; sua sensibilidade hipnótica desapareceu.”

Abstenho-me, ainda desta vez, de qualquer comentário, restringindo-me ao valor sugestivo da afirmação da extática, de que todo o som e ruído terrestre se transformam, no mundo espiritual, em música grandiosa e solene; esta afirmativa concorda com outras análogas obtidas mediunicamente.

Estas últimas, entretanto, completam de certo modo a idéia, acrescentando que, “nas esferas superiores, são as vibrações psíquicas do pensamento cumulativo dos vivos que contribuem para criar uma nota na Harmonia do Universo”.

Sem entrar no assunto, não seria inútil salientar que as notas musicais, como as percebe o ouvido humano, são o efeito da soma de vibrações acústicas que estão em relação numérica entre si; por conseqüência, mesmo em nosso mundo, toda espécie de ruídos poderia, teoricamente, transformar-se em grandiosa e solene música, com a condição única de que as múltiplas gradações vibratórias de um ruído qualquer estivessem em relação numérica entre si, constituindo uma gama de tonalidades musicais absolutamente análogas às outras gamas musicais.

Não haveria, pois, absurdo na idéia de que todos os sons e ruídos terrestres, penetrando nas esferas espirituais, devam harmonizar-se matematicamente entre si, de forma a engendrar uma música transcendental de complexidade e grandiosidade inconcebíveis para nós; em suma, de forma a constituir um “motivo” do que se chama “Música das Esferas”.

Caso 12 – No episódio que se segue, a audição musical coincide excepcionalmente com um incidente que equivale a uma prova de identificação espírita.

Extraio-o da *Light* (1893, pág. 161).

O sensitivo percipiente é um homem notável no domínio da ciência mecânica americana; goza de celebridade nacional nos Estados Unidos e foi amigo do grande filósofo Herbert Spencer.

O fato é contado pela Sra. Hester Poole, nos termos seguintes:

“Há cerca de 6 anos, o cavalheiro de que se trata e que me autorizou a expor o seu caso nesta revista começou a perceber notas e acordes musicais de natureza melódica absolutamente esquisita.

Ele é apaixonado pela arte da música, que constitui sua maior distração, em meio às ocupações severas que o absorvem. Tem ouvido os melhores cantores e as melhores orquestras do Velho Mundo. Não obstante, as harmonias subjetivas que percebe há 6 anos ultrapassam, em beleza, toda audição musical terrestre, à qual ele tenha assistido ou que possa mesmo conceber.

Elas são precedidas por longos e doces acordes, que parecem tocados por cornetas. Seguem-se outros instrumentos e depois outros ainda vêm tecer suas harmonias no concerto, até o momento em que o volume complexo e maravilhoso da onda musical se insinua e domina a tal ponto os sentidos do percipiente, que este se vê prestes a cair em síncope. Sente-se como extasiado e compreende intuitivamente que, se esse estado se prolongasse além de certo limite, a alma se exilaria para sempre do corpo, enlevada com o fluxo encantador dessas harmonias do Éden.

Essa música não pode, mesmo, ser comparada à deste mundo, ainda que, em seu conjunto, sua tonalidade se aproxime da do violoncelo e do órgão. As árias são sempre elevadas, nobres, majestosas, muito acima de tudo que se pode dizer, e têm alguma analogia com a música sacra. Não são nunca alegres e menos ainda vulgares; somente, algumas

vezes, pela riqueza e volume dos sons, lembram um pouco certas cenas da grande ópera.

Logo que a orquestra transcendental preludia uma série de acordes, um coro de vozes maravilhosas, masculinas e femininas, entra em jogo. Por vezes fazem-se ouvir solos; outras vezes são duos ou réplicas corais, com vozes de homem e de mulher. Em certos casos é uma voz de tenor, muito doce, que seduz e comove.

O percipiente assim se exprime a esse respeito:

“Nunca ouvi nada semelhante; não concebia, mesmo, a possibilidade disso. É uma voz que reconheceria entre mil.”

Essa música, apesar de subjetiva, lhe chega de maneira repentina e inesperada, como se daria com a música terrestre. De ordinário, é de curta duração, uma vez que ela se prolongou mais que do costume, o doente quase se sentiu morrer, porque ela produz um estado de êxtase insustentável para uma fibra mortal. Ele se levantou, passeou, subiu a escada, saiu de casa, esforçando-se, de diferentes modos, por libertar-se da fascinação extática; a música, porém, seguia-o por toda parte, de quando em quando, e isso durante todo o dia. Ele assim se exprime:

“O ar parecia saturado de música, que sobrepujava todos os outros ruídos, invadindo o espaço infinito. Parecia-me incrível que os outros não a percebessem.”

Quando lhe acontece ouvir a música transcendental, ilumina-se-lhe o rosto, que parece glorificado; o mundo não existe mais para ele. Nesse momento ele não é mais que um feixe de nervos sensitivos, no qual se refletem as harmonias que promanam do “Grande Artista do Universo” e que palpitam eternamente nos espaços intersiderais.

A maior parte de nós, pobres criaturas dominadas pelos sentidos terrestres, só estamos aptos a recolher as dissonâncias dos acordes fragmentários que nos chegam, enquanto que ele vibra em uníssono com o ritmo do Universo.

A princípio, o meu amigo supunha-se vítima de uma espécie de auto-hipnotização; mas, pouco a pouco, e por dife-

rentes razões, convenceu-se de que, nesses momentos, entra efetivamente em relação com as esferas espirituais donde vêm todas as harmonias.

No correr da tarde que precedeu a em que escrevi esta narrativa, conversava com o meu amigo, quando notei que ele havia momentaneamente perdido todo o conhecimento de si próprio: tinha os olhos fechados; os seus traços viris e enérgicos haviam tomado expressão extática. Compreendemos todos que ele escutava essas harmonias diversas que bem poucos mortais são capazes de perceber.

Tomei-lhe a mão, verificando que um tremor muito sensível lhe abalava todo o corpo. Apressamo-nos a vir auxiliá-lo a sair dessa espécie de síncope. Logo que acordou, perguntou-nos: “Não a ouviram? Parecia-me que desta vez a tivessem ouvido. Dir-se-ia que ela tinha invadido o Universo inteiro.”

Nestes últimos tempos tornou-se também clarividente; a matéria esfuma-se e desaparece por si mesma. Seu olhar era então livremente pelo Universo e ele vê um panorama infinito, iluminado por dourada luz, povoado de formas angélicas vestidas com longos peplos flutuantes e tendo os rostos luminosos: são os artistas celestes, executores da música transcendental que ele percebe.

Há alguns meses foi ele com dois amigos fazer uma visita à Sra. Hollis-Billing. Esta senhora, em cujo salão se reúnem pessoas intelectuais, possui faculdades mediúnicas muito notáveis; quando as circunstâncias são favoráveis ela chega a obter o fenômeno da *voz direta*. Ora, nessa noite, a personalidade mediúnica que guia Mme. Hollis manifestou-se falando com voz independente. Uma única entre as pessoas presentes conhecia as faculdades clariauditivas possuídas por meu amigo; apesar disso, a personalidade mediúnica de “Ski” divulgou logo o segredo, dirigindo-se a ele por estas palavras:

– Sabe quem é aquele que canta com tão doce voz de tenor?

Meu amigo, surpreso e espantado, respondeu:

– Não, e pode dizer-mo?

– Posso; é um músico italiano chamado Porpora. Muitas vezes ensaiou ele fazer ouvir o seu canto aos viventes; foi sempre em vão. Foi V. o único com quem ele o conseguiu...

Meu amigo consultou, no dia seguinte, alguns dicionários biográficos de músicos; e achou que no século XVII havia vivido um compositor e tenor eminente, chamado justamente Porpora. Parece que ainda hoje é conhecido pelas pessoas que cultivam a música clássica.”

Tendo reproduzido esta narrativa, noto, de passagem, que a Sra. Hollis-Billing é a mesma médium com a qual o Dr. Wolf obteve, vinte anos antes, fenômenos maravilhosos, de materialização e de voz direta, os quais relatou em seu volume intitulado *Starling Facts in Modern Spiritualism*.

Seria difícil contestar o interesse que apresenta este episódio – o de uma personalidade mediúnica que, exprimindo-se com voz independente da do médium, dirige a palavra ao sensitivo clariaudiente, revelando-lhe o nome do principal executor da música transcendental que ele percebe, nome que é, conforme se verifica em seguida, o de um músico que viveu, efetivamente, há dois séculos. E isso é tanto mais interessante quanto vemos que Mme. Hollis-Billing não conhecia o sensitivo, o qual ia pela primeira vez assistir em casa dela a uma sessão mediúnica; na assistência, somente um dos dois amigos que o tinham acompanhado conhecia suas faculdades clariauditivas.

Tendo-se tudo isso em linha de conta, o fato da revelação verdadeira obtida não pode deixar de ser significativo, no sentido da autenticidade espírita do caso em si e, por conseqüência, da autenticidade não menos espírita ou extrínseca da música transcendental percebida pelo sensitivo.

Assim sendo, mesmo os três casos contados precedentemente obteriam, de maneira indireta, certo valor probatório.

Reconheço, entretanto, que um exemplo único é insuficiente para confirmar uma hipótese; minha intenção também não é, de

forma alguma, obter esse resultado pelas considerações que se acabam de ler. Não me resta, pois, senão prosseguir na classificação empreendida.

Quinta categoria

Música transcendental no leito de morte

Os fatos nos quais a música transcendental se realiza no leito de morte e, mais raramente, nas crises de doença grave, são os mais numerosos; constituem, por consequência, a forma mais conhecida das manifestações de que nos ocupamos.

Encontram-se exemplos nas tradições dos povos, na literatura greco-romana, nas crônicas da Idade Média e sobretudo nas coleções das vidas dos santos: nos conventos, deles se conserva a lembrança com ciumenta veneração.

Não obstante, esse muito interessante assunto tem sido até aqui esquecido pelas pessoas dadas às pesquisas metapsíquicas; os livros e as revistas do gênero narram bem poucos casos; limitam-se geralmente, quando deles se ocupam, a tocar-lhes de modo sumário e a tal ponto que não é possível tomá-los em consideração.

É deplorável isso, porque muitos fatos, que por essa razão somos obrigados a eliminar, se revestiriam de considerável valor teórico.

Os próprios jornais políticos, por vezes, se interessam pelo assunto. Ultimamente, o *Daily Mail* registrou um caso; para logo a redação do jornal recebeu muitas cartas nas quais se assinalavam casos análogos, mas sempre científicos.

Entre os correspondentes do jornal londrino houve o Sr. Searle, professor de Física na Universidade de Cambridge; infelizmente, ele também fala do modo sumário que se segue:

“São mais freqüentes do que geralmente se crêem, os casos análogos aos do Sr. Drew.

Não mais tarde que sábado último, um cura me informou de que havia assistido uma criança moribunda, a qual repetiu muitas vezes que ouvia uma música angélica.

Algumas semanas antes outro vigário me dissera que em sua paróquia habitava um homem muito religioso que percebia muitas vezes “a música do paraíso”.

Narrado pela *Light*, 1919, pág. 317.

Como se pode ver, apesar da provável autenticidade dos fatos aos quais se faz alusão, é impossível levá-los em conta.

O valor teórico desta categoria consiste especialmente no fato de que nela, muitas vezes, os episódios de audição supranormal não são eletivos, mas coletivos; quer dizer que não é unicamente o moribundo que ouve a música transcendental, mas todas as pessoas presentes ou algumas entre elas; na maior parte mesmo dos casos, só os assistentes a percebem; não o pode fazer o moribundo, por causa das condições comatosas em que se encontra, o que é de grande importância teórica, como veremos mais adiante.

Daí resulta que os casos coletivos da presente categoria vêm em apoio dos eletivos; assim, a música transcendental percebida no leito de morte, nas duas circunstâncias, deve ser considerada como tendo uma origem positivamente extrínseca e de forma alguma alucinatória, na significação patológica do termo.

Por outra parte, como não podemos separar esta categoria das precedentes, segue-se também que, se esta é constituída por episódios que têm uma origem extrínseca, não há razão para deixar de admitir uma origem idêntica para os episódios contidos nas outras categorias; tudo, bem entendido, sempre de maneira geral.

Caso 13 – Começo registrando alguns casos nos quais o fenômeno da audição musical é sempre eletivo.

Tiro a narrativa seguinte do livro de A. Beauchesne, *Vie, Martyre et Mort de Louis XVII*. O autor recolheu os pormenores da própria boca dos cidadãos Lasne e Gomin, que foram os guardas do infelizmente Delfim. Ele escreve:

“Aproximava-se a hora da agonia e Gomin, um dos guardas, vendo que o doente estava calmo, silencioso e imóvel, disse-lhe:

– Espero que não sofra.

– Sim, sofro ainda, não porém como antes... Esta música é tão bela!

Não se percebia nenhum eco de música; não se podia, aliás, percebê-la, do quarto em que o pequeno mártir jazia moribundo.

Gomin, espantado, perguntou:

– Em que direção a ouve?

– Ela vem de cima.

– E a percebe há muito tempo?

– Desde que ajoelhaste. Não a ouves, pois? Oh! escutemos, escutemos!

E a criança abriu seus grandes olhos, iluminados de alegria extática e chegou a fazer um sinal com a mãozinha exangue.

O guarda, comovido, não querendo destruir essa última doce ilusão, fingiu que escutava também. Depois de alguns minutos de grande atenção, a criança pareceu estremecer de alegria; o olhar tornou-se-lhe brilhante e ela disse com voz que exprimia bem uma emoção intensa:

– Entre as vozes que cantam reconheço a de minha mãe!

Esta última palavra, logo que saiu dos lábios do pobre órfãozinho, pareceu aliviá-lo de todo o sofrimento; a fronte serenou, o olhar tornou-se calmo e pousou em qualquer coisa invisível.

Via-se bem que continuava a escutar, com atenção extática, os acordes de um concerto que escapavam aos ouvidos humanos.

Dir-se-ia que para esta alma jovem começava a despontar a aurora de nova existência.

Pouco depois, o outro guarda, Lasne, veio substituir Gomin e o príncipe olhou-o, por muito tempo, com olhar lânguido e velado.

Vendo-o agitar-se, Lasne perguntou-lhe como estava, se queria alguma coisa.

Ele murmurou:

– Quem sabe se minha irmã ouviu essa música do paraíso; far-lhe-ia tanto bem!...

O olhar, então, do moribundo dirigiu-se com movimento brusco para a janela; um grito de alegria saiu-lhe dos lábios; dirigindo-se ao guarda, disse:

– Tenho alguma coisa a dizer-lhe.

Lasne aproximou-se, tomando-lhe a mão. O prisioneiro inclinou a cabeça sobre o peito do guarda, que se julgou no dever de escutá-lo, mas em vão: tudo estava acabado.

Deus tinha poupado, ao pequeno mártir, as convulsões da agonia e o último pensamento do moribundo ficou desconhecido.

Lasne colocou a mão sobre o coração da criança: o coração de Luís XVII tinha cessado de bater!”

Não é o caso de fazermos comentários a esse comovente episódio, por ser de audição de música transcendental eletiva; esperemos chegar aos casos coletivos, que confirmam indiretamente os primeiros.

Farei observar que a descrição das diferentes atitudes tomadas pelo moribundo, combinadas com as correspondentes exclamações de surpresa e de alegria, permitem supor que o pequeno agonizante teve também a aparição de sua mãe: aparição precedida e preparada pelo fenômeno análogo do reconhecimento de sua voz entre as que constituíam o coro transcendental.

Essa combinação sucessiva de duas manifestações diversas, que convergem para o mesmo fim, não deixa de ter valor sugestivo, tanto mais quanto se repete em outros episódios do mesmo gênero (como por exemplo no 26º caso), como se a manifestação musical representasse, para a entidade do defunto, a via de menor resistência, devendo preparar a outra, a da aparição pessoal ao parente no leito de morte.

Caso 14 – Em minha obra sobre as *Aparições de Defuntos no Leito de Morte*, citei o comovente caso da pequena Daisy Dryden, que durante seus três últimos dias de vida teve a visão das esferas espirituais. Sendo longa a narrativa, tive que me limitar à citação das passagens que se relacionam com o assunto tratado na obra, isto é, à visão que a criança moribunda teve de seus falecidos pais.

Transcrevo agora outra passagem da narrativa, donde se vê que a menina percebia também a música transcendental.

Relata sua mãe:

“Ela falava muitas vezes de seu fim próximo e parecia ter tão nítida visão da vida futura e da felicidade que a esperava, que não se perturbava absolutamente com o pensamento da morte.

O mistério da separação da alma e do corpo não existia para ela. A morte era-lhe como a continuação da vida, com a vantagem da passagem das condições precárias da existência terrestre às de uma existência livre e feliz, cheia de luz e de exaltação, na morada de Deus.

Uma vez, disse ela:

– Ó papai, não ouves esta música celeste? São os anjos que cantam. Não a ouves? E no entanto devias ouvi-la, porque o quarto está cheio inteiramente dela. Percebo o coro de anjos que cantam. Ó, quantos! quantos! Que multidão! Eles são muitos mil. Como são gentis, prestando-se a cantar para uma criança como eu!

Mas eu sei bem que no céu não há diferença de grandeza; ninguém é pequeno, ninguém é grande: o amor é tudo e envolve tudo...”

Este incidente, posto que coletivo, no que concerne à maneira de produzir-se, constitui parte integrante de um caso complexo e é teoricamente de muita importância; nele se encontram muitos episódios de outra natureza, com o valor de identificações espíritas e que contribuem para mostrar a origem positivamente extrínseca das visões transcendentais que se manifestaram, durante

três dias, à menina moribunda; dever-se-ia, pois, concluir logicamente pela natureza não menos transcendental da música que ela percebeu.

Para o episódio em apreço, não seria, pois, necessário esperar confirmação indireta por meio de outros casos análogos, com caráter coletivo.

Casos 15, 16 e 17 – Dos numerosos casos que recolhi e depois abandonei por insuficiência de dados, decidi-me a extrair três, que narro aqui, por me parecerem eles positivamente autênticos, ainda que sejam insuficientes os pormenores fornecidos sobre os mesmos.

1º caso – Jakob Böhme, o conhecido místico alemão, no momento da agonia percebeu uma música muito doce, executada pelos anjos que vinham buscar-lhe o espírito, preparado-o para a morada celeste.

Até o momento da morte fez ele alusões à música transcendental que percebia.

2º caso – Joseph Clark envia à *Light* (1921, pág. 312) uma carta que recebeu de um dos amigos residentes em Haia, Holanda, na qual se encontra relatado o episódio seguinte:

“Os membros de minha família foram todos apaixonados por música, com exceção de uma de minhas irmãs, que a detestava.

Ela morreu com a idade de 15 anos e, no instante pré-agônico, murmurou:

– Ouço uma música maravilhosa... Oh! como é bela!

Penso que o caso é interessante, não só por ter minha irmã ouvido a música transcendental em seu leito de morte, como, principalmente, porque pareceu escutá-la com prazer nessa hora suprema.”

3º caso – E. W. Barnet escreve ao Professor Hyslop:

“Em resposta à sua carta, eis o que lhe posso dizer a respeito do incidente que deu causa às suas perguntas:

Na primavera de 1880, meu irmão, então com a idade de 15 anos, caiu gravemente doente de pneumonia e o médico que o tratava preveniu a família de que o rapaz estava em perigo de morte. O doente não tardou, com efeito, a perder a consciência, e ficou três dias nesse estado.

Quando chegou a minha vez de velar, na companhia de um amigo, ele não mais falava nem dava sinais de vida desde 24 horas.

À meia-noite, levantou-se, abriu os olhos e perguntou donde vinha aquela música deliciosa. Repetiu a frase muitas vezes, acrescentando que nunca tinha ouvido música tão bela e perguntou se a percebíamos.

Meu amigo me disse que este sinal era precursor da morte; eu fui da mesma opinião; mas tal não aconteceu. O doente continuou a escutar a música transcendental, fazendo-lhe ainda alusões, muitas vezes. Em seguida, acabou por adormecer. Quando acordou estava muito melhor e não tardou entrar em convalescença. Vive ainda...” (*American Journal of the S. P. R.*, 1918, pág. 628.)

Caso 18 – Passo a relatar fatos nos quais só os familiares percebem a música transcendental no leito de morte.

O Reverendo F. Fielding-Ould, em um artigo intitulado *As Maravilhas dos Santos (Les Merveilles des Saints)*, conta o seguinte episódio:

“Uma jovem, pertencente ao “Exército da Salvação” e, muito provavelmente, uma santa em toda a acepção do vocábulo, estava no leito mortuário, em Camborne (Cornouaille). Durante três ou quatro noites, misteriosa e doce música ressoou no quarto, com freqüentes intervalos; os parentes, os amigos, podiam ouvi-la. A música durava, de cada vez, cerca de um quarto de hora. Algumas vezes parecia começar a distância, para aproximar-se em seguida, pouco a pouco, aumentando gradualmente de sonoridade. Durante essas manifestações a doente ficou sempre em coma.” (Citado pela *Light*, 1920, pág. 155.)

Os casos, como o precedente, nos quais o doente fica em condições comatosas durante a manifestação da música transcendental, são teoricamente mais importantes que os em que ele a percebe coletivamente com os assistentes.

Com efeito, neste último caso, poder-se-ia ainda objetar (se bem que se trate de hipótese inteiramente gratuita) que o doente foi sujeito a uma alucinação patológica, transmitida telepaticamente aos assistentes.

Ao contrário, quando o moribundo está em condições comatosas (que implicam a abolição total das funções do pensamento), não seria mais possível recorrer-se à explicação alucinatória, entendida na significação que acabamos de indicar.

Caso 19 – Extraio-o da *Light* (1912, pág. 324.)

O Professor Arthur Lovell escreve nos termos seguintes ao diretor da revista:

“Conheciam-se numerosos exemplos de música percebida perto do quarto ou no próprio quarto em que jaz um moribundo. Tenho agora conhecimento de um desses episódios. Foi-me ele comunicado por uma de minhas alunas, filha de um ministro da Igreja Escocesa.

Vou transcrever a passagem da carta que contém a narrativa, fazendo notar que esta não me foi remetida para ser publicada, mas a título de informação confidencial, relativamente a um fato que, para minha discípula, era absolutamente novo e inexplicável.

Ela escreve:

“Meu pai morreu há três semanas; esse triste acontecimento foi acompanhado por um incidente misterioso que, penso, vos poderá interessar. Trata-se, talvez, de um fato comum, mas eu nunca dele ouvi falar.

Três meses antes de sua morte, foi meu pai atacado de congestão cerebral, com perda da palavra e letargo da inteligência; somente reconhecia as pessoas. Morreu certa manhã, pela alva; eu não estava presente, porque mamãe achou

melhor não me chamar, visto não haver nenhuma esperança de que o doente recobrasse a lucidez.

Ora, eis o que se produziu:

Às duas horas da madrugada meu pai entrou em agonia; dois minutos depois (minha mãe tinha visto a hora), começou-se a ouvir do lado exterior da janela, que está no andar superior da casa, maravilhoso canto que fez acordar em minha mãe a lembrança de um jovem cantor da Igreja de São Paulo.

A voz parecia vir de cima e afastar-se para o céu, como um eco da música do paraíso.

Perceberam-se, então, três ou quatro vozes que cantavam, em coro, um hino triunfal de alegria.

O canto continuou até às 2:10, isto é, durante 8 minutos, depois enfraqueceu gradualmente até extinguir-se. Meu pai se finou ao mesmo tempo que o canto.

Se minha mãe fosse a única a ouvi-lo, não teria eu julgado o incidente digno de ser narrado; poder-se-ia logicamente supor que a tensão de espírito em que se achava fosse a causa que a levara a crer ter percebido o que nenhum ouvido humano jamais percebeu. Mas, havia lá também a enfermeira, que era uma mulher prática e positiva, além de normal. Quando a manifestação musical cessou, dirigiu-se ela a minha mãe – que não lhe queria falar a respeito do que tinha sucedido – e lhe disse:

– A senhora ouviu também os anjos cantarem? Eu bem me apercebi disso, porque a vi olhar duas vezes, com surpresa, para a janela. E se não fossem os anjos, que podia ser? Ouvi dizer que os anjos cantam, algumas vezes, quando morrem pessoas muito boas, mas é a primeira vez que ouço o canto.

Tais são os fatos. Parece-me que o testemunho dessa mulher, absolutamente estranha à família, constitui excelente prova da realidade incontestável da música percebida por minha mãe, qualquer que seja a explicação a que possamos recorrer para esclarecer o mistério.

É preciso excluir de modo absoluto a idéia de que a origem da música fosse natural; primeiro, porque estávamos em plena noite; depois, porque nossa casa se acha em uma localidade afastada, longe de qualquer outra habitação, e rodeada por um jardim, além do qual se estende o campo. Além disso, o som desse coro não vinha do solo, mas parecia localizado justamente defronte à janela, isto é, no ar...”

Observa o Prof. Lowell:

“O trecho que transcrevi não necessita comentários; ele fornece uma prova nítida e autêntica de que existem potências invisíveis, que operam em torno das personalidades humanas.”

As considerações que fizemos para o caso precedente aplicam-se com mais forte razão a este, no qual o doente, que se encontrava em condições comatosas, estava, havia três meses, em completo estado de torpor intelectual, em consequência a um traumatismo do cérebro.

É preciso pois, excluir, em absoluto, a hipótese de uma alucinação com origem no pensamento do moribundo e transmitida telepaticamente às duas percipientes.

É de notar, ainda, que estas últimas localizavam o canto coral no mesmo ponto – circunstância que contribui a mostrar ulteriormente a objetividade da música transcendental percebida. Esta não se poderia explicar sem recorrer à interpretação dada pela enfermeira, interpretação em que se reflete a sabedoria popular, a qual, livre dos entraves teóricos, chega muitas vezes à intuição da verdade.

Caso 20 – Este episódio é o muito conhecido da música transcendental que se realizou no leito de morte de Wolfgang Goethe. Conta-o a *Occult Review* (1903, pág. 303), que o traduziu do Gartenlaube (1860):

“A 22 de março de 1832, às 10 horas da noite, duas horas antes do falecimento de Goethe, um carro parou diante da morada do grande poeta; uma senhora desceu e apressou-se a entrar na casa, perguntando com voz trêmula ao criado:

– Ele ainda está vivo?

Era a Condessa V..., admiradora entusiasta do poeta e sempre por ele recebida com prazer, por causa da reconfortante vivacidade de sua palestra.

Ao subir a escada, parou ela de repente e pôs-se a escutar; depois perguntou ao criado:

– Como? Música nesta casa? Meu Deus! Como se pode fazer música num dia destes!

O criado também escutava, porém ficou pálido, trêmulo e nada respondeu.

Entrementes, a condessa atravessava o salão e entrava no escritório, onde só ela tinha o privilégio de penetrar.

Frau von Goethe, cunhada do poeta, foi ao seu encontro; abraçaram-se em lágrimas. Em seguida a condessa perguntou:

– Dize-me, Otília; quando eu subia a escada, ouvi música nesta casa; por que? Estarei enganada?

– Também tu a ouviste? – respondeu Frau von Goethe –. É inexplicável! Desde a aurora de hoje que ressoa, de quando em quando, misteriosa música, insinuando-se em nossos ouvidos, em nossos corações, em nossos nervos.

Justamente nessa ocasião ouviu-se do alto, como se viessem de um mundo superior, acordes musicais suaves, prolongados, que enfraqueceram pouco a pouco até extinguir-se. Simultaneamente, João, o fiel criado de quarto, saía da câmara do moribundo, tomado de viva emoção, e perguntava com ansiedade:

– Ouviu, senhora? – Desta vez a música vinha do jardim e ressoava até à altura da janela.

– Não – replicou a condessa –, ela vinha do salão ao lado.

Abriam as vidraças e olharam para o jardim. Uma brisa leve e silenciosa soprava através dos ramos nus das árvores; ouvia-se ao longe o ruído de um carro que passava na estrada; nada, porém, se descobria que pudesse revelar a origem da música misteriosa. Entraram, então, as duas amigas, no

salão donde supunham provir a música; mas aí também nada encontraram de anormal.

Enquanto estavam ainda ocupadas em suas pesquisas, fez-se sentir uma série de acordes maravilhosos; desta vez pareciam vir do gabinete.

A condessa, entrando no salão, disse:

– Creio não me enganar: é um quarteto tocado a distância e de que nos chegam fragmentos de vez em quando.

Mas Frau von Goethe observou, por seu turno:

– Parece-me, ao contrário, ouvir o som próximo e claro de um piano. Disso me convenci esta manhã, a ponto de mandar o criado à casa dos vizinhos, pedindo-lhes que não tocassem piano, em respeito ao agonizante; todos, porém, responderam do mesmo modo: que bem sabiam qual o estado do poeta e que, muito consternados, não pensariam em perturbar-lhe a agonia, tocando piano.

De repente, a música misteriosa ressoou ainda, delicada e doce; desta vez, dir-se-ia nascer do próprio aposento; somente, para um parecia ser o som de um órgão, para outro um canto coral e para o terceiro, enfim, as notas de um piano.

Rath S., que nesse momento assinava o boletim médico com o Dr. B..., olhou com surpresa para o amigo, perguntando-lhe:

– É um concerto que se toca?

– Parece – respondeu o doutor –, talvez alguém na vizinhança pense em divertir-se.

– Não é – replicou Rath S. –, quem toca está, sem dúvida, nesta casa.

E a música misteriosa continuou a fazer-se ouvir, até o momento em que Wolfgang Goethe exalou o último suspiro.

Algumas vezes ressoava com longos intervalos, outras, depois de muito curtas interrupções, ora numa direção, ora

noutra, mas parecendo vir sempre da própria casa ou de muito perto.

Todas as buscas e inquéritos procedidos para aclarar o mistério foram sem resultado.”

Na narrativa acima não se fala nas condições intelectuais em que se achava o moribundo; mas como o relato faz alusão a manifestações que se produziram duas horas antes da morte e que persistiram até os últimos instantes da agonia, pode-se crer, sem receio de engano, que Goethe se achava em condições comatosas; se não fora assim, a pessoa que redigiu a descrição não deixaria de notar a atitude do doente com relação às manifestações, isto é, se ele dera ou não sinais de perceber a música transcendental.

Esse silêncio permite acreditar que o doente estava sem consciência; nestas condições, o caso seria análogo aos que o precedem, além da circunstância curiosa, porém muito freqüente, das percepções contraditórias a que foram sujeitos os percipientes, tanto no que concerne à localização da música quanto à sua natureza instrumental ou vocal.

Já tivemos ocasião de observar que esta espécie de percepções contraditórias, que encontramos a cada passo na telepatia entre os vivos, deve ser atribuída, a maior parte das vezes, às idiosincrasias especiais dos percipientes; em consequência delas, o impulso telepático (seja originado por um vivo ou por um morto, pouco importa), seguindo o rumo de menor resistência, para penetrar da subconsciência na consciência, é freqüentemente sujeito a transformar-se em percepções sensoriais diversas, segundo os diferentes temperamentos.

É bom notar, agora, que se esta interpretação pode ser considerada bem fundada, não significa isso que não existam exceções à regra, tanto mais quanto, muitas vezes, em Metapsíquica, os fenômenos em aparência idênticos são, na realidade, de natureza diferente.

Assim, no caso citado, tudo contribuiria a fazer supor que as percepções contraditórias produzidas quando os familiares, discutindo os fatos, buscavam explicá-los naturalmente, mostram

uma intenção: a de provar aos percipientes a origem transcendental e por nenhuma forma terrestre, das manifestações a que eles assistiam.

Caso 21 – Pois que tocamos nas verificações contraditórias, relativamente às mesmas manifestações supranormais, será útil referir um exemplo frisante, se bem que não seja conforme aos desta categoria, porque a audição musical não está em relação com acontecimentos de morte.

A narrativa é curta e a extraio do X volume dos *Proceedings of the S. P. R.* (pág. 319). Lady C... escreve:

“Em outubro de 1879, estava domiciliada em Bishophorpe, nos arredores de York, e me achava deitada perto de Miss Z. T., quando, de repente, vi um fantasma vestido de branco, que atravessou o quarto rapidamente e em direção à janela. Era uma figura vaporosa e desfez-se instantaneamente.

Fiquei terrivelmente impressionada e, dirigindo-me a minha amiga, perguntei-lhe:

– Viu o fantasma?

Ao mesmo tempo, perguntava a mim a minha amiga, com voz não menos espantada:

– Ouvia o canto?

Repliquei, então:

– Vi um anjo que atravessou o quarto, voando.

E ale:

– Eu ouvi cantar um anjo.

Ficamos ambas muito impressionadas com esse acontecimento, mas dele não falamos a ninguém. Miss Z. T. escreve à *Society for Psychical Research* confirmando os fatos.”

Provavelmente, neste caso, não se trata de transformação de um impulso telepático em percepções diferentes, mas de duas manifestações supranormais simultâneas que, por disposições especiais dos percipientes, foram percebidas separadamente.

Caso 22 – O Sr. L. C. de Gilmour, de Brockville (Canadá), envia à *Light* (1921, pág. 393) a seguinte narrativa de um fato que se produziu no mês de março daquele ano:

“Tendo-se agravado, de repente, o estado de um doente, sua família que era de confissão católica, mandou chamar o cura da paróquia. Infelizmente, o cura estava também gravemente enfermo; entretanto, mostrando verdadeiro heroísmo cristão, levantou-se para correr à cabeceira do seu paroquiano moribundo.

Depois de ter exercido seu ministério até o fim, o pobre cura sentiu-se por tal forma esgotado com o esforço que fez, que não se pôde ter em pé, e foi forçado a deitar-se nessa mesma casa onde, depois de curta agonia, entregava a alma a Deus.

No momento do seu trespasse, uma música do paraíso soou na casa; os assistentes sentiram tão profunda impressão, que um ministro protestante, alojado no imóvel, decidiu, sem mais, aderir ao credo católico.”

O diretor da *Light* faz acompanhar essa descrição das considerações seguintes:

“A senhora que escreveu a narrativa que acabamos de ler não pertence à religião Católica romana – o que constitui uma garantia suplementar da imparcialidade do seu testemunho. Isto dito, é evidente que o elemento teológico nada tem que ver no episódio citado. Para nós, ele mostra, de maneira eloqüente, que no mundo espiritual aprecia-se a virtude do sacrifício e a bondade d’alma, fora de qualquer crença religiosa.”

Inútil é observar que as conclusões do diretor da *Light* são incontestavelmente sensatas.

Caso 23 – N. Spicer, no seu livro *Strange Things (Coisas Estranhas)*, conta nestes termos o decesso de um irmão do Dr. Kenealy:

“O quarto do doente dava para uma vasta extensão de campo, circundada por uma coroa de colinas verdejantes.

Ao meio-dia, quase todos os membros da família, inclusive o doutor, seu irmão, se achavam reunidos no quarto, que estava iluminado por um raio deslumbrante de Sol.

De repente, um canto divinamente, melodioso ressoou no aposento, canto muito superior a qualquer outro de origem terrestre. Era um suave e melancólico lamento, devido a uma voz de mulher. A entonação exprimia uma dor profunda e lacerante, impossível de descrever.

Ele continuou durante alguns minutos e depois pareceu enfraquecer, afastando-se, como as ligeiras ondas que encrepam um lago e se perdem num murmúrio.

A agonia da criança tinha começado, ao mesmo tempo que o canto, mas foi tal a emoção provocada nos assistentes, por essa endecha misteriosa e divina, que eles tiveram a atenção desviada por alguns minutos da cena solene.

Quando a última nota do canto se extinguiu muito ao longe, o Espírito da criança já se tinha exilado do corpo.”

Que pensamentos nos sugerem esses cantos transcendentais, misticamente solenes, que acompanham a agonia dos moribundos! E por que as condições nas quais eles se produzem são de natureza a afastar a explicação alucinatória e obrigam o pesquisador a procurar o agente telepático exterior que produz as manifestações, não me parece possível evitar-lhe a única interpretação lógica: a da presença, no leito mortuário, de uma ou de muitas entidades espirituais.

Tudo, pois, contribui a demonstrar que essas Inteligências devem ser os Espíritos dos mortos, ligados ao doente por laços de afeição; esta conclusão é ainda fortalecida pelo fenômeno concomitante das freqüentes aparições de defunto na hora suprema – fenômeno muito conhecido e de que já longamente tratei em monografia especial, de que esta é natural complemento; a segunda confirma, sob forma diferente, as conclusões reconfortantes a que chegamos pela primeira, isto é, que os Espíritos dos defuntos assistem, no leito de morte, as pessoas caras na crise solene da separação entre o Espírito e o organismo corporal e que, nessas ocasiões, eles se esforçam algumas vezes

por se tornarem visíveis aos moribundos e aos que os rodeiam. Quando as circunstâncias não o permitem, buscam colimar o fim por outros meios, entre os quais o das manifestações de música transcendental.

Caso 24 – Foi tirado da *Light* (1921, pág. 321). O Sr. F. M. Rooke de Guildford relata:

“Há alguns anos, minha irmã e eu fomos os percipientes de uma experiência supranormal que nos trouxe o mais vivo conforto de nossa existência.

Minha mãe estava gravemente enferma de reumatismo artrítico; o doutor e a enfermeira foram de opinião que os seus sofrimentos não deveriam prolongar-se por muito tempo.

Uma noite, cerca de uma hora, minha irmã e a enfermeira velavam a doente, quando a atenção de ambas foi repentinamente atraída por majestosos acordes musicais. Pareciam tocados por um instrumento celeste; nunca elas tinham ouvido melodias tão divinas.

Dirigindo-se à minha mãe perguntaram:

– Ouve esta música?

Respondeu-lhes ela:

– Não ouço nada.

Nesse momento, precipitei-me no quarto, indagando:

– Onde vem esta música do paraíso?

Os acordes vibravam tão fortemente que me haviam acordado de um sono profundo!

Enquanto eu discutia a esse respeito com minha irmã, a música se foi enfraquecendo gradualmente até se extinguir.

Olhei para minha mãe: ela tinha morrido! Seu Espírito havia-se afastado do corpo, com a última nota da música transcendental.

Meu pai, que dormia no quarto ao lado, nada ouviu!”

Este episódio é o único da presente categoria no qual se nota o fato da percepção “eletiva”, e não “coletiva”, da música transcendental, por parte dos assistentes.

Das quatro pessoas presentes, duas a ouviram nitidamente, enquanto as outras nada perceberam.

O fato pode ser explicado facilmente, visto como as percepções espirituais pertencem a uma ordem espiritual de manifestações e por conseqüência não podem ser percebidas senão pelo auxílio dos sentidos espirituais, que só surgem da subconsciência e funcionam em raras ocasiões, no curso da vida terrestre; na maior parte, mesmo, dos indivíduos, não aparecem e não funcionam nunca.

Caso 25 – Este episódio pode ser lido nos *Phantasms of the Living* (vol. II, pág. 221); é teoricamente interessante, como logo o veremos.

A Sra. Sarah A. Sewel, de Eden Vilas, Albert Park, Didsbury (Inglaterra), escreve nestes termos, com data de 25 de março de 1885:

“Na primavera de 1863, um de nossos filhos, uma menina de nome Lili, caiu gravemente doente. Um dia, meu marido, entrando em casa às 3 horas da tarde, disse a Lili que ele jantaria em seu quarto, para fazer-lhe companhia.

Eu estava sentada ao lado da cama, segurando-lhe uma das mãos; meu marido comia e conversava, e um de nossos amigos se entretinha com Lili, sendo a nossa intenção distraí-la.

De repente, nossa atenção foi despertada pelas notas tristes de uma harpa eólia, que pareciam provir de um armário colocado em um canto do quarto.

Calamo-nos logo, e eu perguntei:

– Lili, está ouvindo esta doce música?

Ela me respondeu que não, o que me surpreendeu, tanto mais quanto a criança tinha grande paixão pela música.

Os acordes, no entanto, continuavam e aumentavam de sonoridade; o quarto parecia invadido por eles. Depois,

pouco a pouco, eles se afastaram, como se fossem descendo a escada até desaparecerem completamente.

Essa música foi também percebida pela criada, que estava na cozinha, embora estivesse dois pavimentos embaixo, e pela nossa filha mais velha que nesta ocasião se dirigia para a despensa.

Esta parara no corredor, escutando, e perguntou, com surpresa, donde vinham aquelas melodias; enquanto aí ficara, a criada veio-lhe ao encontro e indagou:

– Que música é esta?

Pouco depois batiam as 4 horas.

No dia seguinte, domingo, minha tia, com a minha velha ama, vieram visitar Lili; elas entraram no quarto com meu marido, enquanto eu ficava na cozinha, ocupada em preparar um bolo de leite para a doentinha.

Eis quando, novamente, as mesmas melodias melancólicas da harpa eólia começaram a fazer-se ouvir; foram elas percebidas pelas três pessoas reunidas no quarto de Lili, como o foram por mim, que estava na cozinha.

O dia de segunda-feira decorreu sem que o fenômeno se repetisse; mas na terça, à mesma hora, meu amigo, meu marido e eu de novo ouvimos a melodia melancólica, que vinha do mesmo lugar do quarto e aumentava rapidamente de sonoridade até encher todo o ambiente, para afastar-se, em seguida, descendo pela escada e extinguindo-se no jardim.

Convém assinalar que essa música foi percebida três vezes, em três dias diferentes, sempre à mesma hora; e não unicamente pelas pessoas que se achavam no quarto da doentinha, mas por mim própria, por minha filha mais velha e pela criada, quando nos encontrávamos dois andares abaixo, e, no décimo dia, por minha tia e meu filho, quando se encontravam na sala de jantar.

Achei, sobretudo, estranho que a doente, que gostava apaixonadamente de música, nada tivesse ouvido.

E não podia haver engano a respeito da música que escutamos, porque não há instrumento tocado por mãos humanas capaz de reproduzir as notas dolentes da harpa eólia.

Morávamos nessa casa já havia 6 anos e ainda aí ficamos mais 12, sem nunca ter ouvido, nem antes nem depois, uma música dessa espécie.” (Assinado: Sarah A. Sewel.)

O marido, Sr. Sewel, escreve em abril de 1885:

“Aqui estou unicamente para confirmar a narrativa de minha mulher. A música transcendental percebida por ela o foi por mim também. Ouvimo-la pela primeira vez no sábado, 2 de maio de 1863, às 4 horas; depois, no dia seguinte, à mesma hora, e na terça-feira, à mesma hora ainda. Percebemos essa música eu, minha mulher, a tia de minha mulher, sua velha criada, nosso filho Ricardo, de 7 anos, o outro filho Tomás, de 9 (os quatro últimos já falecidos), nosso filho mais velho de 11 anos e a criada que, pouco tempo depois, deixou o serviço para ir para a Irlanda, para junto de seu marido soldado, tendo nós ficado, daí em diante, sem qualquer indicação a seu respeito.

A filha mais velha habita Nova York e eu não duvido que ela se lembre desse acontecimento.

Estou certo de que a música não provinha de causas naturais. Nossa casa estava situada no meio de um jardim, a 50 metros da estrada; a única habitação que existia perto de nós não estava alugada. Além disso, não eram sons confusos ou vagos, mas notas distintas, sonoras, dolorosas, de uma harpa eólia, que nasciam, se desenvolviam e se extinguíam muito nitidamente, aumentando pouco a pouco de sonoridade até que o quarto ficava literalmente saturado de acordes musicais, tão fortes como os de um órgão, os quais desciam lentamente pela escada e se extinguíam docemente com cadências rítmicas, nada tendo de terrestre.

Tenho a convicção absoluta de que essa música não provinha de músicos vivos.” (Assinado: Methew Sewel.)

A Sra. Lee, filha do casa Sewel, escreve de Nova York, a 20 de julho de 1885, confirmando a narrativa de seus pais:

“Lembro-me perfeitamente da música que percebemos no leito de morte de Lili, e a impressão que ela produziu sobre nós outros, filhos, ficará para sempre inapagável em meu espírito. Fomos tomados de indefinível sentimento de espanto e de mistério, porque não podíamos compreender donde vinha a música e o que ela era.” (Assinado: Mrs. Lee.)

Gurney entrevistou o Sr. e a Sra. Sewel; reproduzo o trecho seguinte de sua narrativa:

“... A natureza dos sons não permite que os expliquemos atribuindo-os a causas naturais, como o ar e a água. Por outra parte, o fato de uma das pessoas presentes, dotada de excelente ouvido, nada ter escutado, parece inconciliável com uma explicação desta espécie.

A música tinha, de cada vez, a duração de um minuto. A menina doente faleceu terça-feira, de tarde...”

No caso acima nota-se uma circunstância de considerável importância teórica: é o incidente da criança doente, a qual, apesar de acordada e em posse de todas as suas faculdades mentais, não percebe a música transcendental ouvida por todos os familiares, compreendidos os que se encontravam nos andares inferiores do prédio.

Se, nos casos precedentes, a circunstância do estado comatoso em que se achavam os doentes servia para eliminar a hipótese de uma suposta alucinação, que tivesse nascimento no espírito do doente e fosse transmitida telepaticamente aos assistentes, esta outra circunstância serve mais que nunca para excluir a mesma hipótese, pois que, desta vez, é a agonizante que declara não ouvir nada. Daí a absoluta certeza de que a audição musical não teve sua fonte na enferma e que era, pois, de natureza extrínseca.

É preciso, ainda, assinalar o fato de que as manifestações musicais se repetiram três dias seguidos, à mesma hora. Com efeito, isso demonstra uma ação vigilante – o que equivale admitir a

presença, no leito de morte, de uma ou muitas entidades espirituais.

Caso 26 – Termine esta categoria por um episódio no qual a música transcendental se produz na cama de um doente, que, estando em situação grave, pôde restabelecer-se completamente.

A narrativa foi inserida no *Journal of the S. P. R.* (volume IV, pág. 181). O caso foi examinado por Podmore e está rigorosamente documentado. Só reproduzo a narrativa principal.

Conta o Sr. Septimus Allen:

“Em 1872, eu morava em Leeds com minha mulher e o irmão desta. Meu cunhado, cujo nome é João, exerce a profissão de pintor-decorador e é surdo-mudo. Um dia, caiu gravemente enfermo de febre reumática. Imaginem-se as condições de um doente vítima do martírio de uma afecção reumática geral, sem se poder fazer compreender por nenhum modo, porque os braços e as mãos, dolorosamente inchados, lhe impediam utilizar-se dos dedos, único meio para ele de transmitir os pensamentos. Ele não podia dizer quais eram seus sofrimentos, suas necessidades, o que desejava, nada!

A doença agravou-se rapidamente e o médico aconselhou-nos que preveníssemos os outros membros da família, para que o pudessem rever antes do falecimento.

Nessa tarde, minha mulher e eu estávamos no pavimento térreo da casa para tomar chá; as crianças tinham saído. De repente, ouvimos ambos uma música maravilhosa, que vinha do quarto de João. Como ele estava só no andar de cima, ficamos profundamente surpreendidos e subimos imediatamente ao seu quarto.

Encontramo-lo deitado de costas, com os olhos fixos no teto, o rosto iluminado por um sorriso extático. Não ousamos perturbá-lo, mas chamei um vizinho para que pudesse testemunhar o acontecimento, que nos parecia estranho e extraordinário.

Depois de certo tempo (não poderia determiná-lo de maneira exata), João pareceu acordar desse estado extático e por movimentos dos lábios e outros sinais exprimia estas palavras: “Céu” e “Belo”.

Algum tempo depois, fez-nos compreender, por sinais, que seu irmão Tom e sua irmã Harriett estavam em viagem para vir vê-lo e já prestes a chegarem.

Um quarto de hora mais tarde, um carro parou à porta da casa e as duas mencionadas pessoas desceram. Elas não tinham anunciado a sua partida e não eram esperadas.

Quando o doente entrou em convalescença e pôde exprimir-se livremente pelos dedos, disse-nos que lhe tinha sido concedido contemplar as belezas do paraíso e escutar uma música angélica a que chamou maravilhosa.

Pergunto: Donde vinham os acordes musicais que ouvimos? E como o doente pôde saber que os irmãos estavam em caminho e que sua chegada era iminente?” (Assinado: Septimus Allen.)

No que concerne à circunstância de uma manifestação musical que se produz no leito de um doente que não morre, é preciso notar que ela não se reveste de uma significação teórica especial.

Os fatos, cujo exame empreendemos, deixam supor que as doenças graves têm, como conseqüência, o enfraquecimento dos laços que unem o Espírito ao corpo, predispondo o doente a entrar em relação com o mundo espiritual, e daí se pode facilmente deduzir que estas relações devem, por vezes, estabelecer-se, também, no caso de uma enfermidade grave que não determina a morte.

Em apoio dessas considerações, é bem de notar que, no caso acima, se encontra um incidente de “clarividência no espaço”, sinal de que as faculdades sensoriais espirituais tinham efetivamente surgido da subconsciência do doente.

Entre elas se havia manifestado, por sua vez, evidentemente, a faculdade da audição espiritual, pois que um pobre surdo-mudo não podia ter nenhuma idéia da música, assim como um cego

não pode formar idéia das cores. Não obstante, ele anuncia que ouviu uma música do paraíso, a que chama maravilhosa.

A importância desse incidente, no ponto de vista da teoria, é incontestável; ele mostra, com efeito, que, se de um lado as enfermidades corporais suprimem as faculdades dos sentidos fisiológicos, do outro existem, inatacáveis, nas profundezas da subconsciência humana, as faculdades dos sentidos espirituais, destinadas a exercer-se numa ambiência espiritual.

São conclusões incontestáveis, porque deduzidas do fato de que, em certas circunstâncias excepcionais de desencarnação parcial, um cego pode ver e um surdo-mudo ouvir uma música transcendental.

O caso de que nos ocupamos é o único da presente categoria em que o doente participa, coletivamente com os assistentes, da audição musical. Poder-se-ia, pois, objetar que o doente tivesse sido o agente telepático transmissor a seus parentes da alucinação a que tinha sido submetido.

Se comparamos este caso, entretanto, com os que o precedem e entre os quais temos a certeza científica de que há alguns em que esta participação não existe, vemos que a referida explicação é pouco provável. Tudo isso sem contar que não se conhecem exemplos de alucinações coletivas determinadas por um fenômeno de transmissão telepática do pensamento.

Os tratados de patologia mental contêm grande número de casos de alucinações coletivas (sobretudo nas multidões, por contágio místico); mas observa-se sempre que isso é determinado por transmissão *verbal* da idéia alucinatória e nunca por transmissão telepática do pensamento.

Penso, pois, estarmos autorizados a declarar que a hipótese das alucinações coletivas, nas circunstâncias análogas às de que nos ocupamos, não é cientificamente legítima.

Sexta categoria

Música transcendental que se produz depois de um acontecimento de morte

Esta última categoria de *música transcendental*, que se realiza além do túmulo, constitui o prolongamento lógico e natural das outras categorias. E se a gênese das manifestações que examinamos pode explicar-se pela hipótese espírita, a existência desta última categoria deve ser admitida *a priori*. Se ela não existisse, a legitimidade da hipótese espírita seria abalada; por outro lado, o fato de sua existência, inexplicável por qualquer outra suposição, constitui a melhor confirmação da hipótese espírita.

Sou obrigado a declarar, também para esta categoria – o que deploro –, que a maior parte dos incidentes que recolhi não são utilizáveis, tendo sido dados de modo muito sumário por seus narradores. A falta não é, aliás, destes últimos, mas dos diretores das revistas que, muitas vezes, não dispondo de espaço suficiente, resumem em algumas linhas as narrativas que lhes são enviadas pelos protagonistas dos fatos.

Caso 27 – Eis um episódio tirado dos *Proceedings of the S. P. R.* (vol. III, pág. 92). Como já o publiquei nas *Aparições de Defuntos no Leito de Morte*, limito-me a lembrá-lo aqui, resumindo-o.

Neste primeiro exemplo, a audição musical realiza-se ainda no leito de morte, mas a pessoa doente percebe o canto de uma de suas amigas, falecida onze dias antes – o que a moribunda e todos os assistentes ignoravam.

“Um coronel irlandês contou que fora certa vez convidado para uma festa musical que deveria realizar-se em casa de uma jovem, Miss Júlia, dotada de bela voz de soprano. Depois de algum tempo Júlia se casara com o Sr. Henri Webley e mudara de domicílio; não mais a encontraram e ignorou-se o que dela tinha sido feito.

Sete anos depois, a mulher do coronel caiu gravemente enferma. E o coronel conta o seguinte:

“De repente ela me perguntou:

– Ouves estas doces vozes que cantam?

Respondi que não e ela acrescentou:

– Já as ouvi muitas vezes hoje; acho que são anjos que vêm desejar-me as boas-vindas no Céu.

Interrompeu-se e disse, indicando um ponto acima de minha cabeça:

– Ela está no canto do quarto; é Júlia; caminha agora; inclina-se para ti; eleva as mãos orando. Olha, ela já vai... Partiu.

Afigurou-se-me, naturalmente, que suas afirmativas eram visões do estado pré-agônico.

Júlia, porém, tinha morrido efetivamente 11 dias antes. Durante as suas últimas horas não fez mais que cantar, com voz que nunca fora tão suave.”

Este episódio apresenta alguma analogia com o caso 12, que se refere ao delfim Luís XVII. Este havia percebido um canto coral muito harmonioso e reconheceu, entre as vozes que o compunham, a de sua mãe; depois tivera uma atitude que deixa supor lhe tivesse a mãe aparecido pessoalmente.

É o que se nota, também, no caso que acabamos de expor; a doente percebe um coro de vozes maravilhosas, onde distingue uma que lhe era familiar; logo depois a amiga lhe aparece.

Nos casos desta natureza encontram-se em seguimento as duas principais modalidades das manifestações dos defuntos nos leitos mortuários, a propósito dos quais tenho feito observar que a origem transcendental de uma confirma a origem transcendental da outra.

Nos casos que examinamos, a gênese transcendental da aparição de Júlia Webley no leito de morte de sua amiga não parece duvidosa; as hipóteses sugestiva e auto-sugestiva devem ser afastadas da discussão, porque nem a moribunda nem os assistentes sabiam de sua morte e a hipótese da “telepatia entre vivos” está eliminada pelo fato de Júlia Webley ter falecido onze dias antes.

Caso 28 – Foi consignado no *Journal of the S. P. R.*, pelo Dr. Hodgson, que o tinha pessoalmente examinado.

Escreve Miss Sarah Jenkins:

“Em 1845, o Sr. Herwig, um músico alemão de grande valor, domiciliado em Boston durante muito tempo, morreu subitamente nessa cidade. Eu era, então, uma menina e só o conhecia pela sua reputação, tendo-o ouvido muitas vezes em seus concertos públicos de violino, que despertavam em mim grande admiração pelo artista.

Minha única relação pessoal com ele consistia em que, no correr do inverno precedente, época de sua morte, eu o encontrava na rua, quase todos os dias, quando ia para a escola. Era puro acaso; mas esses encontros se tornaram tão frequentes que o músico acabou por notá-los, e sorrir quando eu passava; em seguida, cumprimentava-me respeitosamente e eu lhe respondia pela mesma forma.

Durante o outono ele morreu de repente; suas exéquias realizaram-se a 4 de novembro de 1845, na igreja de Trinity, na Rua Sumer.

A cerimônia foi solene e comovente, a ela assistindo todos os músicos de Boston, ao mesmo tempo que grande número de outros cidadãos eminentes; todos lhe lamentavam a morte.

Eu aí estive com minha irmã e, no meio da cerimônia, fui tomada do pressentimento inexprimível e inexplicável de que ele poderia, nesse momento e naquele meio, levantar-se do ataúde e aparecer entre nós, como se fosse vivo.

Sem prestar atenção no que fazia, tomei a mão de minha irmã, dizendo quase em voz alta:

– Oh! Ele deve ressuscitar para nova vida!

Minha irmã olhou-me com espanto e murmurou:

– Mas cala-te.

Durante a tarde desse mesmo dia, achava-me na sala de jantar com minha mãe, minhas duas irmãs e um amigo cubano; falava-se das exéquias solenes às quais tínhamos as-

sistido e minha irmã contou o incidente singular de minha exclamação, repetindo minhas palavras. De repente, espalhou-se no aposento uma onda de música maravilhosa, como ninguém entre nós ainda tinha ouvido.

Vi o rosto dos assistentes tomarem uma atitude de espanto, quase de medo; eu mesma fui presa de uma espécie de terror do invisível.

Pela segunda vez se elevaram os sonoros e maravilhosos acordes musicais, que diminuíram pouco a pouco e desapareceram.

Minha irmã e eu nos precipitamos para a janela a fim de verificar se alguma música passava na rua, mas esta estava deserta; não se ouvia nenhum ruído além do tamborilar de uma chuva miúda. Subi, então, as escadas, entrei na saleta que existia embaixo da sala de jantar; lá estava assentada, em atitude de quem lia, uma senhora, nossa hóspeda, pertencente à seita dos Quakers.

Havia aí um piano e, apesar de vê-lo fechado, perguntei:

– Teria alguém tocado piano?

– Não – respondeu ela –, mas ouvi agora uma música estranha. Que seria?...

Ora, é preciso dizer que nenhuma de nós é supersticiosa nem o foi nunca; pelo contrário, fomos educadas no menosprezo de almas do outro mundo; também nenhuma pensou em considerar o acontecimento como sobrenatural. Apesar disso, não podíamos deixar de olhar-nos uns para os outros, perguntando:

– Que se passou? donde vem esta música?

A Sra. S..., como boa quakeresa, ficou logo muito preocupada e agitada. Quando suas filhas entraram, falou-lhes do que se tinha passado; deram elas, todas juntas, uma volta pela vizinhança, indagando se faziam música e a essa hora da tarde; soube-se, de modo categórico, que ninguém havia tocado instrumentos de música nem os ouvira tocar na rua.

Aliás, a música que tínhamos percebido elevava-se em nossa própria ambiência e era diferente de todas as músicas que temos ouvido. Nesse ponto estivemos todos completamente de acordo.” (Assinado: Sarah Jenkins.)

A irmã da redatora dessa narrativa confirma-a nestes termos:

“Li cuidadosamente a descrição de minha irmã e posso assegurar que ela é escrupulosamente exata.” (Assinado: Elisabeth Jenkins.)

O Dr. Hodgson faz a Miss S. Jenkins algumas perguntas; das respostas extraio os trechos seguintes:

“A Sra. S..., a dama quaker, estava domiciliada momentaneamente em nossa casa. Indaguei se alguém havia tocado piano; não que a música que percebemos fosse igual à do piano, mas unicamente para ligá-la de algum modo a uma causa natural.

Pareceu-nos a todos que a música provinha do pavimento em que estávamos. Ela começou em um canto do quarto e fez-lhe a volta. Comparei essa música a raios de Sol que se transformassem em sons, e não podia ainda hoje dar-lhe definição melhor.”

Nesta interessante narrativa seria preciso supor, conforme a gênese das manifestações telepático-experimentais, que o pensamento de Miss Sarah Jenkins e dos assistentes, dirigido com vivo pesar para o artista desaparecido, tenha determinado a relação psíquica entre seus espíritos e as pessoas que dele se lembravam.

Daí resultaria que o Espírito do morto, desejando revelar a sua presença em sinal de gratidão, e não conseguindo manifestar-se diretamente, fê-lo servindo-se do caminho de menor resistência que lhe era traçado por suas idiossincrasias musicais.

O estranho e inexprimível sentimento de que Miss Sarah foi presa no templo, levando-a a pensar na possibilidade da presença do falecido, no enterro, indicaria que a relação psíquica já se tinha, por essa ocasião, estabelecido entre o defunto e sua admiradora, já submetida à influência de seu pensamento.

Isso parece ainda mais verossímil se encararmos este fato junto ao outro complementar da música transcendental que se espalhou no ambiente, justamente na ocasião em que a irmã da narradora referia o aludido incidente; dir-se-ia que o Espírito do morto tinha a intenção de sublinhar os fatos que melhor indicava aos percipientes a origem e os fins da música transcendental.

Caso 29 – Esta outra relação, de data muito recente, apareceu na *Light* (1921, pág. 622) e apresenta alguma analogia com o caso precedente.

O Sr. Neiburg, de Oakland, no Nebraska, Estados Unidos, envia a descrição do incidente que se segue, em data de 28 de agosto de 1921:

“Ultimamente, uma música divina, vinda não se sabe donde e tocada provavelmente por executores celestes, música audível unicamente no local em que se realizava e onde jazia o corpo da filhinha do casal Parker, de Woodlake, encheu de espanto a mesmo de terror os parentes e os amigos reunidos para a triste cerimônia do enterro.

O Sr. Parker é caixa do Banco Urbano do Estado de Woodlake. Não somente os parentes da morta como os banqueiros Ben Mickey e Michael Flammingan e grande número de outras pessoas que assistiam às exéquias – uma das mais solenes que já houve no condado de Cherry – escutaram, maravilhados, essa música celeste, que soou no começo da última cerimônia fúnebre, continuando depois por algum tempo.

Terminada a cerimônia, quiseram todos certificar-se da proveniência desses acordes maravilhosos, mas em vão. Daí resulta que sua origem não era terrestre.

A duração do fenômeno foi aproximadamente a de um trecho musical comum; não passou de cinco minutos.

Os primeiros acordes, muito harmoniosos, só foram percebidos pelos pais da menina morta, os quais supuseram houvesse um organista no aposento ao lado. Pouco a pouco, os acordes aumentaram de sonoridade e de força, transformando-se em ondas musicais cheias de sentimento, inva-

dindo todo o lugar sagrado, com ritmos e temas bem definidos.

Em seguida, eles enfraqueceram lentamente e pareceram extinguir-se em um eco longínquo; só quando as pompas fúnebres terminaram, isto é, alguns minutos depois, é que os assistentes se aperceberam de que o artista invisível não existia em parte alguma, nem no templo nem em torno dele.”

Não é certamente por meio das “alucinações coletivas” que se podem explicar fatos desta natureza; primeiro, por causa da razão a que já nos referimos: a de que os casos de alucinações coletivas são infalivelmente originados por sugestões verbais e nunca por um fenômeno de transmissão telepática do pensamento, como se poderia supor nas circunstâncias dos episódios acima; depois, porque, para auto-sugestionar-se de certo modo, é preciso que o sensitivo conheça a existência da classe de formas alucinatórias às quais deveria ser submetido, sem o que não poderá encontrar-se em condições de *atenção expectante*.

Ora, como é manifesto que, nos casos que acabamos de expor, nenhum dos assistentes pensava na existência de manifestações de música transcendental em relação com acontecimentos de morte, segue-se que nenhum deles podia estar sujeito a uma forma alucinatória simulando uma *classe ignorada* de manifestações supranormais.

Uma vez eliminada esta hipótese insustentável, é evidente que a única solução lógica do enigma é a de supor sempre a presença espiritual de defuntos interessados nos fatos, os quais se esforçaram por fazer conhecer sua presença e, por conseqüência, sua sobrevivência, às pessoas caras que os choravam; e o fariam da maneira que lhes era possível e que é muitas vezes determinada pelas idiossincrasias que os caracterizavam quando vivos e pelas quais lhes foi mais fácil manifestarem-se aos sobreviventes.

Caso 30 – Encontrei-o no *Journal of the S. P. R.* (volume IX, pág. 89), que reproduz uma carta do escritor alemão Jean-Henri von Thunen, dirigida a seu amigo Christian von Buttel, para

referir-lhe o que se produzia em sua casa depois da morte do seu dileto filho Alexandre, o que se deu em 1831.

Conta ele:

“Na noite de 10 para 11 de outubro, três dias depois da morte de Alexandre, minha mulher e eu acordamos entre as duas e três horas da madrugada; minha mulher perguntou-me se eu não ouvia uma campainha que tilintava sem cessar. Escutei e a ouvi perfeitamente, mas não prestei muita atenção, supondo que fosse uma ilusão dos sentidos.

Na noite seguinte, à mesma hora, acordamos de novo para ouvir ainda o tilintar da mesma campainha, que, desta vez, parecia soar com bem mais vigor. Achamos ambos que o som era o de uma sineta pouco harmoniosa, mas em cujas vibrações havia alguma coisa de musical.

Escutamos muito tempo em silêncio. Pedi, enfim, a minha mulher que me indicasse qual a direção donde parecia vir o som; e quando ela indicou exatamente a mesma direção em que eu o percebia, o coração me saltou no peito, de espanto.

Meus dois filhos, apesar dos seus esforços de atenção, não ouviam nada. Na terceira noite, à mesma hora, a manifestação renovou-se pontualmente.

Algumas horas depois, à tarde, essa música inexplicável souou e continuou até meia-noite, para cessar em seguida e recomeçar às duas horas.

A 18 de outubro, aniversário do nascimento de Alexandre, sons particularmente belos e harmoniosos se fizeram ouvir. Minha mulher achava no fenômeno grande conforto espiritual; quanto a mim era transitório o efeito que ele fazia em meu espírito. A incerteza em que ficava quando indagava se essa música era real ou uma ilusão dos sentidos tornava-me nervoso e agitado, e o esforço contínuo com que procurava chegar a uma solução entretinha em mim um estado de contínua tensão espiritual.

Durante quatro semanas, meus sons foram sem cessar interrompidos e minha saúde começava a ressentir-se disso.

Recorri a todas as hipóteses e busquei, mesmo, explicar o fenômeno procurando um laço entre o ritmo da campainha e o batimento do meu coração, mas nada descobria.

No correr dessas quatro semanas, a natureza da música se havia radicalmente modificado; tinha adquirido, a princípio, sonoridade, de maneira que ultrapassava qualquer outra espécie de ruído; à tarde, quando eu intentava ler ou escrever, constituía um empecilho. O que tinha aumentado em sonoridade havia perdido em melodia. Podíamos, então, compará-la a um grupo de campainhas que tinissem todas juntas.

Depois de certo tempo, minha mulher começou, também, a desejar o fim das manifestações, porque esse tilintar perpétuo a aborrecia e lhe excitava os nervos.

Conforme os nossos desejos, em meados de novembro elas cessaram completamente; e, desde essa época, nem eu nem minha mulher pudemos mais perceber qualquer som.

Sua desapareição revelou de novo em mim a dúvida de que essa pretendida música das esferas não fosse mais que a consequência da depressão de nossos espíritos. Minha mulher começava já a partilhar de minhas dúvidas e isso a tornava desiludida e triste. Eis, porém, que, depois de oito dias, a música recomeça com sons mais harmoniosos que nunca, prosseguindo até o dia de Natal.

Na véspera dessa festa, voltou com extraordinário vigor, soando límpida, melodiosamente, com uma variedade de ritmos absolutamente novos.

Cessou ainda depois do Natal. Pensamos que ela se fizesse ouvir no dia de Ano-Bom, mas ficamos desiludidos; seu silêncio prolongou-se durante quase todo o mês de janeiro.

Assim, pois, minha mulher e eu ouvimos essa música nas mais diversas condições de espírito; tanto quando estávamos preocupados ou abatidos como quando nos víamos calmos e serenos; quando passávamos bem ou quando nos sentíamos mal. Essas diferentes circunstâncias não modificavam sua modalidade e ela nos chegava sempre da mesma

direção. Isso posto, não nos era possível experimentar a menor dúvida a respeito de sua realidade.

No segundo período de silêncio, acreditamos que a música tinha cessado definitivamente. Ao contrário: ela recomeçou em fins de janeiro, mudando totalmente de natureza. Não eram mais campainhas que tilintavam, era um concerto de flautas.

No começo de março, nova mudança; a música tornou-se particularmente melódica; mas não eram mais flautas que tocavam, senão um coro vocal com acompanhamento de instrumentos musicais. Em certo momento, acreditamos ambos haver apanhado algumas palavras do coro; isso foi, porém, num instante apenas.

A 21 de março, aniversário de minha mulher, a música modificou de novo a sua natureza, tornando-se ainda mais melodiosa e, ao mesmo tempo, produzindo em nós quase que a sensação de medo.

Nem minha mulher nem eu jamais conseguimos encontrar uma analogia com algum som terrestre, capaz de fornecer uma idéia do que essa música era para nós.”

Aí terminam as informações confidenciais ao amigo, contidas na carta a von Buttel; mas o trecho seguinte da biografia de Henri von Thunen mostra que a música misteriosa não deixou de se fazer ouvir até à morte dos percipientes.

“A música misteriosa foi muitas vezes percebida no correr dos anos seguintes, sobretudo por ocasião dos aniversários e das outras festas concernentes aos membros da família. Ela não se interrompeu, mesmo com a morte da mulher de Thunen; continuou a deixar-se perceber, como fiel e reconfortante companheira dos sobreviventes, durante toda a vida de Herr e de Frau von Thunen.

Estes admitiam que a música, incontestavelmente percebida por seus ouvidos, não lhes fornecia nenhum informe sobre o desaparecido; reconheciam que suas idéias, seus conhecimentos não eram mais extensos em consequência dessas manifestações; mas acreditavam que a música era

para eles uma como declaração seguinte: – “*Vosso Alexandre sobrevive à morte do corpo*”, e essa firme convicção os fazia felizes.

Tenhamos em conta o que se disse na introdução à quarta categoria: em matéria de classificações científicas, não pode haver outro sistema de pesquisa que não o da análise comparada aplicada aos acontecimentos e nunca a análise de uma só categoria com o esquecimento da classe e ainda menos a de um só acontecimento com desprezo dos demais.

É preciso ainda admitir que a hipótese mais bem indicada para explicar o estranho caso, que acabamos de expor, é sempre a de supor a presença de uma entidade espiritual ligada aos percipientes por liames afetivos.

Deveríamos reconhecer, nestas condições, que as convicções intuitivas dos percipientes não os devem ter enganado; eles eram de opinião que essas manifestações musicais, desprovidas em si de significação, constituíam uma demonstração da sobrevivência de Alexandre; pode-se mesmo supor que essa convicção provinha de uma mensagem telepática análoga, transmitida pela entidade que se comunicava.

Se analisarmos mais a fundo o caso acima, não nos sentiríamos mal por assinalar fatos e circunstâncias que mostram perfeitamente a intenção extrínseca que determinava as manifestações.

Primeiro, a circunstância de haverem as manifestações começado três dias depois da morte do filho dos percipientes – o que mostra ligarem-se de qualquer modo ao acontecimento de morte que se produziu na família. Em seguida, o haverem as sinetas, nos primeiros dias das manifestações, tilintado sempre à mesma hora da noite, achando-se os percipientes acordados a essa hora exata, como para escutá-las; constitui isso outro indício de uma intenção que se esforçava, pondo em ação os meios de que dispunha (isto é, manifestando-se como podia e não como queria), para fazer compreender aos percipientes sua presença espiritual.

Nota-se mais, que quando os percipientes se mostraram convencidos da origem transcendental das manifestações, começan-

do, porém, a se sentirem perturbados e a desejar-lhes o termo, elas imediatamente cessaram; mas como a cessação do fenômeno reavivou a dúvida dos percipientes sobre sua natureza transcendental, ele recomeçou mais vigoroso que antes.

Todas essas demonstrações fazem ressaltar a existência de uma intenção vigilante que se manifestava com um fim determinado: o de convencer os percipientes da presença de uma entidade espiritual desejosa de se fazer conhecer. E se nos lembrarmos, enfim, de que a música se fazia especialmente ouvir por ocasião dos aniversários de família, somos levados a concluir que essa última prova de uma intenção servia também para designar o defunto que se comunicava: ele só podia pertencer à família na qual se manifestava por traços eloqüentes; ou, mais precisamente, ele só podia ser aquele que os sobreviventes indicaram.

Conclusões

Chegado ao fim desta classificação e querendo resumir as considerações sugeridas pela casuística, começarei por lembrar o que tenho notado desde o começo: que embora a significação teórica das seis categorias nas quais dividimos as manifestações de música transcendental seja única em substância, pois que convergem todas para a demonstração de uma gênese extrínseca das manifestações expostas, nota-se, entretanto, uma diferença importante entre as duas primeiras categorias (constituindo cada uma um grupo à parte), e as quatro outras que formam, pelo contrário, um só grupo homogêneo.

Com efeito, os modos de realização próprios aos fatos contidos nas duas primeiras categorias são radicalmente diferentes dos relativos aos fatos recolhidos nas outras quatro; aliás, não é a mesma a sua significação como fenômeno.

Na primeira categoria são manifestações musicais por intermédio de um médium, por conseqüência de natureza experimental e além disso objetiva, pois que se trata, ainda, de percepção acústica de ondas sonoras, com a diferença de que o fenômeno se realiza de maneira supranormal; algumas vezes, sem nenhum instrumento de música, outras, com instrumentos, mas sem o concurso direto de um médium; em outras ocasiões, enfim, com o concurso de um médium, mas de forma puramente automática.

Todos esses modos de realização poderiam ser *espíritas* ou *anímicos*, segundo os casos; são, porém, radicalmente diversos daqueles pelos quais se realizam as quatro últimas categorias, nas quais as manifestações não são mediúnicas, nem experimentais, nem objetivas; nesses casos não havia vibrações sonoras segundo as leis da acústica, mas percepções subjetivas de vibrações *psíquicas*, segundo as leis do espírito.

Sob um ponto de vista diferente, os modos de realização próprios da segunda categoria não oferecem nada de comum com as quatro últimas. Naquela, os casos telepáticos de música transcendental em nada diferem dos pertencentes a essa mesma classe e não oferecem, portanto, valor teórico especial; constituem uma

das numerosas formas pelas quais se realizam as manifestações telepáticas e é tudo.

Como é então possível explicá-las por essa mesma hipótese, não trazem nenhuma contribuição ao problema que diz respeito à existência da música transcendental propriamente dita, que é a encarada nas quatro últimas categorias.

E estas quatro categorias, embora se diferenciem radicalmente das duas outras, não assumem todas o mesmo valor teórico.

Entre elas há as que não oferecem nenhuma base sólida à investigação científica e apenas indiretamente adquirem importância cumulativa, em razão das induções cientificamente legítimas extraídas do conteúdo das outras categorias.

Na primeira categoria do 2º grupo (3ª da classificação), ocupamo-nos das manifestações musicais atribuídas a “assombrações”. Mostramos que aí se encontravam circunstâncias que permitiam eliminar a hipótese alucinatória, pois muitas vezes os percipientes ignoravam que os lugares fossem “assombrados” e que neles se produzissem audições musicais transcendentais.

Apesar disso, uns, independentes dos outros, percebiam essa música.

Outro tanto se pode dizer da hipótese psicométrica, que foi eliminada por múltiplas considerações inconciliáveis com a mesma hipótese; havia, sobretudo, a circunstância de em certos episódios cessar bruscamente a audição musical que se produzia a distância do lugar “assombrado”, quando os percipientes dele se aproximavam; ora, era precisamente o contrário o que se devia dar com as percepções psicométricas.

É claro que, uma vez afastadas as hipóteses alucinatórias e psicométricas, só haveria recurso à hipótese espírita, pela qual seria possível explicar, de maneira satisfatória, todos os modos de realização dos fenômenos estudados.

Na segunda categoria do grupo de que tratamos (4ª da classificação), examinamos as manifestações de música transcendental percebida sem qualquer relação com acontecimentos de morte ou de outras circunstâncias que pudessem indicar causas extrínsecas

em ação; é a categoria da qual dissemos não ser oferecida nenhuma base sólida para as pesquisas científicas.

Efetivamente, ela dá margem à crítica, visto como seria possível atribuir uma gênese alucinatória a todas as manifestações que se realizam dessa maneira; conclusão que seria legítima e inevitável se as manifestações de música transcendental se limitassem a essa categoria de percepções estritamente pessoais; mas como tal não se dá, e essa categoria apenas constitui um ramo de complexa classe de manifestações do mesmo gênero, é lícito e necessário considerar a categoria aludida em suas relações com a classe inteira das manifestações, conforme os métodos de investigação científica.

Assim procedendo, fomos levados a concluir que tudo contribui a provar que os episódios contidos na categoria de que falamos são produzidos pelas mesmas causas transcendentais que determinaram os outros casos, tanto mais quanto, num dos casos citados, nota-se um incidente que parece apoiar esta conclusão.

A terceira e a quarta categorias (grupo V e VI da classificação) contêm os casos que se produzem no leito de morte e os que se dão *após* um acontecimento de morte. Com estes casos se entra em pleno domínio da interpretação espírita dos fatos. Abundam as provas nesse sentido, provas que excluem definitivamente as hipóteses contrárias. Primeiro, porque as manifestações musicais se realizam muitas vezes combinadas com aparições de defuntos no leito mortuário, tendo freqüentemente um valor de identificação espírita; éramos assim levados a concluir legitimamente que a hipótese que explica os últimos devia também servir para explicar os primeiros. Depois, porque as hipóteses sugestiva, auto-sugestiva e alucinatória são eliminadas pela existência de um grupo de casos de percepção coletiva e sobretudo pela circunstância de que em muitos dos casos em análise o moribundo não participava da audição coletiva de música transcendental, o que exclui qualquer possibilidade de explicar os fatos supondo uma alucinação que tivesse origem na mentalidade do moribundo, donde fosse transmitida telepaticamente aos assistentes.

Essas conclusões são enfim confirmadas por casos de música transcendental que se produzem depois de um acontecimento de morte, circunstância que serve para afastar definitivamente a hipótese contida implicitamente na objeção a que fizemos alusão: a da telepatia entre vivos.

É manifesto, com efeito, que não se pode recorrer a esta hipótese quando os fenômenos de música transcendental se produzem 15 dias, três meses após o passamento do indivíduo em relação com os fenômenos de que se trata, e isso tanto menos quando estes se repetem durante anos, em datas fixas – circunstância muito importante, porque mostra a existência de uma intenção vigilante, o que se não pode certamente explicar pela telepatia entre os vivos. Noto, além disso, que na categoria a que nos referimos encontram-se casos complexos que podem constituir boas provas de identificação espírita; exemplo: quando, simultaneamente a uma manifestação musical no leito de morte, o doente percebe o fantasma do defunto diretamente visado pela manifestação; e isso com o precedente muito notável de nem o moribundo nem os assistentes terem conhecimento da morte da pessoa aparecida no leito mortuário.

Daí se verifica que as manifestações de música transcendental, posto que constituam apenas modesto ramo da árvore imponente e ricamente frondosa das manifestações supranormais, contribuem, no entanto, elas também, para demonstrar a verdade, que há muitos anos se esforça o autor para tornar manifesta por meio de longa série de monografias: que os numerosos ramos da Metapsíquica, quando são analisados sem idéias preconcebidas e com método rigorosamente científico, convergem todos, como a um centro, para a demonstração experimental da existência e da sobrevivência da alma.

Sabemos que no domínio científico não se pode fornecer uma prova melhor em apoio de uma hipótese que aquela graças à qual se mostra que uma multidão heterogênea de fatos convergem todos a provar o seu bom fundamento. É o que se chama a *prova crucial* ou a *prova das provas* e a hipótese que delas sai vitoriosa transforma-se em verdade solidamente adquirida pela Ciência; mas as hipóteses científicas que chegam a constituí-la são bem

raras. Pois bem, desde agora podemos afirmar, sem receio de erro, que a hipótese espírita saiu vitoriosa dessa prova; as 24 monografias publicadas pelo autor, precisamente com o fim de submeter a hipótese espírita à *prova das provas*, bastam para demonstrá-lo.

FIM

Notas: